

Departamento de História

O Complexo Memorial ao Combatente Português em Belém:
Um Lugar de Reconciliação?

Mónica Sofia Ramos Sarreira

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Empreendedorismo e Estudos da Cultura

Orientadora:

Doutora Nélia Susana Dias, Professora associada com agregação
ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2016

AGRADECIMENTOS

Dedico este espaço a todos aqueles que contribuíram para a realização da dissertação que apresento, agradecendo-lhes sinceramente.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha família em especial aos meus pais e à minha irmã por toda a preocupação e amor, por nunca me deixarem desistir, por me ensinarem e darem liberdade para lutar pelos meus objetivos. Um agradecimento especial à minha mãe por me ter dado força e apoio, por me amparar e acreditar em mim ao longo desta difícil jornada.

Aos meus amigos, por me motivarem e apoiarem ao longo deste percurso. Obrigada pela amizade, pelos momentos partilhados e pelo que cada um me ensinou ao longo destes anos.

À minha orientadora Prof. Nélia Susana Dias, pela forma incansável e paciente com que me orientou, pelas suas críticas e sugestões e por toda a aprendizagem e apoios transmitidos ao longo da realização desta dissertação.

À Professora Maria João Vaz, coordenadora do Mestrado de Empreendedorismo e Estudos da Cultura, pelo apoio e esclarecimentos necessários para o início deste projeto.

À Liga dos Combatentes, em especial ao General Joaquim Chito Rodrigues e à Dra. Isabel Martins por todas as explicações prestadas ao longo da fase de pesquisas e investigação.

RESUMO

A dissertação que se apresenta insere-se no ramo do Património e Projetos Culturais e tem como foco o Complexo Memorial ao combatente português em Belém (Lisboa). O objetivo da pesquisa é perceber até que ponto este espaço de memória é um lugar de reconciliação e qual a relevância a ele dada pela sociedade portuguesa. Os principais resultados mostram que são poucas as pessoas que revelam interesse neste espaço memorial, uns por falta de conhecimento público (guias turísticos, livros ou meios de comunicação), outros por desinteresse na temática abordada: a memória da Guerra Colonial. Por ser um assunto polémico e pouco debatido entende-se relevante trazê-lo ao domínio público abrindo assim caminho a discussões mais profundas e enriquecedoras.

PALAVRAS-CHAVE: memorial de guerra, memória coletiva, memória colonial, Guerra Colonial, combatentes

ABSTRACT

This dissertation is included within the field of Heritage and Cultural Projects and focuses on the Complexo Memorial ao Combatente Português in Belém (Lisbon). The purpose of this research is to understand to what extent this memory space is a place of reconciliation and the relevance given to it by Portuguese society. The main results show that there are few people who show interest in the memorial space, some by lack of public knowledge (tour guides, books or media), others by a disinterest in the selected theme: the memory of the Colonial War. Being a controversial topic, and rarely debated it seemed to be relevant to bring it to the public domain thus paving the way for deeper and enriching discussions.

KEY-WORDS: war memorial, collective memory, colonial memory, Guerra Colonial, combatants

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	x
INTRODUÇÃO.....	1
I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
I.1 O papel da memória.....	3
I.2 Memória e Identidade Nacional.....	5
I.3 O Império Colonial e a afirmação da identidade nacional.....	7
I.4 A Guerra Colonial e a amnésia coletiva	8
II. A LIGA DOS COMBATENTES	11
II.1 Contextualização histórica.....	11
II.2 A atividade da Liga dos Combatentes	13
II.2.1 O Programa: “Conservação das Memórias”	14
II.2.2 O Programa: “Cultura, Cidadania e Defesa”	15
II.3 Núcleos, sócios e suas regalias.....	18
II.4 Celebrações e Eventos	20
III. PARA UM COMPLEXO MEMORIAL AO COMBATENTE EM BELÉM	25
III.1 A importância do Monumento <i>Aos Combatentes do Ultramar</i>	25
III.2 Planeamento e Construção do Monumento <i>Aos Combatentes do Ultramar</i>	27
.....	
III.2.1 A Comissão Técnica e o fracasso da Comissão de Honra	28
III.2.2 Que tipo de Monumento?.....	29
III.2.3 Localização do monumento	30
III.2.4 O concurso público: regulamento e resultados	31
III.3 Memorial: Instrumento face à amnésia coletiva	34
III.3.1 Forma e Simbolismo	37
III.3.2 Monumento <i>Aos Combatentes do Ultramar</i> (1994).....	41
III.3.3 <i>Memorial aos Caídos pela Pátria</i> (2000)	46

III.3.4 Capela do Combatente e Memorial do Combatente (2015).....	56
IV. MUSEU DO COMBATENTE.....	59
IV. 1 Transformação da instituição-museu	59
IV.2 O Museu do Combatente – Forte do Bom Sucesso	61
IV.2.1 Salas de exposições permanentes.....	62
IV.2.1.1 “História da Aviação Militar”	62
IV.2.1.2 “A Liga dos Combatentes nos seus primeiros 30 anos – 1923 a 1953”	65
IV.2.1.3 “O Combatente português do século XX”	66
IV.2.1.4 “Guerra do Ultramar – 50 anos depois”	71
IV.2.2 Exposições permanentes – espaços museológicos no exterior	75
IV.2.3 Salas de exposições temporárias	75
IV.2.3.1 <i>Sala Nambuangongo</i>	76
IV.2.3.2 <i>Sala La Lys</i>	78
IV.2.3.3 <i>Sala S. Mamede</i>	78
IV.2.3.4 <i>Sala Aljubarrota</i>	79
IV.3 Eventos no espaço do Forte do Bom Sucesso/Museu do Combatente	79
IV.4 Serviço Educativo e <i>workshops</i>.....	80
CONCLUSÃO	83
BIBLIOGRAFIA	87
WEBGRAFIA CONSULTADA/CITADA	91
ANEXOS.....	1
ANEXO A: Convite para a cerimónia comemorativa do 97º Aniversário do Armistício da Grande Guerra, 41º Aniversário do Fim da Guerra Colonial, 92º Aniversário da Liga dos Combatentes e evocação do centenário da Grande Guerra (11 de Novembro de 2015)	III
ANEXO B: Folheto da cerimónia do 10 de junho de 2016	V
ANEXO C: Em 200 metros 500 anos de história de Portugal – Do Início ao Fim do Império	VII
ANEXO D: Exposição Permanente: “História da Aviação Militar”	IX
ANEXO E: Exposição Permanente: “A Liga dos Combatentes nos seus primeiros 30 anos – 1923 a 1953”	XI
ANEXO F: Exposição Permanente: “O Combatente Português do Século XX”	XIII
ANEXO G: Exposição Permanente: “A Guerra do Ultramar – 50 anos depois”	XV

ANEXO H: Exposição Permanente: “Marinha”	XVII
ANEXO I: Exposição Permanente: “Exército”	XIX
ANEXO J: Exposição Permanente: “Força Aérea”	XXI
ANEXO K: Exposição Permanente: “PSP”	XXIII
ANEXO L: Peças de Artilharia e Meios de Transporte	XXV
ANEXO M: Espaço Altino Magalhães	XXVII
ANEXO N: Sala Nambuagongo	XXIX
ANEXO O: Sala La Lys	XXXI
ANEXO P: Sala S. Mamede	XXXIII
ANEXO Q: Sala Aljubarrota	XXXV
ANEXO R: Exposição Temporária: “Dos famosos aos anónimos” de major Simões Duarte (11 de novembro de 2015)	XXXVII
ANEXO S: Folheto do Museu do Combatente/Forte do Bom Sucesso	XXXIX
ANEXO T: As duas entradas do Museu do Combatente	XLI
CURRICULUM VITAE	XLIII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura II.1 - Chegada dos Restos Mortais do Soldado Desconhecido provenientes da Guiné. .	23
Figura II.2 - Deposição de flores junto ao Monumento Aos Combatentes do Ultramar.	23
Figura III.1 - Epitáfio do Monumentos Aos Combatentes do Ultramar - Belém.....	46
Figura III.1 - Monumento Aos Combatentes do Ultramar - Belém	46
Figura III.4 - Memorial aos Caídos pela Pátria - Belém. Lápides Nominais.	51
Figura III.3 - Memorial aos Caídos pela Pátria - Belém. Placa de Homenagem.	51
Figura III.5 - Memorial aos Caídos pela Pátria- Belém. Operações de Paz e Humanitárias. ..	55
Figura III.5 - Memorial aos Caídos pela Pátria - Belém. Homenagem de Portugal.	55
Figura III.8 - Capela do Combatente - Belém.	56
Figura III.7 - Entrada para a Capela e Memorial do Combatente- Belém.	56
Figura III.9 - Túnel de acesso ao Memorial do Combatente - Belém.	57
Figura III.10 - Memorial do Combatente - Belém	57

Nota: Todas as figuras utilizadas no trabalho são da nossa autoria.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

- **AAP:** Associação dos Arqueólogos Portugueses
- **ADFA:** Associação dos Deficientes das Forças Armadas
- **ANCU:** Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar
- **APCA:** Associação Portuguesa de colecionadores de armas
- **APL:** Administração do Porto de Lisboa
- **CEP:** Corpo Expedicionário Português
- **CML:** Câmara Municipal de Lisboa
- **DIH:** Direito Internacional Humanitário
- **EUFOR:** European Union Force Althea
- **FAUL:** Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
- **FNLA:** Frente Nacional de Libertação de Angola
- **GNR:** Guarda Nacional Republicana
- **ICOM:** International Council of Museums
- **IPPC:** Instituto Português de Processo Civil
- **LC:** Liga dos Combatentes
- **LCGG:** Liga dos Combatentes da Grande Guerra
- **MPLA:** Movimento Popular de Libertação de Angola
- **NATO:** North Atlantic Treaty Organization
- **ONU:** Organização das Nações Unidas
- **PAIGC:** Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
- **PSP:** Polícia de Segurança Pública
- **RTP:** Rádio Televisão Portuguesa
- **SNBA:** Sociedade Nacional de Belas Artes
- **TAP:** Transportes Aéreos Portugueses
- **UNESCO:** United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
- **UNITA:** União Nacional para a Independência Total de Angola

A todos os combatentes que serviram e servem Portugal.

À memória da minha avó Maria André (La Salette)

INTRODUÇÃO

O Complexo Memorial ao Combatente Português no Forte do Bom Sucesso em Belém pretende ser um espaço de homenagem e memória a todos os soldados que serviram a nação portuguesa. O espaço memorial começou por ser um lugar destinado aos combatentes da Guerra Colonial ou “Guerra do Ultramar” (1961-1974), com a implementação no Forte do Bom Sucesso em 1994 do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*, obra do arquiteto Francisco Guedes de Carvalho. O seu *design* simples e abstrato propõe ao expectador uma interpretação pessoal do acontecimento, uma vez que é desprovido de qualquer informação histórica. Nele não existe referência a guerras nem indivíduos. O Monumento pretende ser um marco histórico do fim do Império Português e de homenagem a quem participou na Guerra Colonial, servindo como propósito terapêutico e unificação de todos os envolvidos, sem constrangimentos ou ressentimentos. Em 2000 no espaço onde se insere o Monumento e rodeando o mesmo, foi criado o *Memorial aos Caídos pela Pátria* um lapidário onde constam os nomes dos combatentes mortos durante a Guerra Colonial. A colocação dos nomes no lapidário permite no entender de Elsa Peralta enterrar o passado e seguir em frente (Peralta, 2014:229) Segundo a antropóloga a disposição dos nomes por ordem cronológica é uma forma de enterro do passado, pois define “um intervalo temporal no qual os eventos ocorreram (1961-1975), remete o drama social em questão para o passado, deslocando-o do presente” (Peralta, 2014:229). Em 2006 é adicionado à extensa parede do *Memorial aos Caídos Pela Pátria* os nomes dos soldados mortos durante as Operações de Paz e Humanitárias. A 11 de Novembro de 2015 por altura das comemorações do 97º aniversário do Armistício da Primeira Grande Guerra, do 41º aniversário do Fim da Guerra Colonial, do 92º aniversário da Liga dos Combatentes e da evocação do centenário da Primeira Guerra Mundial o complexo memorial é enriquecido com a *Capela do Combatente* e com o *Memorial ao Combatente*. Ao longo deste trabalho pretende-se perceber se este complexo memorial é um lugar de reconciliação e qual a relevância que lhe confere a sociedade portuguesa.

A dissertação que se apresenta insere-se no ramo do Património e Projetos Culturais do mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, do ISCTE-IUL e tem como intuito dar a conhecer este espaço de memória no Forte do Bom Sucesso em Belém fortemente associado à Guerra Colonial.

O trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro “Enquadramento Teórico” no qual é efetuada uma revisão bibliográfica sobre as principais temáticas e conceitos: a memória e lugares de memória, a identidade nacional e a difícil abordagem à Guerra Colonial.

No segundo capítulo: “A Liga dos Combatente” é feita uma breve contextualização histórica e apresentada a instituição responsável pela manutenção do complexo memorial em estudo, a sua atividade no âmbito dos Programas Estruturantes: “Conservação das Memórias” e “Cultura, Cidadania e Defesa” e as celebrações oficiais e eventos realizados no seio do complexo memorial.

O terceiro capítulo intitulado: “Para um complexo memorial ao combatente em Belém” é um estudo de caso, no qual é feito uma resenha histórica e desenvolvimento dos diferentes espaços que compõem o complexo memorial. Nesta seção também é explorada a arquitetura e a simbologia dos espaços.

No quarto e último capítulo “Museu do Combatente” é feita uma introdução sobre a transformação da instituição-museu e o seu papel educativo; é apresentado o núcleo museológico da Liga dos Combatentes presente no Forte do Bom Sucesso: exposições permanentes, exposições temporárias, eventos, serviço educativo e *workshops*.

Na conclusão da dissertação são tecidas considerações para que estas possam dar lugar a uma posterior continuidade de investigação nesta área.

A dissertação baseia-se essencialmente numa consulta bibliográfica e documental, refletindo-se numa bibliografia vasta. A metodologia usada incidiu na pesquisa e análise de diversas fontes primárias (artigos académicos, livros, artigos de jornais e revistas e relatórios da Liga dos Combatentes), direcionadas para os conceitos que se pretendia estudar: memória coletiva, memoriais, lugares de memória e identidade. Foi realizada uma entrevista a 20 de novembro de 2015 ao General Joaquim Chito Rodrigues no Museu do Combatente/Forte do Bom Sucesso que contou igualmente com a presença da Dra. Isabel Martins, responsável pelo departamento de Marketing e Comunicação do Museu do Combatente. Tive oportunidade de realizar várias visitas ao complexo memorial e ao Museu do Combatente e participar em eventos realizados pela Liga dos Combatentes, tais como as celebrações do 97º aniversário do Armistício da Grande Guerra, do 41º Aniversário do Fim da Guerra Colonial, do 92º Aniversário da Liga dos Combatentes e da evocação do centenário da Grande Guerra realizadas a 11 de Novembro de 2015 junto ao Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*. Nesse mesmo dia assisti à inauguração da *Capela do Combatente* e do *Memorial do Combatente* e pude visitar a exposição de pintura da autoria do Major Simões Duarte intitulada: “Dos famosos aos anónimos” no Museu do Combatente.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

I.1 O papel da memória

É impossível pensar o ser humano sem memória. A memória, fisicamente localizada no cérebro, permite ao indivíduo ter consciência de si próprio de forma autónoma, capacitando-o a recordar pequenos factos do seu quotidiano como saber se é dia ou noite, onde mora, reconhecer amigos, contar histórias, reter conhecimentos, entre outros eventos. Etimologicamente o conceito de memória deriva do termo latino *memoria* e remete para a “faculdade de conservar ideias ou noções de objectos” ou ainda para “lembrança, reminiscência” (Figueiredo, 1953:915). A memória tem sido objeto de vastos estudos e investigações em diversas áreas disciplinares, gerando múltiplas abordagens e teorias.

Na obra *História e Memória* Jacques Le Goff (2000), considera a memória um conceito crucial e descreve-a na esfera científica, ainda que sumariamente, como uma “capacidade de conservar certas informações”, que recorre “em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode actualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas” (Le Goff, 2000:9).

Não querendo entrar numa descrição ou abordagem da memória no âmbito científico, interessa a esta investigação explorar a memória no campo social e histórico. Para Le Goff o estudo da memória social é um dos meios fundamentais para solucionar os problemas do tempo e da história (que se debate com a manipulação da memória coletiva por parte dos poderes sociais e políticos) “relativamente aos quais a memória está ora atrasada ora avançada” (Le Goff, 2000:12). Pode assim entender-se que a memória individual é conduzida pelas forças sociais em determinada altura da evolução do indivíduo, resultando em memória coletiva? Se desde que nascemos, estamos inseridos em comunidades (família, escola, política, religião ou outra) os quais nos comunicam as aprendizagens, comportamentos e atitudes morais, sociais e até políticas, então parece não ser possível desligar a memória do contexto social. Trabalhar e despertar a memória coletiva é importante para a evolução e progresso das sociedades permitindo o reconhecimento e recordação do passado e das tradições e ao mesmo tempo alertando e lutando para que o passado não caia no esquecimento ou seja manipulada pelos indivíduos que dominam e gerem as sociedades. Jacques Le Goff salienta a importância das relações entre memória e história e lança um alerta no sentido da memória coletiva não servir os interesses de determinados grupos da sociedade, referindo “a memória, à qual a história chega, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado apenas para servir o presente e o

futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para libertar e não para escravizar os homens” (Le Goff, 2000:59).

Os estudos sobre a memória social analisam as diversas formas pelas quais o indivíduo é moldado pelo passado, de forma consciente ou inconsciente, material ou comunicativa, consensual ou contestante (Olick e Robbins,1998:112).

Maurice Halbwachs foi o sociólogo francês que deu um valioso contributo para a compreensão da memória coletiva. Na obra: Memória Coletiva Halbwachs defende a impossibilidade de separar a memória individual da memória coletiva, visto que não é possível desde a nossa infância separar as recordações que obtemos em contexto familiar, da linguagem oral, das pessoas, dos lugares, das classes sociais, dos costumes, etc. Para o autor é em sociedade que o indivíduo adquire as suas memórias e é também no contexto social que as recorda, reconhece e localiza (Halbwachs, 1992:37-38). É fácil compreender as múltiplas recordações que nos vêm à memória porque são transmitidas pelos nossos parentes, amigos ou outras pessoas que as recordam. Não há memória sem percepção coletiva. Ainda que o indivíduo pense os acontecimentos de forma individual, no momento da recordação estes passam a ser coletivos porque os factos ou acontecimentos são entendidos como resultado das interações sociais, que permitem reconstruí-los.

There are no recollections which can be said to be purely interior, that is, which can be preserved only within individual memory. Indeed from the moment that a recollection reproduces a collective perception, it can itself only be collective; it would be impossible for the individual to represent to himself anew, using only his forces, that which he could not represent to himself previously – unless he has recourse to the thought of his group (Halbwachs, 1992:169).

Maurice Halbwachs considera que os enquadramentos coletivos são instrumentos para reorganizar a memória coletiva, por conseguinte uma imagem do passado é constantemente mutável no tempo consoante as experiências do presente. De facto os vários grupos que compõem a sociedade são capazes de reconstruir o seu passado, apesar de frequentemente o distorcerem. Existem muitos factos e eventos que podem ser esquecidos pelo indivíduo se os grupos sociais não se encarregarem de manter a memória viva. Contudo a sociedade só consegue sobreviver e organizar-se se houver união entre os membros e os diferentes grupos que a compõem, numa necessidade constante de continuidade e equilíbrio social (Halbwachs, 1992:182).

Em “Como as sociedades recordam”, Paul Connerton (1993) lança a seguinte questão: “Dado que grupos diferentes têm memórias diferentes, que lhes são próprias, como é que essas memórias coletivas são transmitidas, no interior do mesmo grupo social, de uma geração para

a outra?” (Connerton,1993:42) Tentando dar resposta a esta pergunta, Connerton baseia-se nas teorias de Halbwachs¹ que sugere que “a sociedade tende a eliminar da sua memória tudo o que possa desunir os indivíduos” ou que, em certos momentos, “a sociedade é obrigada a ligar-se a novos valores, isto é, a confiar noutras tradições que estão mais de acordo com as suas necessidades e tendências atuais” (Connerton,1993:42-43). Paul Connerton alerta igualmente para a necessidade dos membros mais velhos do grupo não descurarem a transmissão das representações do passado aos seus membros mais jovens (Connerton, 1993:43)

Pierre Nora (1984) considera que história e memória estão longe de ser sinónimos. A memória é a vida e está em evolução constante. A memória está constantemente aberta à dialética das recordações e da amnésia, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, sendo suscetível a longas latências ou a revitalizações repentinas. Para o autor a memória é um fenómeno sempre atual, que liga as vivências do passado ao tempo presente. A memória está enraizada no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. Já a história, considera Nora, é a reconstrução sempre incompleta daquilo que já não é mais, do que já passou. O autor é de opinião que a história é uma representação do passado que requer análise e discurso crítico por ser uma operação intelectual e de carácter laico. E que, ao contrário da memória, a história só se agarra a continuidades temporárias, às evoluções e aos testemunhos das coisas. Conclui Nora dizendo que a memória é um “absoluto”, enquanto a história não conhece mais que o “relativo”. (Nora, 1984: XIX)

I.2 Memória e Identidade Nacional

A memória da nação está presente no quotidiano dos povos um pouco por todo o mundo, crescendo, vivendo e sentindo com eles, demarcando o presente e o futuro, enquanto “forma de representação de uma identidade construída ao longo de oito séculos de forma descontínua” (Bethencourt e Curto, 1991:7). A presença do passado encontra-se materializada nos traçados urbanos, na configuração das ruas e praças, nos monumentos, nas celebrações políticas, militares e religiosas, nos costumes e tradições, nas paisagens, etc. São estes e outros elementos que permitem ter a perceção do “passado recente e do passado distante, representando um importante papel na forma como a comunidade histórica se concebe e se posiciona face aos outros” (Bethencourt e Curto, 1991:8). Os homens pensam e agem ao longo do tempo de modo diferente, por divergências de carácter, conjunturas sociais, políticas, culturais, religiosas,

¹ Em Halbwachs, Maurice (1992), *On Collective Memory*, Chicago and London, The University of Chicago Press, pp. 182-183 e pp.129-130

económicas ou outras, por isso a percepção que cada um tem do passado também diverge. Como a sociedade também muda, pressupõe-se que a memória também mude e que a “nação, enquanto comunidade histórica com identidade própria é igualmente mutável, constituindo-se como complexo em transformação no espaço e no tempo” (Bethencourt e Curto, 1991:11). Este complexo em transformação não deixará que os factos caiam no esquecimento ou sejam silenciados, permitindo que a comunidade os reviva e os regenere criando um sentido de nação e de identidade.

Esta ideia parece estar patente em *Commemorations – The Politics of national identity* quando John R. Gillis (1994) refere: “The core meaning of any individual or group identity, namely, a sense of sameness over time and space, is sustained by remembering; and what is remembered is defined by the assumed identity” (Gillis, 1994:3). O autor associa os dois termos: identidade e memória, considerando que ambos têm uma vida paralela, visto que a noção de identidade depende da ideia de memória e vice-versa. (Gillis, 1994: 3). Considera que os termos se foram afastando gradualmente dos seus significados originais² devido às mudanças ocorridas ao longo do tempo, conferindo-lhes o estatuto de objetos materiais (memória algo para ser recordado, identidade algo que se perde e se encontra). No tempo atual nada é claramente definido nem linear, tudo se questiona e todos têm o direito de reclamar para si uma identidade, tanto os indivíduos, como grupos, subgrupos ou nações. Gillis entende esta procura de identidade como algo que ganhou um estatuto de “objeto sagrado” de um bem que é necessário à própria vida e pelo qual vale a pena combater e até morrer (Gillis, 1994:4).

O conceito de nação está intimamente ligada à ideia de memória e identidade nacional. Anthony Smith define nação como “uma determinada população humana, que partilha um território histórico, mitos e memórias comuns, uma cultura pública de massas, uma economia comum e direitos e deveres legais comuns a todos os membros” (Smith, 1997:28). Esta é uma definição ao mesmo tempo complexa e abstrata. Uma identidade nacional deve ser tomada segundo vários pontos de vista (classes, religião, etnia) e nunca reduzida a um único elemento. Desta forma, ao pertencer a uma nação o individuo identifica-se com ela e reconhece-se como parte integrante de um coletivo estabelecendo um laço cultural e político que une numa só comunidade política todos aqueles que partilham uma mesma terra de origem e cultura histórica “ (Smith, 1997:29). Recapitulando as definições, Smith considera que:

² Identidade: conhecimento de si próprio (Gillis,1994:3); Memória: capacidade de conservar certas informações (Le Goff, 2000: 9)

A identidade nacional e a nação são construções complexas, compostas por uma série de componentes interligadas – étnica, cultural, territorial, económica e político-legal. Estas exprimem os laços de solidariedade entre membros de comunidades, unidos por memórias, tradições e mitos partilhados, que podem ou não ter expressão nos seus próprios estados, mas totalmente diferentes dos laços puramente legais e burocráticos do estado. (Smith, 1997:30)

Anthony D. Smith distancia a definição de identidade nacional de qualquer conceção de Estado e explica que o Estado diz somente respeito a instituições públicas, sem qualquer ligação a outras instituições sociais e que “exercem um monopólio de coerção e extração dentro de um determinado território.” (Smith, 1997:29). Permite-se também caracterizar a noção de nacionalismo que muitos confundem com identidade nacional, considerando o nacionalismo “a doutrina que faz da nação o objeto de todo o empenho político e da identidade nacional a medida de todo o valor humano (...) a ideia global de uma única humanidade, de uma comunidade mundial e da sua unidade moral.” (Smith, 1997:32-33)

I.3 O Império Colonial e a afirmação da identidade nacional

Para José Manuel Sobral (2010) “as fontes de maior glória para os portugueses residem na sua história, no seu passado” (Sobral, 2010:109). Não há dúvida que a idade de ouro da história da nação portuguesa é a Era dos Descobrimentos. O legado colonial ainda hoje influencia fortemente as formas pelas quais Portugal define a sua pertença nacional (Reiter:2005:89). Evoca-se a memória imperial e a mitificação da figura do herói, silenciando as consequências violentas da expansão colonial. Ao longo dos séculos foram atribuídas representações míticas à identidade portuguesa, triunfando “a natureza humanista, não-racista e hibridizante da nação portuguesa e do imperialismo português” (Peralta, 2011: 234). Portugal é assim o país pioneiro da Era dos Descobrimentos, “não um centro colonial” sendo a sua ação “motivada por um sentido de missão civilizadora universal” (Peralta, 2011:234).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 é criada a ONU (Organização das Nações Unidas). A organização condenava as políticas colonialistas e como tal redigiu a “Carta das Nações Unidas”, documento no qual reconhece e promove o direito à autodeterminação dos povos. Muitos países forçados pela organização e pelos movimentos de libertação viram-se obrigados a abdicar dos seus territórios coloniais. As fortes vagas de descolonização levaram à independência de muitos países, no entanto até finais da década de sessenta Portugal constituía uma exceção. A recusa de Portugal em abdicar das colónias africanas de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe levou a que a ONU sentenciasse a política colonial levada a cabo pelo Doutor António de Oliveira Salazar, que isolou o país internacionalmente. Com a intenção de defender as suas colónias Portugal envolveu-se numa guerra que durou treze

anos (1961-1974), um conflito injusto e sofrido que mobilizou milhares de portugueses para três frentes de combate (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique), causando elevadas perdas humanas e a destruição de inúmeras famílias. A noção de “Império” ganhou intensidade durante o período do Estado Novo, reforçando a ideia de identidade nacional portuguesa. A Guerra Colonial ditou o fim do Império Português. Hoje existem marcas desse Império, quer em toponímia quer em monumentos. Belém vive o imaginário dos Descobrimentos privilegiando os feitos heroicos ligados às primeiras viagens marítimas. Em contrapartida o fim do Império e os traumas consequentes da Guerra Colonial são silenciados numa tentativa de apagar da memória da nação um período menos glorioso.

I.4 A Guerra Colonial e a amnésia coletiva

Cinquenta anos parecem não ser suficientes para sarar a ferida coletiva provocada pela Guerra Colonial. Ainda que permaneça nos dias de hoje como um assunto tabu e de difícil abordagem a “importância histórica e o impacto social da Guerra Colonial portuguesa são irrefutáveis.” (Martins,2013:5) De acordo com Bruno Sena Martins “durante décadas, a Guerra Colonial, foi ostensivamente apagada, silenciada e empurrada para o esquecimento.” (Martins,2013:4) Luís de Fraga aponta como causas da amnésia coletiva a exaustão provocada pela guerra e todos os transtornos associados à mesma, acrescentando o desejo insaciável da sociedade metropolitana por “uma liberdade que não conhecia havia décadas” (Fraga, 2014:91)

Para Isilda Braga Monteiro, a memória associada à Guerra Colonial varia de acordo com a geração, defendendo que, para os que viveram diretamente o conflito, as memórias “permanecem fortes mesmo quando intencionalmente silenciadas” e para a geração pós 1974, “corresponde já a um passado distante, quicá pouco interessante, a que só a História permite o acesso.” (Monteiro, 2011:1) Segundo René Pelissier, “as guerras de descolonização deixam geralmente uma lembrança amarga no espírito dos europeus que as travam” e os portugueses não fogem à regra (Pelissier,2003: 157).

Em Apresentação: Memórias coloniais: práticas políticas e culturais entre a Europa e a África, Cláudia Castelo (2006) afirma que não existe uma política oficial respeitante ao terceiro império português. Segundo a autora não foi decretada nenhuma legislação acerca da preservação da memória colonial e de como esta deverá ser tratada no contexto académico, assim como “não estão em preparação museus, centros de pesquisa ou outros espaços de evocação e reflexão relativos à nossa presença colonial em África” (Castelo, 2006: 4). A partir da década de 1980 são erguidos monumentos nacionais e locais aos combatentes mortos da guerra, sendo-lhes também prestada homenagem através da toponímia. Cláudia Castelo refere

o esforço e a iniciativa das associações de antigos combatentes da Guerra Colonial de manter viva a memória do conflito, destacando o papel da Liga dos Combatentes na construção em Belém do Monumento Aos Combatentes do Ultramar em 1994 e na construção das lápides evocativas dos mortos da Guerra Colonial colocadas ao redor do Monumento em 2000. A autora refere ainda a criação do Museu da Guerra Colonial em 1998 na delegação de Famalicão da Associação de Deficientes das Forças Armadas (Castelo, 2006:5).

O debate acerca da Guerra Colonial protagonizado nas décadas de setenta e oitenta do século XX causou alguma polémica desde logo pela discussão da denominação mais correta: Guerra Colonial ou Guerra do Ultramar? A controvérsia em torno dos dois termos “leva alguns estudiosos do assunto a optar pela asséptica Guerra em África ou Guerra de África ou mais recentemente Guerras da Descolonização” (Monteiro, 2011:1) A abordagem da Guerra Colonial como objeto de investigação atrativo terá surgido no meio académico no início do nosso século. Até à Revolução do 25 de Abril de 1974, grande parte dos estudos estavam centrados no império português no Oriente e no Brasil. O Terceiro Império Português (1825 a 1975) foi negligenciado. Cláudia Castelo aponta a longevidade da ditadura de Salazar como fator da “debilidade de uma historiografia anticolonial e a abundância relativa de uma historiografia hagiográfica sobre o império português” (Castelo, 2006:7). Os estudos sobre o colonialismo do século XIX e XX e sobre a Guerra Colonial foram desenvolvidos décadas mais tarde surgindo no meio académico com o intento de desmistificar o Império Português. Nos últimos anos foram elaboradas algumas dissertações de mestrado e de doutoramento, realizados colóquios, seminários e encontros científicos, exposições e publicações em várias áreas desde a História à Literatura passando pela Sociologia e Antropologia. Isilda Braga Monteiro defende que nos dias de hoje estão reunidas as condições para que historiadores e ex-combatentes (segundo a investigadora alguns com duplo estatuto) reúnam esforços com o fim de “trazer ao de cima novas abordagens da Guerra Colonial” (Monteiro, 2011:3). Cláudia Castelo realça que ainda hoje existem textos que substanciam a nostalgia do passado colonial, no entanto acrescenta que “são cada vez mais trabalhos de investigação apostados em problematizar, comparar e contextualizar para iluminar processos de tensão e negociação, momentos de rutura e longas persistências” (Castelo, 2006:7).

II. A LIGA DOS COMBATENTES

A Liga dos Combatentes (LC) é uma organização pública sem fins lucrativos que exerce a sua atividade sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional. A instituição foi fundada em 1923 por ex-combatentes portugueses da Primeira Guerra Mundial com o intuito de prestar auxílio aos inválidos de guerra, viúvas e órfãos e defender os seus interesses. A sua ação é regida por ideais patrióticos e sociais, que visam “Promover a prestação e auxílio mútuo e a defesa dos legítimos interesses espirituais, morais e materiais dos combatentes; Cooperar com outras entidades no que respeita à adoção de medidas de assistência a situações de carência económica.”³

A Liga visa através das suas inúmeras atividades prestar serviço a Portugal e enaltecer o amor à Pátria. De modo a materializar os seus objetivos, a instituição possui seis Programas Estruturantes através dos quais a Liga divulga, em especial aos mais jovens, os símbolos nacionais, a importância da defesa dos valores morais e históricos, o honrar os mortos e dignificar os vivos. A Liga dos Combatentes procura ainda apresentar de forma sucinta os serviços prestados pelos combatentes ao longo do século XX, quer em regime de conflito ou de paz.

II.1 Contextualização histórica

Com o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918, os combatentes regressaram à Pátria traumatizados e mutilados, tornaram-se vítimas de injúrias e alguns foram repudiados pelas próprias famílias. O fim da guerra trouxe um cenário mundial de incertezas e aos combatentes o receio pelo seu futuro e a necessidade de defender os seus direitos. À semelhança do que ocorrera noutros países alguns ex-combatentes propuseram a criação de uma associação que defendesse os seus interesses e prestasse auxílio aos inválidos de guerra, às viúvas e aos órfãos. Insatisfeito com o pouco apoio estatal atribuído aos ex-combatentes, este grupo de homens planeou e concebeu em 1923 a Liga dos Combatentes da Grande Guerra. O clima de instabilidade, “desalento, a falta de coesão e solidariedade que se notava na Nação, tinham também contagiado os homens da guerra”.⁴

A ideia de criação da Liga partiu de João Jayme de Faria Affonso que nos finais de 1919, colocou o projeto em marcha, tentativa que não obteve êxito. Contudo Faria Affonso não desistiu; em 1921 retoma os trabalhos para a criação da associação, desta vez acompanhado pelo primeiro-tenente Horácio Faria Pereira e pelo tenente Joaquim de Figueiredo Ministro.

³ Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/ceamps/incl.social/001.pdf>. Consulta: 8-11-2015

⁴ Em http://www.ligacombatentes.org.pt/organizacao/resenha_historica. Consulta: 8-11-2015

Juntos constituíram-se em comissão contando com o apoio dos tenentes-coronéis Ferreira do Amaral e Francisco Aragão. Coube a Faria Affonso a proposta dos estatutos que viriam a ser desenvolvidos por Faria Pereira e posteriormente apresentados e submetidos à análise pelos combatentes.

A 16 de Outubro de 1923 a comissão realiza uma reunião que se revela produtiva na qual se apuram os primeiros corpos diretivos. O trabalho da comissão é notório e revelador de crescente sucesso. Por esta altura já existiam em Portugal catorze agências, oito subagências e cinquenta e três delegações, contando com um número total de três mil sócios. A 29 de Janeiro de 1924, é oficializada a Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG), através da Portaria n.º 3888.

No início da década de 30, a LCGG aumenta os seus apoios, recebendo legados por parte de outras instituições que então se extinguíam como é o caso da Comissão Portuguesa dos Padrões da Grande Guerra, a Junta Patriótica do Norte e a Cruzada das Mulheres Portuguesas, com géneses que remontam ao período da guerra e pós-guerra, e cuja principal função era minimizar as suas repercussões. Tal como a Liga dos Combatentes, estas instituições partilhavam os mesmos valores e objetivos: solidariedade e apoio mútuo, assim como a defesa dos valores da nação portuguesa.

Entre o património herdado das instituições extintas destacam-se alguns prémios e condecorações, assim como uma habitação na Calçada dos Caetanos nº 18, atual Rua João Pereira Da Rosa em Lisboa, legado da Cruzada das Mulheres Portuguesas onde ainda hoje funciona a sede da Liga.

A Liga deu início às atividades no pequeno escritório de Faria Affonso que funcionava na Rua de S. Paulo, inaugurando a 1 de Fevereiro de 1924 a sua nova sede numa sala da Direção da Arma de Aeronáutica no Largo da Trindade. Dois anos mais tarde, a 20 de Setembro de 1926, a Liga passa a ocupar o local onde ainda hoje permanece na Rua João Pereira Da Rosa.

A designação “Liga dos Combatentes” surgiu anos mais tarde a 16 de Dezembro de 1975. A atividade da instituição deixa de estar centrada apenas nos combatentes da Primeira Grande Guerra e suas famílias alargando a sua ação aos militares que prestaram serviço na Guerra Colonial e mais tarde nas Missões de Paz.

A Liga dos Combatentes é uma instituição detentora de altas condecorações, nas quais constam duas comendas da *Ordem Militar da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito*, uma *Cruz de Guerra de 1ª Classe*, duas medalhas de Ouro de *Serviços Distintos*, um *Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique*, uma comenda da *Ordem de Benemerência* e uma Placa de Honra da Cruz Vermelha.

A Liga conta com o apoio de várias entidades, das quais se destacam: o Montepio Geral; a Fundação Manuel António da Mota; a Câmara Municipal de Oeiras e a Symington Family Estates, assim como a Marinha, o Exército e a Força Aérea, que colaboram com o Museu do Combatente.

II.2 A atividade da Liga dos Combatentes

A atividade realizada pela Liga dos Combatentes é o reflexo do esforço, da solidariedade e respeito por Portugal e seus valores morais e históricos. Ao longo da sua existência tem prestado auxílio e proteção aos que mais precisam, apoiando os combatentes e suas famílias que por carências financeiras não conseguem subsistir. São objetivos da Liga:

- a. Promover a exaltação do amor à Pátria e a divulgação, especial entre os jovens, do significado dos símbolos nacionais, bem como a defesa intransigente dos valores morais e históricos de Portugal;
 - b. Promover o prestígio de Portugal, designadamente através de acções de intercâmbio com associações congéneres estrangeiras;
 - c. Promover a protecção e auxílio mútuo e a defesa dos legítimos interesses espirituais, morais e materiais dos sócios;
 - d. Cooperar com os órgãos de soberania e da Administração Pública com vista à realização dos seus objectivos, nomeadamente no que respeita à adopção de medidas de assistência a situações de carência económica dos associados e de recompensa daqueles a quem a Pátria deva distinguir por actos ou feitos relevantes praticados ao seu serviço;
 - e. Criar, manter e desenvolver departamentos ou estabelecimentos de ensino, cultura, trabalho e solidariedade social em benefício geral do País e directo dos seus associados.
2. À LIGA DOS COMBATENTES está vedado o exercício ou participação em actividades de carácter político, partidário, sindical ou ideológico. ⁵

A Liga dos Combatentes desenvolve várias ações tendo em vista o bem-estar de todos os seus associados. Desde 2003 que a Liga possui seis Programas Estruturantes: 1) “Liga Solidária”; 2) “Conservação das Memórias”; 3) “Cultura, Cidadania e Defesa”; 4) “Inovação e Modernização”; 5) “Cuidados de Saúde” e 6) “Passagem de Testemunho”. Estes Programas Estruturantes estão inseridos em diversas áreas de intervenção e visam o cumprimento de valores e objetivos inerentes à Liga, tais como:

Promoção da História, do amor à Pátria e do respeito pelos símbolos nacionais, em especial junto da juventude; Cooperação com as entidades e autoridades governamentais no desenvolvimento da solidariedade e apoio mútuo em proveito dos mais carenciados; Criação e manutenção de departamentos ou estabelecimentos de ensino, cultura, trabalho e de solidariedade, em proveito geral do país e dos seus membros em particular. (Rodrigues, 2010:2)

⁵ Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/organizacao/objectivos>. Consulta: 8-11-2015

Interessa no âmbito desta investigação destacar os programas “Conservação das Memórias” e “Cultura, Cidadania e Defesa”.

II.2.1 O Programa: “Conservação das Memórias”

O Programa Estruturante “Conservação das Memórias” é um programa complexo que visa a dignificação e homenagem dos combatentes portugueses que serviram Portugal em conflitos armados como: a Primeira Guerra Mundial, Guerra Colonial e guerras atuais. Entre as atividades deste programa da Liga estão a localização, identificação e transladação de corpos dos combatentes, assim como a edificação de campas, ossários e lugares de meditação e luto, daí o título “Conservação das Memórias”. A Liga dos Combatentes desenvolve ações quer em território nacional, quer em território estrangeiro. Em Portugal a Liga dos Combatentes já procedeu à “dignificação de cerca de trezentos talhões e uma centena de ossários” (Rodrigues, 2015a:8). Assim destaca-se o Talhão dos Combatentes no cemitério do Alto de S. João em Lisboa.

Em território estrangeiro a Liga procura “localizar, concentrar, identificar e dignificar lugares em todo o mundo onde se encontrem inumados militares portugueses caídos ao serviço de Portugal.” (Rodrigues, 2015a:8)

Na Europa é importante destacar os cemitérios militares de Richebourg e Boulogne-sur-Mer em França, nos quais jazem restos mortais de combatentes portugueses da Primeira Guerra Mundial. Estes cemitérios encontram-se bem conservados e anualmente, por altura da comemoração da *Batalha de La Lys* no dia 9 de Abril, evoca-se a memória dos que nela perderam a vida. Na Bélgica, a Liga possui campas de militares do Corpo Expedicionário Português (CEP) localizadas no cemitério de Schoolselhof em Antuérpia cujo estado de conservação atual se desconhece.

No continente africano, a Liga dos Combatentes possui alguns cemitérios militares e ossários como é o caso dos cemitérios em São Tomé, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Mindelo na Ilha de S. Vicente e o Ossário de Sta. Maria na Ilha do Sal em Cabo Verde.

Em 2011, a Liga dos Combatentes estabeleceu um acordo com os Transportes Aéreos Portugueses (TAP) com vista ao transporte gratuito dos restos mortais dos soldados da Guerra Colonial transladados dos campos de batalha a pedido das suas famílias. Este acordo está submetido a condicionantes: as transladações deverão ser feitas em casos extraordinários e pontuais.

A 11 de Novembro de 2015 por altura das comemorações do 97º aniversário do Armistício da Grande Guerra, o 41º Aniversário do Fim da Guerra Colonial e o 92º Aniversário

da Liga dos Combatentes, no âmbito do Programa “Conservação das Memórias” a Liga inaugurou em Belém a *Capela do Combatente* e o *Memorial do Combatente* (que serão analisados no capítulo III). No *Memorial do Combatente* encontra-se um túmulo com os restos mortais pertencentes a um soldado português desconhecido combatente na Guerra Colonial, transladados do ossário da Liga na Guiné.

II.2.2 O Programa: “Cultura, Cidadania e Defesa”

O Programa Estruturante da Cultura, Cidadania e Defesa tem como principal objetivo “a preservação do património cultural do país” (Rodrigues, 2015b:4). À luz deste programa a Liga compromete-se a:

- a) Apoiar a construção de monumentos de homenagem aos combatentes assim como recuperar e manter a segurança do Forte do Bom Sucesso, do Monumento *Aos Combatentes* e da área envolvente;
- b) Desenvolver os seus núcleos museológicos;
- c) Apoiar a construção e manutenção de cemitérios e ossários para os combatentes;

A cultura é um campo privilegiado pela Liga e isso reflete-se nos seus diversos núcleos museológicos. A instituição possui um museu na sede da Liga dos Combatentes em Lisboa, um museu nas cidades do Porto, Coimbra, Viseu e Estremoz e o Museu do Combatente no Forte do Bom Sucesso em Belém. Nestes núcleos museológicos é possível contemplar uma vasta coleção de objetos representativos dos combatentes da Primeira Guerra Mundial, da Guerra Colonial e das recentes Operações de Paz e Humanitárias. Os objetos são peças doadas por ex-combatentes, por instituições militares e alguns pertencem ao património da própria Liga dos Combatentes.

A Liga possui no Mosteiro de Santa Maria da Vitória na Batalha o Museu das Oferendas (o segundo núcleo museológico) e o monumento ao Soldado Desconhecido na Sala do Capítulo. O monumento ao Soldado Desconhecido com túmulo de campa rasa iluminado com a Chama da Pátria representa o espírito de sacrifício dos combatentes portugueses que defenderam os interesses do país durante a Primeira Guerra Mundial. A coleção presente no Museu das Oferendas e o monumento do Soldado Desconhecido estão abertos ao público e sujeitos ao horário estabelecido pela administração do Mosteiro da Batalha.

A memória da nação está cristalizada nos monumentos que “consagram feitos coletivos e sacrifícios anónimos” ou “celebram reis e heróis, políticos, literatos ou cientistas” (Bethencourt e Curto, 1991:7), mantendo viva a história do país. O Mosteiro de Santa Maria da Vitória, também conhecido como Mosteiro da Batalha, tem a sua génese numa promessa feita

por D. João I à Virgem que consistia na construção de um mosteiro caso os portugueses vencessem os castelhanos na *Batalha de Aljubarrota*, assim garantido a independência de Portugal o que viria a acontecer a 14 de Agosto de 1385, daí o nome “Mosteiro da Batalha”. Desde então o monumento é o “símbolo da «nação» independente” possuindo “uma muito justa fama nacional e até internacional” (Almeida e Barroca, 2002:69). Aliado à sua importância histórica e simbólica, o mosteiro permite a integração do monumento ao Soldado Desconhecido num espaço digno, a Sala do Capítulo, “local austero e de grande simplicidade, que consegue arrancar interjeições de espanto a todos os que pousem o olhar no seu tecto”⁶. A localização do monumento possibilita fácil acesso do visitante, colocação de forças militares e realização de cerimónias evocativas em memória dos combatentes da Primeira Guerra Mundial (como o Dia do Combatente realizado a dia 9 de Abril por altura da celebração da *Batalha de La Lys*). O Mosteiro da Batalha, local de memória ligado a factos históricos do passado, denuncia o esforço coletivo, o patriotismo, a valentia, o espírito de sacrifício, imortalizando a imagem heroica do soldado português. A integração do monumento ao Soldado Desconhecido vem reforçar o referencial nacionalista e celebrativo, mantendo perene a memória do soldado português, independentemente da época. A evocação desta memória possibilita uma atmosfera introspetiva e “uma acção cultural e pedagógica de exaltação do amor a Portugal”⁷

É certo que o templo logo após a Batalha em Aljubarrota (1385) foi doado por D. João I à comunidade dominicana para aí fundar o seu convento, instruindo e formando as populações na fé (católica). Mas também é certo que desde logo ganhou outra importância, quando “D. João I decide aí fundar o seu próprio panteão”⁸ abrigando os seus restos mortais e os da descendência de Avis. O mosteiro ganha então uma nova dimensão e utilidade, com os reis portugueses a apoiar o crescimento e engrandecimento artístico e arquitetónico do Mosteiro. A palavra *panteão* derivada do grego indicia dois significados: templo onde os gregos e os romanos consagravam os deuses, ou edifício nacional onde se depositam os restos mortais daqueles que mais engrandeceram a pátria.⁹ Pode considerar-se que quem ali fosse sepultado teria estatuto de Deus e teria a vida eterna? Para isso era necessário repousar num local pio, nobre e majestoso, condizente com o estatuto de grandeza e soberania, impressionando as elites

⁶ Em <http://www.exercito.pt/sites/RA4/Publicacoes/Documents/Boletim%202008.pdf>. Consulta: 2-02-2016

⁷ Ibidem

⁸ Em <http://www.mosteirobatalha.pt/pt/index.php?s=white&pid=169>. Consulta: 8-02-2016

⁹ Em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/panteão>. Consulta: 8-02-2016

régias, nobres (e até eclesiásticas) nacionais e internacionais. Os reis e os nobres combatiam nas batalhas, e por isso, decerto, se consideravam mártires, santos e imortais, mas as comemorações não pretendiam homenagear o sofrimento e as mortes dos soldados que combatiam a seu lado, nem lhes era dado tão honroso repouso. O que interessava era o engrandecimento, afirmação e reconhecimento da nação portuguesa.

A Sala do Capítulo do Mosteiro de Santa Maria da Vitória na Batalha é o centro do "Culto dos Mortos pela Pátria" e foi o local escolhido para albergar o túmulo ao Soldado Desconhecido “especificamente para produzir uma continuidade entre o passado e o presente coletivo nacional, procedendo a uma montagem mnemónica entre a vitória sobre Castela, nas campanhas de 1383-1385, onde Portugal conquistou a sua independência e o reconhecimento internacional como Estado-nação e a vitória na Grande Guerra onde alcançou os mesmos objetivos.”¹⁰

É importante salientar o papel da Liga dos Combatentes na exposição: “Neste Mar de Lágrimas” no Santuário de Fátima no dia 29 de Novembro de 2014, ao emprestar a imagem do Cristo das Trincheiras, elemento do seu património cultural que se encontra na Sala do Capítulo no Mosteiro da Batalha. Esta exposição tinha como objetivo evocar “as aparições de Fátima em 1917, ano em que as Forças Armadas portuguesas se batiam em França e em África durante a Grande Guerra.”¹¹ A ideia era os visitantes reverem nos objetos da exposição o período difícil da história em Portugal em particular e na Europa em geral e poderem partilhar “este momento de cultura, patriotismo e religiosidade.”¹² Após um ano em exposição a imagem voltou para a Sala do Capítulo do Mosteiro de Santa Maria da Vitória na Batalha.

Junto ao Museu do Combatente no Forte do Bom Sucesso encontra-se o Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* reconhecido pelo TripAdvisor em 2015 com o certificado de excelência pelo serviço de alta qualidade prestado aos turistas. Este certificado¹³ é atribuído desde 2010 aos estabelecimentos/instituições de todo o mundo no setor do turismo e hotelaria com base nas avaliações e classificações (pontuação geral de pelo menos quatro a cinco círculos) dadas pelos viajantes no *website* do TripAdvisor.

¹⁰ Em http://www.momentosdehistoria.com/MH_06_04_01_Patriotismo.htm. Consulta: 8-02-2016

¹¹ Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/noticias/mais/701>. Consulta: 1-02-2016

¹² *Ibidem*

¹³ Em <https://www.tripadvisor.com.au/TripAdvisorInsights/n2290/frequently-asked-questions-about-certificate-excellence>. Consulta: 1-02-2016

No âmbito do programa “Cultura, Cidadania e Defesa”, a Liga dos Combatentes e os seus núcleos têm levado a cabo inúmeras exposições e conferências alusivas ao centenário da Grande Guerra bem como têm dado continuidade à “Tertúlia Fim do Império” que realizou já 124 conferências e publicou 21 obras literárias, focando a Guerra do Ultramar nos seus mais variados aspectos políticos, militares e culturais” (Rodrigues, 2015b:5). Ainda dentro dos objetivos deste programa, a Liga dos Combatentes compromete-se a manter e recuperar o espaço do Forte do Bom Sucesso e a garantir o funcionamento do Café do Forte.

Desde janeiro de 1926 que a Liga dos Combatentes é proprietária e editora da revista *O Combatente*, meio de comunicação com o público e de divulgação das atividades desenvolvidas pela instituição e seus núcleos. A publicação é trimestral e tem como diretor o Presidente da Direção Central General Joaquim Chito Rodrigues, como diretor executivo Hélder Freire e como coordenador Ricardo Varandas.

II.3 Núcleos, sócios e suas regalias

A Liga dos Combatentes possui cento e três núcleos espalhados por todo o país e onze núcleos no estrangeiro: Belo Horizonte (Brasil), Bissau (RGB), Lillers et Environs, Richebourg, Roubaix, Neuilly Sur Seine (França), Montreal – Quebec, Toronto – Ontário (Canadá), Nampula (Moçambique), Nova Inglaterra (EUA), São Vicente/Mindelo (Cabo Verde).

Sendo a Liga dos Combatentes uma “instituição aberta e democrática” (Rodrigues, 2015a:6) qualquer cidadão se pode tornar sócio. A instituição conta já com mais de setenta mil sócios sendo constituída por grupos heterogéneos.

Os sócios estão agrupados em diferentes categorias:

“1- combatentes “da Grande Guerra, da Guerra do Ultramar ou das operações e paz”, 2- membros efetivos “todos os que serviram ou servem as Forças Armadas e de Segurança”, 3- membros extraordinários “familiares dos sócios combatentes ou efectivos, filhos e netos” e 4- membros apoiantes “qualquer cidadão que se reveja nos objectivos da Liga” (Rodrigues, 2015a:6), 5- membros honorários “as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, a quem, por mérito ou pelos serviços relevantes prestados à Pátria ou à Liga dos Combatentes, a assembleia geral confie esse título” e 6- beneméritos “as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, a quem, por actos praticados em benefício da Liga os Combatentes ou dos seus associados, a direcção central atribua essa qualidade.”¹⁴

Para se fazer sócio da Liga, o candidato a membro deve dirigir-se ao núcleo da sua área de residência. Segundo o artigo 4º do estatuto são admitidos:

¹⁴ Em http://www.ligacombatentes.org.pt/socios_e_regalias. Consulta: 13-05-2016

“(…) como sócios todas as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que professem o ideário da instituição e que se disponham a servi-la, contribuindo com o seu patrocínio e o seu esforço ou auxílio monetário para a manutenção e funcionamento da mesma.”¹⁵

A Liga dos Combatentes não admite como sócios “indivíduos que hajam sido condenados pela prática de crime com dolo e os que não possuam reconhecidas qualidades morais e cívicas.”¹⁶

Importa refletir sobre o modo de seleção e reconhecimento das qualidades morais e cívicas dos candidatos a sócios da Liga, uma vez que essa informação não está clara quer no *website* da instituição quer nos estatutos regulamentados pela Portaria nº 119/99 de 10 de Fevereiro¹⁷. No *website* da LC é disponibilizado um boletim de inscrição para submissão online onde são requeridas as informações pessoais e militares (patente e comissões de serviço). Haverá algum teste presencial, diagnóstico que comprove a moralidade e o sentido patriótico do candidato? Parece inexequível, uma vez que não existe uma entidade oficial que emita certificados de bom cidadão. Hipoteticamente acredita-se que os boletins de inscrição passarão por um processo de avaliação e creditação por parte das delegações e junta central, comprovando que o candidato não tem registo de prática de qualquer atividade ilícita, cadastro policial e é reconhecida pela comunidade como uma pessoa íntegra.

São admitidos como “sócios combatentes”:

“a. Os cidadãos que prestem ou tenham prestado serviço nas Forças Armadas Portuguesas e tenham participado em missões de defesa, de segurança, de soberania, humanitárias e de paz ou de cooperação; b. Os elementos das forças de segurança que participem ou tenham participado em missões equiparadas às condições referidas na alínea anterior; c. Os cidadãos que prestem ou tenham prestado serviço, ainda que integrados em organizações civis, em missões de defesa, de segurança, de soberania, humanitárias e de paz ou de cooperação no interesse de Portugal; d. Os cidadãos que, em território nacional, tenham participado em missões de segurança no decorrer de situações de estado de sítio ou de emergência. e. Os estrangeiros nas condições referidas nas alíneas anteriores”¹⁸

A quota anual é de 18 euros, tendo o primeiro ano um acréscimo de “7 euros para procedimentos administrativos e estatutos” (Rodrigues, 2015a:6).

Os sócios da Liga dos Combatentes têm algumas regalias tais como:

¹⁵ Em http://www.ligacombatentes.org.pt/socios_e_regalias. Consulta: 13-05-2016

¹⁶ *Ibidem*

¹⁷ Em <https://dre.tretas.org/dre/99852/>. Consulta: 13-05-2016

¹⁸ Em http://www.ligacombatentes.org.pt/socios_e_regalias. Consulta: 13-05-2016

(...) direito a frequentar as instalações das sedes (Social da Liga e dos Núcleos) dentro dos horários estabelecidos; usufruir dos serviços proporcionados de harmonia com as condições que vigorarem, assim como tomar parte nas actividades culturais, recreativas, desportivas e outras que forem levadas a efeito dentro das normas que para elas estiverem fixadas.¹⁹

Tive oportunidade de falar com um ex-combatente da Guerra Colonial, residente no concelho da Lourinhã que me esclareceu acerca das regalias enquanto sócio da LC. Soube através do seu testemunho pessoal que os núcleos da Liga nos vários pontos do país procuram realizar protocolos, acordos de cooperação e parcerias com vista ao benefício dos seus sócios e familiares. Para usufruírem destes benefícios os sócios deverão ter o pagamento das quotas em dia. Falando no seu caso pessoal referiu os descontos que possui em farmácias, oculistas, consultas de clinica geral, oficinas e lojas automóveis, lojas de artigos de pesca e caça, lojas de tintas, papelarias, restaurantes e hotéis.

A Liga dos Combatentes possui também protocolos com a Fundação Inatel, com a Vodafone, a Cruz Vermelha Portuguesa, a Santa Casa da Misericórdia, as universidades e institutos.

II.4 Celebrações e Eventos

A Liga dos Combatentes possui quatro celebrações oficiais anuais. São elas: o dia da Liga dos Combatentes (16 de Outubro), o dia do Armistício da Primeira Guerra Mundial e do Fim da Guerra Colonial (11 Novembro), Dia do Combatente (9 Abril) e o Dia de Portugal (10 Junho).

É importante destacar dentro das cerimónias oficiais as que se realizam junto ao Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*, como é o caso do Dia do Armistício da Primeira Guerra Mundial; as comemorações do fim da Guerra Colonial; o Aniversário da Liga dos Combatentes; o Dia de Portugal; o evento Corrida dos Combatentes pela Paz e as visitas oficiais dos chefes de estado-maior do Exército estrangeiros.

Desde 2009 que no dia de celebração do Armistício da Primeira Guerra Mundial se evoca “(...) o fim da Guerra Colonial e a cerimónia oficial passou a ser feita junto ao monumento aos mortos do Ultramar, em Belém (Lisboa), em vez de ser feita junto do monumento aos mortos da Grande Guerra, na Avenida da Liberdade (Lisboa).” (Pinto, 2016:234) Joaquim Chito Rodrigues, Presidente da Liga dos Combatentes defende que a comemoração desta data em Portugal e em toda a Europa, é o reflexo de um “verdadeiro dia de paz entre as nações”. (Rodrigues, 2014:1) O Presidente da Liga acrescenta que a celebração

¹⁹ Em http://www.ligacombatentes.org.pt/socios_e_regalias. Consulta: 13-05-2016

serve para assinalar o desfecho das duas guerras e “preservar e promover a paz”. (Rodrigues, 2015b:2)

Tive oportunidade de assistir às celebrações do 97º aniversário do Armistício da Grande Guerra, ao 41º Aniversário do Fim da Guerra Colonial, ao 92º Aniversário da Liga dos Combatentes e à evocação do centenário da Grande Guerra que teve lugar no dia 11 de novembro de 2015 junto ao Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*. O evento contou com a presença do General Ramalho Eanes, do Ministro da Defesa Nacional Dr. José Pedro Aguiar Branco, de altas entidades civis, militares e religiosas, dos Núcleos da Liga dos Combatentes e Associações de Combatentes. Os eventos desenrolaram-se da seguinte forma:

10H15 - Recepção dos convidados. 10H30 - Chegada da Alta Entidade que preside à cerimónia; Honras Militares; Alocuções alusivas ao ato; Imposição de condecorações; Recepção dos Restos Mortais de Combatente por Portugal caído na Guerra do Ultramar; Cerimónia de Homenagem aos Mortos pela Pátria; Deposição de flores; Invocação Religiosa; Toques de Homenagem aos Mortos; Deposição dos restos mortais no Memorial ao Combatente; Hino da Liga dos Combatentes; Desfile das Forças em Parada. 11H50 Bênção e Inauguração da Capela do Combatente e Memorial ao Combatente. 12H00 Visita ao Museu do Combatente.²⁰

Na celebração houve honras militares e condecorações assim como discursos por parte das autoridades competentes. Um dos pontos mais altos do dia foi a chegada ao Monumento dos restos mortais de um soldado desconhecido português da Guerra Colonial vindo da Guiné. O Soldado Desconhecido foi colocado no *Memorial ao Combatente* inaugurado no mesmo dia que a *Capela do Combatente*. A bênção da capela e memorial foi realizada por D. Manuel Linda, Bispo das Forças Armadas e de Segurança.

Não deixa de ser confusa a celebração destes três acontecimentos no mesmo dia e no mesmo local (junto ao Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* em Belém), uma vez que os eventos anteriormente apresentados reportam a contextos e épocas diferentes. Na verdade, a única cerimónia que se realiza no dia 11 de Novembro é o Dia do Armistício da Primeira Guerra Mundial²¹, também conhecido como *Remembrance Day* ou *Poppy Day* (Dia da Papoila),

²⁰ Ver Anexo A - Convite para a cerimónia comemorativa do 97º Aniversário do Armistício da Grande Guerra, 41º Aniversário do Fim da Guerra Colonial, 92º Aniversário da Liga dos Combatentes e evocação do centenário da Grande Guerra (11 de Novembro de 2015)

²¹ O dia do Armistício da Primeira Guerra Mundial é celebrado a 11 de novembro, data em que foi assinado o acordo de paz entre os Aliados e a Alemanha que colocou fim ao conflito que durou quatro anos. Neste dia, vários países prestam as suas homenagens fazendo dois minutos de silêncio às 11 horas da manhã. O primeiro minuto é dedicado às vítimas do conflito e o segundo minuto aos seus

celebrado nalguns países que estiveram envolvidos no primeiro conflito mundial. O aniversário da Liga dos Combatentes é comemorado no dia 16 de Outubro e o fim da Guerra Colonial é assinalado com a Revolução de 25 de Abril de 1974. Não existe uma uniformidade na data escolhida anualmente para celebrar os três acontecimentos. Em 2015 as cerimónias realizaram-se a 11 de novembro (quarta-feira), mas em anos anteriores as mesmas ocorreram em datas distintas (15 de Novembro (2008); 14 de Novembro (2009); 08 de Novembro (2014)).²² As comemorações acontecem geralmente em Novembro, tendo em 2006 ocorrido a 14 de Outubro, próximo da data da constituição da Liga dos Combatentes. Até 2009 o fim da Guerra Colonial não era evocado. Por decisão da Liga dos Combatentes este acontecimento passa a fazer parte das celebrações evocativas, sendo recordada pela primeira vez no dia 14 de Novembro de 2009 por altura dos trinta e cinco anos do fim desta guerra. Desde então este acontecimento é celebrado em conjunto com o dia do Armistício e o aniversário da Liga dos Combatentes.

Se pensarmos bem a celebração do fim da Guerra Colonial no dia 11 de novembro não é de todo descabida. A última colónia portuguesa a tornar-se independente foi Angola a 11 de Novembro de 1975, representando o “epílogo do império” e o “fim de um projecto histórico, iniciado na época dos Descobrimentos” (Saraiva, 1993:559). Assim, considera-se possível que as entidades políticas e militares entendam a saída das tropas portuguesas de África a 11 de Novembro. Considera-se igualmente compreensível a evocação das três datas no mesmo dia por uma questão de recursos, permitindo à Liga dos Combatentes, aos poderes políticos, militares (e até religiosos) organizarem espaços, pormenores operacionais, meios humanos, transportes, custos, divulgação, etc.

Refletindo sobre o local escolhido para as celebrações, porque razão se deixou de assinalar o dia do Armistício junto ao monumento erigido em memória dos mortos da I Guerra Mundial na Avenida da Liberdade? Qual o sentido de existir este monumento celebrativo na Avenida da Liberdade, quando se evoca a memória dos soldados mortos na Primeira Guerra Mundial junto ao Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*? Creio que a explicação está ligada uma vez mais à gestão de recursos e à capacidade do espaço do Forte do Bom Sucesso em Belém de receber todas as forças militares e os convidados. Ainda assim, no meu entender

sobreviventes. Em França o dia 11 de novembro é feriado nacional, país onde faleceram cerca de 1,4 milhões de pessoas durante a guerra.

²² Em http://www.ligacombatentes.org.pt/cerimonias_oficiais/dia_da_liga_e_do_armisticio. Consulta: 13-05-2016

o aniversário da Liga poderia ser assinalado na sua sede ou nos diversos núcleos espalhados pelo país.

O Complexo Memorial ao Combatente Português em Belém é hoje um espaço polivalente, o que por si só confunde o visitante quanto à sua intenção. Existe por parte da Liga dos Combatentes um esforço de tornar aquele local no espaço do “combatente português” independente da batalha que tenha travado, no entanto abordarei esta questão no capítulo III.

A Liga dos Combatentes comemora todos os anos o Dia de Portugal (10 de Junho). A



Figura II.1 - Chegada dos Restos Mortais do Soldado Desconhecido provenientes da Guiné.



Figura II.2 - Deposição de flores junto ao Monumento Aos Combatentes do Ultramar.

iniciativa é promovida pela Comissão Executiva para a Homenagem Nacional dos Combatentes que realiza anualmente o seu Encontro Nacional de Combatentes junto ao Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*. O convite é aberto a todos os portugueses. A cerimónia contou com a presença de milhares de militares vindo de Norte a Sul do País (ex-combatentes da Guerra Colonial e das missões de paz e humanitárias) mas também de França e do Canadá.

No dia 10 de Junho de 2016 realizou-se o 23º Encontro Nacional de Combatentes²³. A celebração teve início na Igreja de Santa Maria de Belém no Mosteiro dos Jerónimos com uma missa por intenção dos combatentes falecidos. Após a missa, todos os convidados se concentraram junto ao Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* onde o Vice-Almirante Victor Cajarabille, Presidente da Comissão Executiva proferiu algumas palavras e fez a leitura da mensagem deixada pelo Presidente da República. Após o período dos discursos realizou-se a cerimónia inter-religiosa católica e muçulmana seguida das palavras do Tenente-Coronel Brandão Ferreira. A opção pela cerimónia inter-religiosa compreende-se pela diversidade de culturas, minorias étnicas e confissões religiosas existentes em Portugal. Deste modo, promove-se a convivência entre os indivíduos, a abertura e o acolhimento a outras convicções e culturas.

²³ Ver Anexo B – Folheto da cerimónia do 10 de junho de 2016

Estima-se que existam 50 mil muçulmanos em Portugal²⁴, o que poderá justificar a opção da cerimónia conjunta católica e muçulmana. Numa conjuntura atual em que se fala de terrorismo e luta pela paz, tem sentido celebrar o dia de Portugal num espírito de conciliação e harmonia entre as diversas culturas e credos.

A celebração contou com um momento de homenagem aos mortos e deposição de flores. O Hino Nacional foi tocado pela Banda da GNR. Na fase final do evento os convidados visitaram o Museu do Combatente, a *Capela do Combatente* e percorreram o *Memorial aos Caídos pela Pátria*. Antes do almoço de convívio, nos terrenos em frente ao Monumento, os convidados assistiram ao salto de Para-quedistas do Exército.

A “Corrida dos Combatentes pela Paz” é um evento organizado pela Liga dos Combatentes e pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), e realiza-se no dia 27 de Setembro. É um projeto sugerido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e recomendado pela Federação Mundial dos Antigos Combatentes. A corrida tem o seu início e fim junto ao Museu do Combatente no Forte do Bom Sucesso em Belém e tem o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, do Montepio, da Bimbo e da Global Energy. A participação é alargada a toda a população que queira aderir sendo a inscrição gratuita. Após a corrida é feita uma cerimónia de homenagem aos antigos combatentes, seguida de discursos. Por fim são colocadas flores em frente ao Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* e prestadas honras militares, seguidas pelo Hino da Liga dos Combatentes. Para o Presidente da Liga Joaquim Chito Rodrigues, a “Corrida dos Combatentes pela Paz” é a forma que os combatentes têm de alertar para a necessidade de promover a paz em Portugal e no Mundo. O General salienta que os combatentes em tempos tiveram de pegar em armas para fazer a guerra, mas que as missões foram cumpridas o “mais humanamente possível na procura permanente da Paz” (2015c: 1)

²⁴ Em <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/sao-portugueses-sao-muculmanos-1685260>. Consulta: 2-08-2016

III. PARA UM COMPLEXO MEMORIAL AO COMBATENTE EM BELÉM

III.1 A importância do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*

A memória colonial está presente em Belém através do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* inaugurado pela Liga dos Combatentes a 15 de janeiro de 1994. De acordo com o general Altino Magalhães²⁵, então Presidente da Liga dos Combatentes e da Comissão Executiva do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* “com a inauguração, em Lisboa, do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*, realizou-se um ato de justiça nacional que já tardava muito a ser cumprido.” (*Combatente*, 1994:3)

Durante a Guerra Colonial o governo, as autarquias locais e as unidades militares atribuíam em cerimónias públicas, nomeadamente nas comemorações anuais do 10 de junho, condecorações a militares que se destacavam em combate. Ao mesmo tempo foram erguidos pequenos monumentos aos combatentes mortos no conflito devido à iniciativa de diversos municípios e freguesias como forma de homenagem aos soldados deles naturais ou residentes.

Em novembro de 1968 a Liga dos Combatentes, na altura denominada Liga dos Combatentes da Grande Guerra, homenageou os combatentes mortos da Guerra Colonial através da colocação de uma placa de bronze nos monumentos dedicados aos Mortos da Primeira Grande Guerra existentes no país, com a seguinte inscrição: “AOS COMBATENTES MORTOS PELA PÁTRIA – Homenagem dos Combatentes da Grande Guerra XI- 1918 – XI – 1968” (Magalhães, 2007:16).

Com o fim da Guerra Colonial em 1974, estas homenagens “pecavam por insuficiente justiça” uma vez que apenas contemplavam os mortos em combate e os condecorados, faltando a referência a todos os combatentes envolvidos nesta guerra (Magalhães, 2007:16). Era necessário reconhecer através de um monumento a coragem e o trabalho de todos os militares ao serviço de Portugal.

Segundo o General Altino Magalhães, não foi possível nos anos que se seguiram a edificação de um monumento nacional destinado a honrar todos os combatentes, devido ao clima de instabilidade política, social e militar que se viveu após o 25 de abril. Esta instabilidade

²⁵ O General Altino de Magalhães, Presidente da Liga dos Combatentes e da Comissão Executiva do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*, acompanhou todas as diligências que envolveram a construção do Monumento, desde as ações preliminares (apoios financeiros e entidades envolvidas), passando pelo concurso público, abertura e seleção dos concorrentes e execução da obra até à inauguração que ocorreu em 1994. Em 2007 publicou o livro *Monumento aos Combatentes do Ultramar (1961-1974)*, no qual descreve o historial desta construção.

criou junto da opinião pública uma imagem desfavorável da Guerra Colonial. Os soldados que nela combateram chegaram a ser “alvo de injúrias e por vezes acusados de “criminosos” na comunicação social” (Magalhães, 2007:17). Na perspetiva do General Altino Magalhães as acusações eram injustas, uma vez que a “Guerra do Ultramar” não era “uma acção deliberada de mal feitores” mas sim o cumprimento do dever cívico cujo principal objetivo era a defesa do país (Magalhães, 2007:18).

É importante referir que Pátria defendiam. Na ideologia nacionalista do Doutor Oliveira Salazar, as colónias eram consideradas portuguesas e pertenciam ao território nacional. Esta filosofia defendida pelo regime está consubstanciada no documento designado por *Ato Colonial* de 1930²⁶. Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 uma nova ordem internacional foi definida na *Carta das Nações Unidas*. Esta carta consagrou o anticolonialismo como um dos princípios, originando a primeira vaga de descolonizações nos países detentores de colónias (Ex: Inglaterra e a independência da Índia em 1947). O reconhecimento do direito à autodeterminação e independência dos povos repercutiu-se na política do Estado Novo. Portugal sentiu-se pressionado e por não querer abdicar dos seus territórios, procedeu à revisão constitucional em que as colónias passam a ser designadas províncias ultramarinas e “consideradas partes integrantes de um território nacional plenamente soberano” (Saraiva, 1993:540). A forte propaganda exercida pelo regime fortaleceu a mística de que Portugal não era um território pequeno, mas sim um grande país disperso por vários continentes.

O Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* reporta à “Guerra do Ultramar” e não à “Guerra Colonial”. Embora os dois conceitos pareçam diferentes, na realidade tratam-se do mesmo acontecimento. Ainda hoje estas noções causam alguma controvérsia. Para os combatentes que participaram na guerra, os territórios que defendiam eram ultramarinos e não colónias (Peralta, 2014:221). Para outras correntes de pensamento (inclusive dos movimentos independentistas existentes à época), tratava-se de uma ocupação indevida de territórios que não eram pertença de Portugal.

²⁶ Neste documento proclamava ser “da essência orgânica da nação portuguesa a missão histórica de possuir e colonizar territórios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas neles compreendidas”. Esta norma alcançou carácter de lei constitucional “logo que entrou em vigor a Constituição de 1933” (Saraiva, 1993:538)

III.2 Planeamento e Construção do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*

O Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* esteve envolto em momentos de alguma tensão e polémica, desde o período da sua construção até ao dia da inauguração. Em 1985 foi criada a *Comissão Nacional Pró-Monumento em Memória dos Mortos no Esforço da Guerra Ultramarina* pela mão da Associação dos Combatentes do Ultramar e da Associação dos Comandos. Por esta altura, a Liga dos Combatentes atravessava graves dificuldades internas e financeiras devido à reconstrução do edifício da sua sede que fora danificada por um incêndio, o que não lhe permitia estar integrada no projeto (Magalhães, 2007:19-20).

O General Salazar Braga²⁷, Chefe do Estado-Maior do Exército questionou a Liga dos Combatentes relativamente a notícias publicadas nos jornais sobre a construção do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*. A Liga dos Combatentes deu resposta às questões levantadas, referindo as dificuldades da instituição e o que a impossibilitava de assumir a iniciativa do Monumento. O General Salazar Braga prometeu então algum apoio financeiro caso a Liga assumisse a construção, o que se veio a concretizar (Magalhães, 2007:20).

A *Comissão Nacional Pró-Monumento* atrás referida acabou por ser extinta em 1986. Através de um ofício, a Liga dos Combatentes envia um comunicado a todas as instituições que integravam a Comissão Pró-Monumento fazendo saber a sua intenção de “encabeçar e procurar unificar um movimento que visa prestar homenagem aos Combatentes do Ultramar, erguendo-se, para isso, um digno e adequado Monumento Nacional evocativo” (Magalhães, 2007:20). Deveria ser criada para o efeito uma Comissão Executiva que dinamizasse o projeto seguindo as instruções da Direção Central da Liga dos Combatentes. O ofício/circular feito pela Liga não foi aceite por algumas instituições. Estas consideraram que “a Liga os queria preterir na construção do Monumento, relegando-os para uma posição de meros colaboradores na execução desta obra” (Magalhães, 2007:21). O mal-entendido provocado pelo ofício fez com que a Liga marcasse uma reunião com todas as instituições de modo a analisar a situação e a definir objetivos. A 9 de julho de 1987, foi criada uma Comissão Executiva do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* para “promover todas as tarefas necessárias à construção do Monumento, designadamente a definição básica da sua arquitectura e do local da sua construção; a angariação e a administração dos fundos necessários; a elaboração do projecto e

²⁷ O General Jorge da Costa Salazar Braga foi por decreto do Presidente da República António Ramalho Eanes e sob proposta do Governo nomeado Chefe de Estado-Maior do Exército em 14 de dezembro de 1983 (Decreto n.º 27-A/83, publicado no Diário da República n.º 286, I Série de 1983/12/14 – Suplemento) Em <http://arquivo.presidencia.pt/details?id=13980>. Consulta: 21-07-2016

a realização da obra” (Magalhães, 2007:22). Esta comissão foi constituída por oito instituições: “Sociedade História da Independência de Portugal (1861); Sociedade de Geografia de Lisboa (1875); Liga dos Combatentes (1924); Associação dos Deficientes das Forças Armadas (1974); Associação de Comandos (1975); Associação dos Especialistas da Força Aérea Portuguesa (1977); Associação dos Combatentes do Ultramar (1983); Associação da Força Aérea Portuguesa (1983)” (Magalhães, 2007:22).

A presidência da Comissão Executiva ficou a cargo da Liga dos Combatentes, que “promoveu todas as diligências, angariação de fundos, projeto, concurso público de adjudicação e execução”.²⁸A 29 de janeiro de 1987, o Presidente da Liga dos Combatentes (e da Comissão Executiva) apresenta as considerações históricas que legitimam a edificação do Monumento. Nessa mesma reunião ficou decidido que o projeto do Monumento seria levado a concurso público, no qual participariam “equipas ou organizações nacionais de reconhecido mérito em arquitectura” (Magalhães, 2007:23). Não existe qualquer registo da constituição da Comissão Executiva, tendo sido feito, tal como afirma o General Altino Magalhães, um “acordo de cavalheiros” (Magalhães, 2007:22), onde as várias instituições se comprometeram a apoiar-se e a respeitar-se mutuamente e a levar a cabo a mesma missão. As atas das reuniões encontram-se então conservadas no arquivo da Liga dos Combatentes.

III.2.1 A Comissão Técnica e o fracasso da Comissão de Honra

Na primeira reunião realizada pela Comissão Executiva do Monumento a 29 de janeiro de 1987 ficou decidido que se constituiria uma Comissão Técnica, organismo que prestaria os apoios técnicos fundamentais na regulamentação das normas do concurso e a posterior avaliação e classificação dos concorrentes. De modo a merecer o maior crédito público e reconhecimento científico, a Comissão Técnica foi representada por instituições de assumido valor nomeadamente: a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, a Sociedade Nacional de Belas Artes e a Associação dos Arquitetos Portugueses.

Na mesma reunião foi considerada necessária a criação de uma Comissão de Honra de modo a atribuir ao Monumento importância pública e envolver toda a sociedade, sendo esta representada e presidida pelo Presidente da República Mário Soares e por todos os órgãos de soberania. A polémica instalou-se quando Mário Soares recusou o convite afirmando não desejar fazer parte da comissão, uma vez que o Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*

²⁸Em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/003.pdf.
Consulta: 16-03-2016

veicularia uma imagem de concordância com a Guerra Colonial a qual não aceitava. Esta sua decisão valeu-lhe pesadas críticas e na cerimónia de inauguração do Monumento a 15 de janeiro de 1994, junto ao Forte do Bom Sucesso, em Belém, “Mário Soares é vaiado e chamado de traidor” (Peralta, 2014: 222). Perante a posição de Mário Soares, a Comissão de Honra não avançou uma vez que não fazia sentido “constituí-la sem a participação do Chefe do Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas” (Magalhães, 2007:24).

III.2.2 Que tipo de Monumento?

Em 1987, durante a primeira reunião da Comissão Executiva do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*, uma questão se colocou: “Que tipo de monumento devia e podia ser construído?” (Magalhães, 2007:25). Devido à conjuntura financeira do país a ideia de tal projeto poderia parecer despropositada. Consequentemente o Monumento deveria transparecer sobriedade. Pretendendo ser um espaço de reflexão e conciliação, o Monumento precisava passar a ideia de força, serenidade e respeito. O Monumento, de tipo memorial, para além da sua função cultural teria de cumprir uma função pedagógica. Contudo, esta função pedagógica caberia ao Museu do Combatente criado posteriormente sob a direção da Liga dos Combatentes (2003), de modo a exercer uma ação educativa aos visitantes nacionais e estrangeiros, fornecendo uma informação mais clara e detalhada dos feitos militares dos soldados portugueses durante a Primeira Guerra Mundial, a Guerra Colonial e as Missões de Paz.

O Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* está edificado no espaço do Forte do Bom Sucesso onde se encontra situado o Museu do Combatente (instituição apresentada no capítulo IV desta dissertação). O Monumento tem como principal missão homenagear todos os combatentes portugueses que caíram durante a Guerra do Ultramar de 1961 a 1974.

O Monumento aos Combatentes do Ultramar foi pensado e erigido de forma a conferir legibilidade às tensões que este passado – bem como seus atores militares – acomoda e reduzir a dissonância entre a imagem que a força da realidade do fim do império impôs sobre a mitologia imperial construída desde o período republicano e mais intensamente durante o Estado Novo (Peralta, 2014:220).

Na sua conceção foram tidos em consideração três grandes objetivos: “1. Cumprir um ato de justiça, de homenagem àqueles que, como Combatentes, serviram Portugal no ex-Ultramar português; 2. Exercer uma ação cultural e pedagógica de exaltação do amor a Portugal; 3. Traduzir de uma forma simples, mas duradoura e pública, o reconhecimento de

Portugal a todos esses combatentes.”²⁹ O Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* marca o fim do império colonial português “estabelecendo definitivamente uma fronteira temporal entre o passado colonial e o presente pós-colonial”. Na perspectiva de Elsa Peralta não se trata apenas de um espaço de luto e crítica à Guerra Colonial reservado aos combatentes e suas famílias, mas também “para o todo nacional, ainda a refazer-se da perplexidade de ser afinal um país pequeno” (Peralta, 2013:403).

O Monumento é muito mais que um local de reflexão. Ele permanece como um “local de exaltação patriótica e de reclamação de um reconhecimento, simbólico e material, por parte daqueles que combateram nos territórios coloniais portugueses ou por parte de sectores profissionais a eles associados” (Peralta, 2013:404). Para a antropóloga Elsa Peralta, o Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* emerge da necessidade de “normalização da ordem social” (Peralta, 2014:221). Esta normalização apresenta-se necessária e imperativa uma vez que permitirá a “sanação dos ressentimentos dos ex-combatentes mediante o reconhecimento do seu serviço a Portugal e a sua dignificação no seio da sociedade portuguesa como um ato de justiça.” (Peralta, 2014:221)

III.2.3 Localização do monumento

A escolha do local do Monumento constituiu a tarefa mais morosa. Foram necessários três anos (1987-1990) para a escolha do lugar mais apropriado. A Liga dos Combatentes pretendia um espaço com dignidade que permitisse o respeito e a meditação. O local deveria ser de fácil acesso e possuir capacidade suficiente para receber forças militares, entidades nacionais e estrangeiras em cerimónias solenes e de homenagem. Entre as várias opções de local estavam (segundo ordem preferencial):

- a área em frente ao Forte do Bom Sucesso a Nordeste da Torre de Belém;
- o “Campo das Missas” a Sul da estátua de Afonso de Albuquerque;
- a área ajardinada a Oeste da estátua de Afonso de Albuquerque e a Sul da Rua Vieira Portuense;

Perante todas as condições referidas anteriormente, a preferência incidiu na área de Belém.

O Comando da Brigada que se encontrava instalado no Forte do Bom Sucesso foi transferido para outras instalações por ordem do Estado-Maior do Exército deixando assim

²⁹Em http://www.ligacomatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/003.pdf.
Consulta: 16-03-2016

disponível este espaço para integração do Monumento. Esta construção veio permitir uma “maior grandeza na homenagem a prestar aos combatentes” e “enriquecer o valor monumental do próprio Forte, na proximidade da Torre de Belém” (Magalhães, 2007:31). O projeto contou com a aprovação da Câmara Municipal de Lisboa, que mostrou receptividade em relação à construção dado que não se trataria de uma obra na área da Torre de Belém, mas sim uma intervenção no Forte que necessitava de ser melhorado e dignificado. A escolha de Belém não podia ser mais adequada para o Monumento dedicado aos feitos do Império Português.

A construção do monumento na zona de Belém e a relação que se estabelece entre este e a sua envolvente é também uma forma de *mise-en-scène*. A área monumental de Belém é um espaço saturado de ícones de representação coletiva associados à história imperial portuguesa. (Peralta, 2014:232)

Belém, na zona ocidental da cidade de Lisboa, constitui um importante polo turístico e cultural, concentrando no mesmo espaço alguns dos mais significativos monumentos e museus nacionais. Situada à beira do rio Tejo e rica em zonas verdes, é muito visitada por turistas nacionais e estrangeiros e aqui se encontram valores patrimoniais como o Mosteiro dos Jerónimos, o Museu da Marinha, a Torre de Belém, o Padrão dos Descobrimentos, a Praça do Império, o Centro Cultural de Belém ou o Palácio de Belém, sede da Presidência da República, entre outros.

Diretamente associada aos Descobrimentos e à história do País, Belém é a “condensação no espaço público português de uma memória alusiva ao império colonial português” (Peralta, 2013:361). O forte investimento simbólico na zona de Belém durante a I República e mais intensamente no Estado Novo “converteu este espaço numa síntese simbólica exemplar da identidade nacional portuguesa enquanto indissociável da imagem de um império sem colónias, ecuménico, humanista e universal” (Peralta, 2014:232)

O Museu do Combatente sediado no Forte do Bom Sucesso inscreve-se nesta continuidade histórica; o seu lema “Em 200 metros 500 anos de história” é reveladora desta ideia. A Torre de Belém datada do século XVI, o Forte do Bom Sucesso do século XVIII onde se encontra o Museu do Combatente e o Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* do século XX, são marcos históricos que representam o início e o fim do Império.

III.2.4 O concurso público: regulamento e resultados

Uma vez definidos o local e o tipo de Monumento, a Comissão Técnica reunia todas as condições para dar início às suas atividades, elaborando o projeto que viria a ser posto a concurso público. Atendendo ao facto da área destinada à construção do Monumento se encontrar sob jurisdição da Câmara Municipal de Lisboa (CML), da Administração do Porto

de Lisboa (APL) e do Instituto Português de Processo Civil (IPPC), o projeto necessitava da aprovação dos mesmos. Chegou-se à conclusão que as três instituições deveriam fazer parte da Comissão Técnica, de modo a assegurar todos os condicionalismos inerentes à construção.

A Comissão Técnica contou com o contributo do arquiteto Joaquim Guilherme Passos Leite da C.M.L; do arquiteto Fausto Simões da APL; do professor arquiteto Simão Lopes Simões de Carvalho da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL); do arquiteto Flávio Lopes do IPPC; professor pintor Fernando de Azevedo da Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA) e o professor arquiteto Simões Dias da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP).

No dia 29 de novembro de 1990 a Comissão Técnica realizou a primeira reunião na qual foram apresentados alguns esboços realizados anteriormente pela Comissão Executiva dos quais constam alguns documentos considerados importantes para a elaboração do concurso público. Os documentos eram os seguintes: “Regulamento do concurso; Caderno de Encargos, das equipas concorrentes; Programa-Preliminar do Monumento e Minuta do Contrato a estabelecer com a equipa vencedora para a elaboração do projecto” (Magalhães, 2007:34).

Numa segunda reunião realizada a 11 de dezembro de 1990, a Comissão Técnica reúne-se em conjunto com a Comissão Executiva no Forte do Bom Sucesso. A escolha deste local revelou-se essencial de modo a proporcionar um melhor reconhecimento da área do projeto. Nesta reunião foram analisados os documentos anteriormente referidos. As reuniões que se seguiram foram feitas na sede da Liga dos Combatentes e resultaram na elaboração dos documentos definitivos com vista à abertura do concurso.

As disposições definitivas do regulamento definiam-se então com a seguinte redação:

- (1) O concurso era público, de âmbito nacional, exclusivamente aberto a equipas projectistas constituídas, para além do Coordenador, por todos os especialistas indispensáveis ao desenvolvimento das propostas que apresentassem. No mínimo deviam incorporar técnicos das seguintes especialidades:- Arquitectura; Escultura; Arquitectura Paisagística; Fundações e Estruturas; Instalações e Equipamentos Eléctricos.
- (2) O concurso seria realizado em duas fases: - a 1ª fase, designada “Aspectos Programáticos e de Ideias”, constaria da elaboração e apresentação, sujeita a anonimato, dos documentos, maquetas, peças escritas e desenhadas que as equipas concorrentes considerassem necessárias para a boa compreensão das ideias que propunham, relativas à concepção geral do Monumento; a 2ª fase, já não sujeita a anonimato, seria restrita a um máximo de 5 equipas concorrentes seleccionadas para esse efeito na 1ª fase, e constaria da elaboração e apresentação, a nível de estudo prévio, das propostas de arquitectura e de escultura do projecto do Monumento, incluindo o consequente arranjo paisagístico da área adjacente ao Forte do Bom Sucesso.
- (3) A cada uma das 5 equipas seleccionadas para a 2ª fase, seria atribuída uma compensação de 500.000\$00 escudos (2.500,00€), sob garantia de apresentação dos trabalhos estabelecidos para a 2ª fase do concurso.

(4) Às equipas cujos trabalhos da 2ª fase merecessem aprovação em mérito absoluto, seriam atribuídos os seguintes prémios, consoante as classificações obtidas em mérito relativo: 1ª classificada: 3.000.000\$00 escudos (=15.000,00€); 2ª classificada: 2.000.000\$00 escudos (=10.000,00€); 3ª classificada: 1.000.000\$00 escudos (=5.000,00€); 4ª e 5ª classificadas: 750.000\$00 escudos (=3.750,00€) a cada uma. À equipa classificada em 1º lugar, seria atribuída a elaboração do projecto do Monumento.

(5) As propostas apresentadas pelas equipas concorrentes, seriam apreciadas e classificadas por um júri presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, e constituído pelos 6 membros da Comissão Técnica e por mais 5 membros da Comissão Executiva. “ (Magalhães, 2007:35-36)

Além das condições estabelecidas no regulamento, o Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* deveria estar bem enquadrado no espaço de Belém assim como estabelecer a ligação com alguns monumentos de grande valor nacional como o Mosteiro dos Jerónimos, o Padrão dos Descobrimentos e a Torre de Belém. O projeto deveria ser incorporado no Forte do Bom Sucesso. O Monumento não deveria conter excesso de informação. O importante era manter as formas arquitetónicas simples e realçar a sua carga simbólica.

Um memorial de guerra pode transmitir mensagens distintas conforme a relação que se estabelece entre o visitante e os elementos arquitetónicos e de *design* que o compõem. David Todd Norden (2003) refere que o significado das mensagens nos memoriais variam consoante o quão didático e interpretativo são os seus elementos (Norden, 2003:9). O sentido didático está relacionado com a transmissão clara da mensagem sem qualquer interpretação que dependa de elementos textuais. O sentido interpretativo usa métodos abstratos e símbolos metafóricos para transmitir as mensagens. Os memoriais deste tipo usam formas e elementos abstratos e desafiam o visitante a criar a sua própria interpretação (Rai, 2011:14). O *Vietnam Veterans Memorial* (1982) em Washington DC de Maya Lin insere-se neste sentido interpretativo. Este memorial é uma obra de referência em todo o mundo, e destaca-se pela simplicidade do seu *design* e carácter abstrato. Maya Lin tornou-se controversa dado que não seguia a tipologia tradicional dos monumentos. A ideia da autora foi deliberadamente anti didática, não tendo sido colocada qualquer inscrição do acontecimento. Não é o monumento que tem de falar sobre o sucedido mas antes o visitante que é encorajado a criar o seu entendimento moral (Savage, 2006: 106). Como lugar de memória e lembrança, um monumento ou memorial deve ser erigido para referência histórica das gerações futuras. Para Julian Bonder “instead of a form, a shape, or an image, monumentality may well be a quality: the quality that some places or objects have to make us recall, evoke, think, and perceive something beyond themselves” (Bonder, 2009:64).

O Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* não foi concebido para instruir acerca da realidade da Guerra Colonial, mas sim para reconhecer e consagrar todos os combatentes. Um

epitáfio de formato triangular esclarece o visitante informando que o Monumento é dedicado “Aos Combatentes do Ultramar”. As opções estéticas de caráter abstrato e minimalista do Monumento conferem uma dimensão reflexiva ao acontecimento.

A 4 de março de 1991, é aprovado e divulgado o regulamento do concurso público para o desenho do projeto do monumento. No concurso inscreveram-se provisoriamente dezoito equipas, das quais dez passaram a inscrição definitiva. Relativamente à 1ª fase do concurso, entregaram documentos de forma anónima oito equipas das quais duas foram eliminadas por insuficiência de documentação estabelecida no Caderno de Encargos. Às seis equipas em concurso foi-lhes reconhecido o mérito pelos trabalhos enviados, sendo apenas cinco equipas selecionadas para a 2ª fase. Na última fase, as equipas a concurso apresentaram trabalhos bem enquadrados, sendo todas aprovadas por unanimidade. Após uma análise detalhada dos projetos foram atribuídos méritos relativos que resultaram na seguinte classificação final:

1º Classificado: Arquiteto Francisco José Ferreira Guedes de Carvalho

2º Classificado: Arquiteto Manuel Francisco Ramos Chaves

3º Classificado: Arquiteto Amâncio Alpoim Miranda Guedes

4º Classificado: Arquiteto José Martinez Silva

5º Classificado: Escultor Domingos Soares Branco

O concurso terminou no dia 17 de setembro de 1991 mostrando resultados satisfatórios. Segundo o General Altino Magalhães tratou-se de um concurso “bem programado e executado com eficiência” (Magalhães, 2007:38).

III.3 Memorial: Instrumento face à amnésia coletiva

A memória não está meramente ligada ao passado. De acordo com Sharon Macdonald (2013), o passado tem a capacidade de influenciar o presente e o futuro (MacDonald, 2013:216) e isso reflete-se nos memoriais, que apesar de reportarem a eventos passados são também sobre o futuro (Moore, 2009:49). Um dos aspetos mais importantes da cultura da memória apontada por Julian Bonder (2009) é o modo como a memória luta pela justiça e direitos humanos, assim como pela recordação dos eventos traumáticos (Bonder, 2009: 63).

A recordação nem sempre é agradável quando as pessoas não a desejam, assim como o ato de esquecer se aparenta difícil quando existe uma presença física que nos leva à recordação (Macdonald, 2013:217). Certas memórias podem desvanecer-se por não serem lembradas ou documentadas, restando apenas fragmentos e vestígios que nos levam a essa lembrança do passado (MacDonald, 2013:217).

Julian Bonder (2009) considera um memorial o “monitor” ou guia que tem a capacidade não só de sugerir uma comemoração como levar à consciencialização daquilo que deve ser lembrado e chamado à ação (Bonder, 2009: 67). O autor considera ainda que os memoriais são agentes para o diálogo ativo e conseguem falar acerca das memórias traumáticas, sejam estas passadas ou presentes (Bonder, 2009:67). Lisa Moore (2009) corrobora as ideias de Bonder apresentando o memorial como um lugar de reconciliação que procura unir grupos opostos. Moore reconhece a capacidade do memorial funcionar tanto como um elemento de coesão como de divisão, advertindo para o perigo de agravar velhas feridas e provocar divisões entre grupos de indivíduos (Moore, 2009:48). Ainda assim este tipo de arquitetura tem-se revelado fundamental no combate a antagonismos e cura de velhas feridas (Moore, 2009:57).

As experiências vividas pelos sobreviventes de guerra são variadas e nem sempre são compatíveis, por isso é difícil criar um memorial que inclua todas as perspetivas (Moore, 2009:56). Os memoriais deixam de ser meramente comemorativos para passarem a ser lugares de justiça, reconciliação, lembrança e luto. A função terapêutica do monumento pode estar implícita ou explícita e deve atribuir um significado ao evento traumático que levará a uma reação coletiva digna (Savage, 2006:109). Segundo Lisa Moore, o ato de memorização é um processo catártico que leva os sobreviventes a trabalhar para ultrapassar os seus traumas (Moore, 2009:56).

Este tipo de monumento promove a criação de um espaço de diálogo e de reflexão, resultando desta interação soluções que previnem violências futuras (Moore, 2009:48). Neste âmbito, o memorial atua como um instrumento pedagógico que carrega uma lição de moral: o Never Again (“Nunca mais”). Moore considera que os memoriais possuem fins didáticos transmitindo mensagens às gerações mais jovens: “The function as pedagogical instruments, instilling the lessons of “never again” in future generations or threaten a nascent peace by inciting retaliation through an inflammatory rendering of the past” (Moore, 2009:48).

A Primeira Guerra Mundial foi o primeiro grande conflito do século XX e marcou a humanidade pelas suas repercussões à escala global, envolvendo vários países e resultando em elevados custos, destruições e perdas humanas. Dez milhões de soldados morreram, dos quais “cerca de três milhões desapareceram ou cujos restos mortais não foi possível identificar” (Simões, 2014:45). A impossibilidade de repatriamento e identificação de muitos corpos tornou-se um caso preocupante para muitos exércitos e governos. Como poderiam justificar os desaparecidos em combate ou de que forma poderiam os familiares dos militares prestar um verdadeiro luto sem a presença de um corpo ou sepultura?

A expressão “Soldado Desconhecido” surge como denominação do soldado morto em campo de batalha cuja identificação permanece incógnita. Segundo Manuel Simões (2014), o Soldado Desconhecido é a representação coletiva de todos os soldados não identificados e a sua sepultura simboliza todos os perdidos em combate, apresentando-se tanto sob a forma de túmulos como cenotáfios³⁰ com ou sem despojos humanos.

No período subsequente à guerra começaram a emergir milhares de memoriais por todo o mundo em diversas cidades, pequenas vilas e campos de batalha (Winter, 2009:607). Estes monumentos permitiram aos familiares das vítimas realizarem o seu luto. Entende Manuel Simões que uma “nova tradição cívica” surge ou é inventada na Grã-Bretanha: o culto do Soldado Desconhecido, ritual perpetuado ao longo do tempo.

Este culto foi evoluindo ao longo de todo o Século XX e mesmo no Século XXI se continuou a desenterrar soldados desconhecidos de países participantes no conflito, como é o recente caso da Nova Zelândia, que em 11 de Novembro de 2004 seguia o exemplo de outros países que tinham participado na Guerra de 1914 - 1918.” (Simões, 2014:65)

Manuel Simões destaca ainda a capacidade do Soldado Desconhecido representar “não só o soldado não identificado” como uma nacionalidade, ou seja “todos os soldados sacrificados em guerras e até daqueles que embora vivos, permanecem na sombra, por razão da sua função na defesa do seu país”. O autor aponta a imagem do Soldado Desconhecido como uma “consequência da tragédia europeia” que teve grande impacto mundial e que nos dias de hoje está enraizada na história e cultura de vários países (Simões, 2014:65).

Em Portugal o monumento mais emblemático ao Soldado Desconhecido é da autoria do mestre Lourenço Chaves de Almeida e encontra-se na Casa do Capítulo no Mosteiro da Batalha. Ali jazem dois soldados portugueses vindos da Flandres e da África, símbolos do “sacrifício heróico do Povo Português”³¹ cujas ossadas foram trasladadas em 1921 sendo sepultadas nesse local em 1924. A acompanhar o túmulo encontra-se a *Chama da Pátria*, o mutilado *Cristo das*

³⁰ O Cenotáfio (do latim *cenotaphium*, sepulcro vazio em português) é um “monumento funerário comemorativo que não contém despojos humanos” (Gómez, 2014: 202). Trata-se de um monumento simbólico que visa lembrar uma pessoa ou um coletivo que está supultado noutra lugar ou se encontra desaparecido. Originalmente os cenotáfios incluíam um “ritual no qual se invocava três vezes o nome do morto para tomar posse do lugar como se fosse o seu túmulo e sua alma não vagueasse ao acaso” (Gómez, 2014:202). Atualmente os cenotáfios “fazem parte do protocolo dos mandatários, especialmente após as duas guerras mundiais, que levaram ao ‘túmulo do soldado desconhecido’, único caso em que pode haver um despojo humano embora não identificado” (Gómez, 2014:202).

³¹Em <http://www.mosteirobatalha.pt/pt/index.php?s=white&pid=176>. Consulta: 15-07-2016

Trincheiras e a seguinte inscrição: “Portugal eterno nos mares nos continentes e nas raças ao seu soldado desconhecido morto pela Pátria”.³²

Após uma breve síntese ao culto do Soldado Desconhecido, interessa definir a noção de memorial.

Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2005), o termo memorial provem do grego “memorale” que significa “aquilo que faz lembrar”. O memorial pode remeter para uma “obra, relato concernente a factos ou indivíduos memoráveis” ou no campo da arquitetura fazer referência a um “monumento comemorativo” (Houaiss e Salles e Villar, 2005:5413). Joana Lobinho (2011) vai mais longe na sua definição, apresentando o memorial como algo que:

Celebra ou homenageia uma causa específica e assume-se face a um coletivo, veiculando uma série de valores ao nível da identidade nacional (ou mesmo regional). A sua função é fazer perdurar uma memória no tempo, sob pena do seu esquecimento e desaparecimento, para tal assinalando-a no espaço público de forma perceptível e geralmente permanente. (Lobinho, 2011: 22)

Por sua vez Julian Bonder (2009) considera que o conceito de memorial se relaciona com a noção de “memento”, ou seja algo que serve para alertar e lembrar com o intuito de nortear comportamentos ou eventos futuros (Bonder, 2009:62).

Um memorial de guerra não representa o conflito em si, mas sim a escolha de um passado e de uma memória que se pretende conservar. A memória coletiva imortalizada no monumento é o resultado das preferências e sensibilidades de quem o manda construir ou representar.

III.3.1 Forma e Simbolismo

O memorial é uma construção erguida para comemorar pessoas e eventos evocando a lembrança de determinado acontecimento. A arquitetura e o *design* são fundamentais num memorial uma vez que é através dos seus elementos visuais e táteis que a memória ou evento é revivido e experienciado.

O objetivo da arquitetura e do *design* num memorial é a criação de experiências interativas que poderão levar à mudança de comportamentos. Durante a visita uma série de interrogações poderão surgir: Onde estará a acontecer neste momento uma situação semelhante? O que faria se estivesse nessa posição? O que deve ser feito para prevenir que uma situação idêntica aconteça de novo? (Gurler e Ozer, 2013:861).

³²Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/.batalha/resenha/001.htm>. Consulta: 15-07-2016

Os memoriais podem assumir diversas formas e servir inúmeros propósitos, no entanto existem características e significados que são comuns a todos, tais como a forma e o simbolismo da arquitetura, a paisagem e o local histórico. (Rai, 2011:11-13)

Adotando construções simples ou mais elaboradas, os arquitetos e artistas trabalham os memoriais em função da paisagem e espaço envolvente, recriando cenários, estabelecendo relações e contando uma história. As paisagens criam um percurso narrativo, através da existência de pontes, monumentos, símbolos e outras características que possuem significados próprios. O objetivo é criar uma multiplicidade de emoções e associações no visitante e contribuir para uma melhor envolvimento do memorial com o local onde se encontra inserido. Por vezes o local tem o poder de narrar os acontecimentos passados através dos seus fragmentos. (Rai, 2011:13) Os memoriais são edificados em locais de elevada importância para a comunidade. Alguns memoriais existem fora dos locais de tragédia. Para Lisa Moore (2009) estes memoriais podem tornar o passado mais acessível aos visitantes no entanto têm dificuldade em evocar as particularidades da fatalidade que comemoram. Talvez por esta razão os memoriais têm surgido nos seus locais de memória (Moore, 2009:50), como o *Auschwitz-Birkenau Memorial* ou o *9/11 Memorial*. Pierre Nora, historiador francês que desenvolveu a teoria dos “lugares de memória” refere que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea sendo necessário criar arquivos, organizar celebrações, proferir elogios fúnebres, entre outros. Os lugares de memória são cristalizações do passado que se materializam nos monumentos, nos objetos e outros traços do passado “témoins d’un autre âge, des illusions d’éternité” (Nora, 1984:XXIV).

Segundo David Norden o *design* dos memoriais de guerra deve cumprir cinco objetivos essenciais (2003:24-25):

- 1) Os memoriais devem abranger um ambiente físico que facilite a aprendizagem da mensagem memorial;
- 2) Os memoriais devem facilitar a flexibilidade dos contextos culturais ao longo do tempo;
- 3) Os memoriais devem facilitar aos visitantes fazer conexões primárias dos eventos trágicos;
- 4) Os memoriais devem encorajar mensagens com perspectiva histórica responsável envolvente;
- 5) Os memoriais devem promover um significado profundo que continua para além da experiência memorial;

Quando falamos em memoriais de guerra devemos ter em conta que nem sempre apresentam o mesmo *design* e os seus elementos arquitetónicos e decorativos variam. Não existem regras rígidas nem diretivas governamentais sobre a sua estrutura³³, sendo da responsabilidade das comunidades e instituições locais a escolha do *design* a aplicar no memorial. Assim, poderão adotar diferentes características e formas como esculturas, placas com inscrições, monumentos, colunas ou pilares, obeliscos, cruzes ou túmulos, entre outros. O seu carácter pode ser permanente ou temporário (como é o caso das árvores³⁴).

As informações patentes nos memoriais também são variáveis. É usual a presença de uma inscrição na qual se descreve o conflito que comemora, com os nomes completos dos mortos ou apenas apelidos e iniciais. Em inscrições mais detalhadas pode ainda incluir-se a idade, data de falecimento, natureza da morte, o posto que ocupou e o regimento a que pertenceu³⁵. Estas inscrições podem ser colocadas em epitáfios, gravadas ou cravadas em pedra, em placas de bronze ou chumbo, ou sob outras formas e materiais.

A maioria dos memoriais são construções em pedra, nomeadamente granito, a pedra considerada mais apropriada para este tipo de monumentos, pela sua durabilidade e qualidades estéticas. A estrutura cristalina do granito, a sua capacidade de polimento e os tons suaves, entre outras características, tornam este material particularmente indicado para os memoriais e estruturas inseridas em espaços interiores. Para monumentos no exterior, os acabamentos e componentes decorativos podem combinar granito com outras pedras, como pedras rústicas, mármore ou calcário (Snow, 2013:11).

Existe um elevado simbolismo por detrás de um memorial de guerra. O que determina a escolha dos elementos e que mensagens pretendem transmitir ou reforçar? Através do uso de símbolos antigos, muitos deles ligados ao cristianismo e à arquitetura fúnebre, os memoriais de guerra pretendem transmitir os ideais de sacrifício humano, imortalidade, patriotismo e heroísmo.

³³ Em <http://www.learnaboutwarmemorials.org/download/pub/1528.8/> Consulta: 5-06-2016

³⁴ Após os atentados terroristas no World Trade Center a 11 de setembro de 2001, uma pereira foi descoberta e retirada do meio dos destroços bastante danificada. Durante o período de reabilitação, a árvore esteve aos cuidados do *New York City Department of Parks and Recreation*, retornando em 2010 ao seu lugar originário no *Ground Zero*. Hoje em dia é conhecida como a “*Survivor Tree*” (árvore sobrevivente) estando integrada no espaço do *9/11 Memorial*. É possível observar a passagem do tempo através dos seus ramos (novos e antigos), símbolo do passado e do presente. A árvore representa a lembrança, a sobrevivência, a resistência e o renascimento. Em <https://www.911memorial.org/survivor-tree>. Consulta: 29-07-2016

³⁵ Em <http://www.learnaboutwarmemorials.org/download/pub/1501.5/> Consulta: 5-06-2016

War memorials are rich in symbolism and this serves to emphasise their purpose. By the use of ancient and universal symbols, most already familiar in local grave monuments and in Christian symbolism, war memorials were linked with mankind's noblest deeds and sacrifices and the search for immortality. Some symbols were derived from the monuments of the ancient world; others were conscious expressions of patriotism and national identity. (*Queensland War Memorial Register*, 2014)³⁶

Um elemento simbólico pode ter um ou mais significados. Tudo depende do contexto. Por vezes a inserção de certos pormenores arquitetónicos no memorial refletem a perspetiva do seu criador face ao acontecimento. De entre os elementos e seu simbolismo destacam-se alguns dos mais utilizados nos memoriais de guerra³⁷:

- Água em forma de fontes, bebedouros, pequenos lagos, tanques, etc. (regeneração, purificação, purgação e limpeza)
- Anjos (paz, vitória, honra, proteção)
- Bandeiras (nacionalismo/patriotismo)
- Colunas (honra)
- Coroa de flores (luto ou comemoração da vida que continua)
- Cruzes (sacrifício e domínio cristão sobre o mundo)
- Espadas e Espingardas (guerra)
- Globos (humanidade)
- Leões (força e coragem)
- Louro (vitória e imortalidade)
- Luz eterna (lembrança e purificação)
- Obeliscos (regeneração e ligação entre o céu e a terra)
- Urnas e colunas quebradas (morte e a vida interrompida/ceifada em jovem)

O complexo memorial ao combatente em Belém, onde se enquadram o Monumento Aos Combatentes do Ultramar (1994), o Memorial aos Caídos pela Pátria (2000) e a Capela do

³⁶ Em <http://www.qldwarmemorials.com.au/traditions/symbolism/> Consulta: 05-06-2016

³⁷ A simbologia dos elementos enumerados resulta do cruzamento de informações presentes no *Caring for war memorials- A guide to help custodians conserve the heritage values of Queensland's monumental war memorials* (2014) em: <http://www.ehp.qld.gov.au/assets/documents/land/heritage/caring-for-war-memorials.pdf>; no *website da Queensland War Memorial Register* em: <http://www.qldwarmemorials.com.au/traditions/symbolism/> ; no *A tour of memorial symbolism at Lakewood Cemetery* em: <http://www.lakewoodcemetery.com/files/SymbolismBroch.pdf> e no *website Gravestone Symbolism* em: <http://www.graveaddiction.com/symbol.html>. Consultas: 05-06-2016

Combatente e Memorial do Combatente (2015) inclui alguns destes elementos arquitetónicos e decorativos. A sua simbologia será desenvolvida nos subcapítulos seguintes.

III.3.2 Monumento Aos Combatentes do Ultramar (1994)

O Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*, obra do arquiteto Francisco José Ferreira Guedes de Carvalho, foi erguido para prestar homenagem a todos os combatentes mortos que serviram o país durante a Guerra Colonial (1961 a 1974). Trata-se de uma estrutura assimétrica de grandes dimensões em forma piramidal com duas tonalidades: o branco e o castanho. A estrutura fragmentada do Monumento converge de dois polos e simboliza a “união” e as boas relações que se procuram manter com os povos africanos³⁸.

A pirâmide está associada a cerimónias fúnebres antigas pelo seu símbolo ascensional e é visto como “um lugar de encontro entre dois mundos: um mundo mágico, ligado aos ritos funerários de retenção indefinida da vida ou a passagem para uma vida supratemporal” (Chevalier e Gheerbrant, 1982:528).

Na obra *Antropologia e Performance: Agir, Atuar, Exibir* (2014) Elsa Peralta propõe uma interpretação da forma exterior do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* em termos de “ascensão funerária” que assume “propósitos profundamente didáticos e terapêuticos”, tais como a minimização da guerra, o louvor à Pátria, a criação de “um corpo sacrificial – o combatente morto – que se transcende no coletivo” e reconhece a ligação espiritual, cultural e emocional entre os combatentes mortos e a sua Pátria (Peralta, 2014:226).

Depois de um acontecimento é necessário criar um distanciamento relativamente ao evento traumático e colocarmo-nos no lugar das testemunhas que fisicamente o sentiram. Há necessidade de questionar, obter respostas, criticar, dialogar, pois sentir e falar do sofrimento dos outros cria um novo testemunho, o testemunho da impossibilidade de compreender o trauma (Bonder, 2009:65). Esta distância entre o ato traumático e a lembrança (ou recordação dele) é fundamental não só para quem fisicamente sofreu a dor e sente necessidade de falar dela, mas também para toda a comunidade que comunga com esse sofrimento através dos testemunhos contados. Elsa Peralta corrobora esta ideia, referindo que,

a ânsia de contar, presente em muitos daqueles que participaram em eventos traumáticos, é uma ânsia de ser “aliviado” do excesso de memória pessoal, num contexto de escassez de memória coletiva que lhe permita dar um significado mais amplo aos eventos. É, em última análise uma ânsia de ultrapassar o trauma por via da integração da consciência individual da pessoa que experienciou os eventos com a consciência coletiva que lhes atribui um significado, chamando a atenção para o facto de que recordar a violência

³⁸ Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/newsletter/2010/05.pdf>. Consulta: 28-07-2016

passada não é apenas um ato terapêutico mas fundamentalmente um ato político. A ânsia de ultrapassar o trauma é a ânsia de comemorar. (Peralta, 2014:228)

Os arquitetos e artistas têm um papel importante e complexo quando são chamados a projetar um memorial, por conta de uma comunidade ou entidade. Entre o acontecimento e a lembrança existe um mundo de transformações, que requerem uma interação e presença ativa um conhecimento apurado do conceito, dos materiais, da paisagem, da arquitetura e dos meios de representação. O memorial assim concebido serve uma sociedade que não esquece, um público que questiona e através dos seus autores, *designers* e arquitetos, transmite uma envolvimento ética e estética saída dos seus autores para o “outro”, procurando transformar o público que o observa (Bonder, 2009:67). No contexto internacional outro exemplo de estrutura com forma de pirâmide é o *Unknown Soldier Memorial* no Cairo (Egito) inaugurado em outubro de 1975³⁹.

No Monumento *Aos Combatente do Ultramar*, a cor castanha representada no topo da pirâmide é uma “alegoria às colônias” africanas e a cor branca na parte inferior da estrutura representa a “metrópole” portuguesa.⁴⁰ O branco é também “primitivamente a cor da morte e do luto” (Chevalier e Gheerbrant, 1982:128).

O espelho d’água que rodeia o monumento piramidal representa o “afastamento” e a “barreira” existente entre as colônias e a metrópole⁴¹. É frequente a presença de nascentes junto a locais de culto, onde a água tem o poder de curar “por causa das suas virtudes específicas” (Chevalier e Gheerbrant, 1982:43). O simbolismo presente na água pode representar três temas dominantes: “fonte de vida”, “meio de purificação” e “centro de degenerescência” (Chevalier e Gheerbrant, 1982:41). O poder curativo, de pureza e rejuvenescimento, fazem da água um símbolo de eternidade. A presença do lago no Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* permite criar uma atmosfera de tranquilidade e repouso, dando vida ao complexo memorial. No memorial dedicado às vítimas do atentado do 11 de setembro (*9/11 Memorial*), o elemento central é a água, presente nas duas cascatas de grande dimensão localizadas nos espaços deixados vazios pelas Torres Gêmeas. Joseph Daniels, Presidente do *9/11 Memorial* considera que o som da água em cascata cria uma atmosfera bonita e pacífica como o som do oceano. Paula Berry, familiar de uma das vítimas do atentado, diz que a presença da água é

³⁹ Em <http://www.war-memorial.net/Unknown-Soldier-Memorial-in-Cairo-1.302>. Consulta: 30-07-2016

⁴⁰ Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/newsletter/2010/05.pdf>. Consulta: 28-07-2016

⁴¹ *Ibidem*

particularmente importante no memorial pois quando se pensa no nome do projeto *Reflecting Absence* tem de haver os meios para refletir e a água desempenha esse papel.⁴²

De modo a quebrar “a frieza da geometria do Monumento” presente em Belém, foi colocada uma “Chama da Pátria”, como símbolo de pertença e “sentimento dos combatentes pela Pátria, perenidade de Portugal e a sua continuidade através dos séculos”⁴³. A presença de uma luz nos locais de luto e a sua prática é vista como um ritual sagrado. Ao acender uma luz o local é iluminado e abençoado.

Desta forma, “A morte é transformada em sacrifício e é sacralizada através do fogo alquímico da chama ardente da pátria e, tal como em muitos outros memoriais, é por esta via destituída de conteúdo político” (Sturken, 2004: 314 Apud Peralta, 2014: 226)

A “Chama da Pátria” ou Luz Eterna (*Eternal Flame*) foi apresentado pela primeira vez pelo jornalista francês Gabriel Boissy em 1923, que sugeriu a sua ligação aos memoriais de guerra e santuários, como forma de lembrança e representação de uma alma eterna. Boissy ter-se-á baseado no trabalho do escultor Gregoire Calvet, que acreditava que uma chama no túmulo do soldado desconhecido em Paris devia ser iluminada todas as noites. A intenção de manter acesa uma luz eterna já tinha sido manifestada em 1921 por M. Langlois du Vivray. O filantropo ofereceu dinheiro para erguer uma chama sob o Arco do Triunfo, embora sem sucesso, mas uma luz eterna viria a ser instalada no local a 11 de novembro de 1923. Após a Primeira Guerra Mundial a presença de uma Luz Eterna tornou-se regular, principalmente em túmulos de soldados desconhecidos.⁴⁴O fogo símbolo do “espírito” e do “conhecimento intuitivo” possui inúmeras qualidades como o de purificar e regenerar (Chevalier e Gheerbrant, 1982:331).

Não existe qualquer referência alusiva ao uso do espelho na parte interior da estrutura do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*. A sua utilização poderá ser meramente estética, porém é interessante refletir acerca da simbologia ligada a este elemento. Chevalier e Gheerbrant (1982) associam o espelho à alma, à sabedoria e ao conteúdo do coração e da consciência (Chevalier e Gheerbrant, 1982:300-301). Para Juan Cirlot (1999), o espelho é um elemento frequentemente ligado aos mitos de “passagem para o outro lado” e que serve de porta para transportar a alma para o outro mundo (Cirlot, 1999:161).

Para fazer introdução à arquitetura e apelo à visita de portugueses e estrangeiros, no relvado perto do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* encontra-se um pequeno pilar de

⁴² Em <http://nypost.com/2010/11/10/911-memorials-fountains-flow/>. Consulta: 30-07-2016

⁴³ Ibidem

⁴⁴ Em https://www.awm.gov.au/encyclopedia/eternal_flame/origins/. Consulta: 11-05-2016

pedra com três placas de metal referentes à concepção, comissão técnica, autor e acontecimentos memoráveis deste Monumento escritas em francês, inglês e português. Junto ao pilar uma placa igualmente metálica escrita em sete idiomas pede ao visitante “silêncio, respeito e recolhimento”, como se estivéssemos a entrar num espaço inerente ao conceito de sagrado, prevenindo sobre um conjunto de rituais e determinados comportamentos. Palavra derivada do latim, o termo sagrado remete para o culto e celebrações religiosas, portanto um espaço santo, puro, inviolável e sublime que importa respeitar e consagrar⁴⁵. Por isso, no espaço memorial paira o silêncio e o vazio. Para fazer cumprir todos os requisitos, dois guardas da polícia marítima encontram-se em permanente vigilância à entrada das guaritas.

O Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* procura traduzir “1. Grande pureza formal e simbólica; 2. Grande simplicidade e caráter unitário e 3. A união entre todos os povos envolvidos na guerra do ex-ultramar português, sem constrangimentos ou ressentimentos.”⁴⁶ Segundo Elsa Peralta o Monumento é um espaço que obriga “à livre interpretação, sem que uma legenda explicativa a ele se fixe definitivamente” (Peralta, 2014:233). Um pequeno epitáfio triangular de pedra possui a seguinte inscrição: “Aos Combatente do Ultramar”. Não existe referência à guerra nem ao império colonial. A simplicidade da inscrição permite uma interpretação ambígua omitindo qualquer referência ao facto dos nomes inscritos por detrás do Monumento corresponderem aos soldados que morreram na proteção da hegemonia da nação nas suas “províncias ultramarinas” (Sapega, 2008:29) Ellen Sapega (2008) sugere que o Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* comunica uma mensagem de honra, sacrifício, perda e reparação (Sapega, 2008:30). Os soldados portugueses são representados como vítimas e heróis⁴⁷ ao invés de “perpetradores de violência racista” (Buettner,2016:486). Por se tratar de um conflito impopular e divisivo, os combatentes portugueses foram, à semelhança dos seus opositores, igualmente silenciados e alvo de amnésia social generalizada (Buettner,2016:486).

Examinando a questão do ponto de vista turístico, apesar do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* se situar a curta distância das mais populares atrações históricas e turísticas de Lisboa, poucos visitantes (portugueses ou estrangeiros) o frequentam. Seja por ficar longínquo e não ter transportes diretos, por agrado pessoal, ou por fraca divulgação e

⁴⁵ Em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aa/sagrado>. Consulta: 28-09-2016

⁴⁶Em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/003.pdf. Consulta: 16-03-2016

⁴⁷ O Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* é também conhecido pelo nome Monumento *Aos Heróis do Ultramar*. Em <http://www.lisboapatrimoniocultural.pt/artepublica/eescultura/pecas/Paginas/Herois-do-Ultramar.aspx>. Consulta: 16-03-2016

ocultamento nos guias turísticos, a realidade é que a maioria dos turistas continua a preferir a área de Belém e os monumentos ligados à Era dos Descobrimentos: O Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém ou o Padrão dos Descobrimentos. As polémicas ou contradições que rodearam a Guerra Colonial, o fim do Império, a política de descolonizações ou a construção do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* estão longe de estar finalizadas, mas também não integram as preocupações e gostos dos portugueses, especialmente os das gerações mais recentes (pós 25 de Abril de 1974). Será porventura por esta razão que os Lisboetas, muitos portugueses e até ex-combatentes, não sabem da existência do Monumento nem onde se localiza? Ellen W. Sapega parece resumir esta ideia quando refere que o Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* “receives very few visitors and many residents in Lisbon seem to be unaware of its existence” (Sapega, 2008:32). Vendo este desconhecimento ou ignorância, sob outros pontos de vista, será que a divulgação é adequada e presente nas comunidades escolares, nas autarquias, nos *websites* de viagens e difusão turística, nos compêndios de história, em museus, entre outros, ou é preferível não focar nem falar num momento tão depreciativo da história portuguesa? Como diz Ellen Sapega lembrar a Guerra Colonial implica aceitar que ela acabou, que terminou esse período da nossa história em que se combatia por valores subjetivos como o de império. Encerrar esta questão é como esquecer que houve um império ligado aos projetos marítimos de além-mar. “It is often more comforting to celebrate beginnings rather than endings, just as it is easier to continue to celebrate the age of discovery.” (Sapega, 2008:33). Talvez seja esta razão que explique a popularidade que ainda hoje detêm o Padrão dos Descobrimentos, a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos, ou a Praça do Império.



Figura III.2 - Monumento Aos Combatentes do Ultramar
- Belém



Figura III.1 - Epitáfio do Monumentos Aos Combatentes do
Ultramar - Belém

III.3.3 Memorial aos Caídos pela Pátria (2000)

A 5 de fevereiro de 2000, foi inaugurado ao redor do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* (1994), o *Memorial aos Caídos pela Pátria*, um lapidário nominal dos militares mortos em combate no ex-Ultramar português. O lapidário conta com uma lista de cerca de dez mil nomes dispostos por ano e ordem alfabética.

Após a Segunda Guerra Mundial a prática de adicionar nomes aos memoriais de guerra tornou-se recorrente. Um exemplo de referência é o *Vietnam Veterans Memorial* em Washington DC de Maya Lin. Tal como mencionei anteriormente (subcapítulo III.2.4), o memorial foi contestado devido ao seu *design* “pouco convencional”, uma vez que não seguia as normas figurativas dos monumentos tradicionais, o que resultou numa insatisfação por parte do público mais conservador (Mendes, 2012:31), sendo hoje um dos lugares mais visitados de Washington DC. O *Vietnam Veterans Memorial* inaugurado a 11 de novembro de 1982, consiste em duas paredes de granito preto polido, cada uma com setenta painéis. Na parede com cento e cinquenta metros de largura encontram-se gravados 58.272 nomes de militares americanos mortos na Guerra do Vietname. Os nomes estão ordenados de acordo com a data da sua morte, sendo acompanhados por dois símbolos distintos: a forma de um diamante quando a morte é confirmada e a forma de uma cruz quando se encontra desaparecido.⁴⁸ A ideia da arquiteta foi de homenagear todos e cada soldado em particular. Na sua visão cada indivíduo tem uma elevada importância para a Pátria e deve ser reconhecido como tal. Este memorial deu origem a uma prática de culto. As pessoas ao visitarem o memorial enriquecem o espaço,

⁴⁸ Em <http://www.thewall-usa.com/information.asp>. Consulta:28-07-2016

depositando junto ao muro, flores, fotografias e objetos pessoais dos soldados americanos. O memorial aos veteranos da Guerra do Vietname atingiu repercussões inimagináveis superando até mesmo as expectativas de Maya Lin. Alguns familiares das vítimas sentem-se mais próximos dos seus entes queridos ao visitarem o memorial ao invés da sepultura. Para os veteranos sobreviventes esta é uma justa homenagem aos seus camaradas e também uma forma de superar e lidar com a vivência na guerra, podendo reconstruir a sua própria vida. (Savage, 2006:107) Na concepção do *Vietnam Veterans Memorial* foram tidas em conta algumas regras. O memorial deveria possuir um carácter reflexivo e contemplativo e estar integrado e em conformidade com a paisagem envolvente (em especial com os monumentos nacionais). Na extensa parede de nomes deveriam constar os nomes dos falecidos e desaparecidos no conflito e deveria evitar-se qualquer declaração política sobre a guerra.⁴⁹ O memorial “começa com cerca de 20 cm de altura até atingir cerca de 3 m na intersecção a 90º das duas alas.” (Silva, 2005:209). A forma em “v” permite a sua ligação a Este com o *Washington Monument* e a Oeste com o *Lincoln Memorial*, conferindo ao monumento um contexto histórico⁵⁰. À medida que o visitante percorre a extensa parede de mármore preto, vai-se apercebendo da dimensão do conflito. Para António Silva “o confronto com a quantidade cada vez maior de nomes gravados na parede” torna-se esmagador. (Silva, 2005:210) O autor complementa dizendo que o ato de “ver/ler os nomes é tornar reais as vítimas” (Silva, 2005:210) Para Maya Lin a morte é algo privado e pessoal e cada individuo lida com ela de forma distinta. O visitante é encorajado a fazer a sua própria interpretação do evento (Savage, 2006: 106)

A identificação nominal nos memoriais está de um modo geral ligada à ideia de humanismo e de inviolabilidade do ser humano e dos seus direitos universais (Sherman, 2006: 121). Daniel J. Sherman (2006) refere que nas práticas e discursos comemorativos invocam-se as pessoas mortas, mais por uma necessidade de comemorar uma sociedade e os interesses dos seus líderes, do que pelo interesse nas vidas dos particulares que emprestaram os seus nomes. Os nomes pertencem aos indivíduos, é certo, mas também à ordem social e política que os nomeia, os segue e os agrupa. (Sherman, 2006: 125). Inscrever os nomes em monumentos, considera o autor, tornou-se uma prática “moderna” de comemoração desde a Primeira Guerra Mundial. Sob este ponto de vista este procedimento encarna uma recusa às narrativas convencionais, justificando a morte dos soldados em termos mais abrangentes, tanto patrióticos como religiosos, ou ambos. Para Sherman “The individual names themselves mattered less than

⁴⁹ Ibidem

⁵⁰ Ibidem

their agregation, on individual thomstones or the surfaces of monuments, which offered a physical representation of a scale of death so massive that no other meaning could be assigned to it “ (Sherman, 2006: 125).

O *Memorial aos Caídos pela Pátria* existente no Forte do Bom Sucesso em Belém baseia-se nesta prática de evocação individual. O memorial de Maya Lin passou de controverso a popular, tornando-se num lugar de peregrinação e ponto turístico obrigatório na cidade de Washington DC atraindo milhares de turistas o que não acontece com o *Memorial aos Caídos pela Pátria* que quase passa despercebido. Ao contrário do *Vietnam Veterans Memorial* de Washington, não existem objetos relacionados com a Guerra Colonial ou seus combatentes junto ao memorial, sendo raras as flores ali depositadas. Na opinião de Ellen Sapega tanto o *Monumento Aos Combatentes do Ultramar* como o *Memorial aos Caídos Pela Pátria* têm sido ocultados dos guias turísticos. A autora considera que estes locais são com efeito locais de memória que se tornaram invisíveis, e que na prática foram sendo esquecidos. (Sapega, 2008:32).

Em adenda informativa no livro: “Monumento aos Combatentes do Ultramar” (1961-1974) (2007), o Tenente General Baltazar António de Moraes Barroco, Ex- Presidente da Direção Central da Liga dos Combatentes esclarece a colocação das lápides com os nomes dos mortos na muralha do Forte do Bom Sucesso. Segundo Baltazar Barroco, por altura das comemorações dos 75 anos da Liga dos Combatentes “foi, por despacho de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, Doutor Veiga Simão, atribuído a esta, o Forte do Bom Sucesso, passando a ser responsável pela sua conservação e manutenção” (Magalhães, 2007:73). O Tenente General Barroco salienta ainda que no despacho anteriormente referido se inclui a obrigatoriedade de aprovação, por parte dos Ministros da Defesa Nacional e da Cultura, de quaisquer obras a realizar no Forte (Magalhães, 2007:73). Face a esta condição, a Liga dos Combatentes propõe um anteprojecto que visa a integração do Forte do Bom Sucesso no *Monumento Aos Combatentes do Ultramar* já existente e a construção de um memorial que o completasse. Neste anteprojecto foram consideradas três hipóteses para essa integração:

- Colocação de lápides no exterior do Forte, com acesso 24 horas sobre 24 horas;
- Colocação de lápides no interior do Forte com acesso condicionado;
- Construção de um ‘lampadário’ no interior do Forte e em que os nomes dos Combatentes Mortos em combate, seriam colocados num livro comandado eletronicamente, mas também com acesso condicionado; (Magalhães, 2007: 74).

Por insistência de muitos ex-combatentes da Guerra Colonial perto das entidades oficiais, nomeadamente do Ministério da Defesa Nacional e da Liga dos Combatentes e outros, as várias organizações de combatentes depois de discutirem as soluções apresentadas e “embora duvidando da sua execução, foram unânimes na escolha da primeira solução, ou seja, que as placas com os nomes dos Combatentes Mortos no ex-Ultramar deveriam ser colocadas no exterior do Forte, de modo a poderem ser visitadas em qualquer momento e por toda a gente” (Magalhães, 2007:74).

Segundo o General Morais Barroco, presidente da Liga dos Combatentes em discurso na cerimónia de inauguração do lapidário “passamos a desfrutar de um monumento que agora é procurado por todos aqueles que passaram pelo ex-ultramar português como combatentes, pelos seus familiares, pelos familiares que tombaram nesses territórios e por todos aqueles que se interessam pela história de Portugal” (Marinha Portuguesa, 2000:11).

Após a aprovação do projeto, determinou-se o espaço disponível para o memorial, tendo em conta o número de nomes fornecidos pelas entidades competentes e contabilizou-se a quantidade de placas e tipografia a usar. Conscientes de que nas lápides não constavam todos os nomes dos mortos na Guerra Colonial (uns por falta de dados informativos, outros por se encontrarem em processo de avaliação por parte do Exército), foi acrescentada uma placa com o escudo nacional direcionada a todos os que caíram em defesa da Pátria, para que “nenhum Soldado caído ao serviço de Portugal, fosse esquecido” (Magalhães, 2007:75). No lapidário consta outra lápide que presta homenagem a Portugal, invocando a memória dos combatentes da Primeira Guerra Mundial⁵¹. Jorge Sampaio, Presidente da República aquando da inauguração, considerou estas lápides e o Monumento como um “testemunho perene desse sacrifício feito sob a Bandeira Nacional” (Magalhães, 2007:75). A obra foi apoiada pelo Ministro da Defesa Nacional, Doutor Veiga Simão⁵² cujo ministério contribuiu com a soma de 50.000 contos (250.000 euros).

Ellen W. Sapega (2008) alerta para o facto de haver uma incidência relativamente grande de nomes não-europeus nas lápides, nomes esses claramente de origem africana.

⁵¹ Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/newsletter/2010/05.pdf>. Consulta: 16-04-2016

⁵² O Dr. José Veiga Simão (1929-2014) foi Ministro da Educação no governo de Marcello de Caetano (1970 a 1974), Embaixador de Portugal nas Nações Unidas (1974 a 1975), Ministro da Indústria e Energia durante o IX Governo Constitucional (1983 a 1985) e Ministro da Defesa Nacional do XIII Governo Constitucional (1997 a 1999), além de desempenhar outros importantes cargos no campo da Política e Educação. Em <https://www.publico.pt/politica/noticia/morreu-veiga-simao-antigo-ministro-da-educacao-1634481> e http://www.itn.pt/memoria/bios/pt_bio_jvsimao.htm . Consulta:26-07-2016

Segundo Sapega a sua menção no memorial serve para perturbar as suposições dos espectadores a respeito de quem realmente lutou nestas guerras (Sapega, 2008:29). A autora considera que as duas estruturas (*Monumento Aos Combatentes do Ultramar* e *Memorial aos Caídos Pela Pátria*) tentam cumprir no espaço comemorativo as funções tanto de monumento como de memorial:

On the one hand, the central, pyramid-like structure seems to follow the traditional commemorative codes that often make use of sculpted white stone rising above the earth to evoke sentiments of power and honor. The surrounding wall, on the other hand, on which are inscribed the names of the dead, opposes this abstract gesture by remembering, or memorializing, those who lost their lives (Sapega, 2008:30)

Os termos “monumento” e “memorial” são distintos e reportam a funções diferenciadas. Na sua obra *Texture of Memory – Holocaust Memorials and Meaning*, James Young (1993) afirma que a maioria das pessoas vê os memoriais apenas como recordações das mortes passadas e eventos trágicos, providenciando lugares de lamentação. Os monumentos por outro lado existem como marcos comemorativos dos triunfos e heroísmos individuais (Young:1993:3). A distinção dos dois termos é feita igualmente pelo filósofo e crítico de arte norte-americano Arthur Danto numa coluna do jornal *Nation* de 31 de agosto de 1985 na secção de arte dedicada ao Memorial aos Veteranos do Vietname em Washington DC. Na perspetiva do filósofo a sociedade ergue monumentos para poder lembrar os factos que ocorreram e constrói memoriais para que nunca mais os possa esquecer. Danto aprofunda a sua reflexão afirmando que são poucas as nações que erguem monumentos que retratem as suas derrotas, contudo são muitos os memoriais dedicados aos soldados perdidos (Danto, 1985:152).

No artigo: “Remembering Empire/Forgetting the Colonies - Accretions of Memory and the Limits of Commemoration in a Lisbon Neighborhood” Ellen Sapega sugere que o *Monumento Aos Combatentes do Ultramar* comunica uma mensagem conjunta de honra, sacrifício, expiação e perda. Resumindo, ela refere que o Monumento nos coloca uma questão (ou várias questões):

should the nation mourn the loss of life for a cause that in itself was illadvised (thereby seeking to address collective sorrow and attempting to “work through” the loss of life that accompanied the loss of empire), or should it commemorate the heroic deeds of soldiers whose sacrifice has until now been overlooked or misapprehended (allowing the themes of heroism and glory to resurface)? (Sapega, 2008:30)



Figura III.4 - Memorial aos Caídos pela Pátria - Belém. Placa de Homenagem.



Figura III.3 - Memorial aos Caídos pela Pátria - Belém. Lápides Nominais.

Em agosto de 2006, foi acrescentada à extensa parede de nomes lápides referentes aos soldados mortos nas Operações de Paz e Humanitárias (1992-2010). A sua colocação no espaço memorial não foi aceite por alguns veteranos da Guerra Colonial. Muitos ex-combatentes desta guerra defenderam e defendem a remoção de tais placas, alegando a sua falta de contexto, uma vez que o memorial é alusivo “Aos Combatentes do Ultramar” e as Missões de Paz e Humanitárias reportam a outras guerras e propósitos.

João Barroso da Fonte exerceu durante vinte anos o cargo de Presidente da Direção da Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar (ANCU) e a ele se deve a inspiração para a construção do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*. O seu descontentamento é evidente no artigo de sua autoria no semanário *Notícias do Douro* datado de 30 de novembro de 2006, no qual condena a colocação das lápides referentes às Missões de Paz e Humanitárias, onde constam por “azar” treze nomes de militares. Segundo Barroso da Fonte foram adicionadas ao lapidário de forma “arbitrária” e indevida “nomes de outros voluntários que faleceram entre 1995 e 2005, não ao serviço de Portugal, nem do Ultramar, mas nas (impropriamente chamadas) missões de «paz», na Bósnia, no Kosovo, na Afeganistão, no Líbano...”. O ex-Presidente da Direção da ANCU condenou o ato, alegando abuso de poder por parte do Presidente da Liga dos Combatentes que agiu segundo ele de “motu próprio, sem ouvir as restantes sete associações que com ela projetaram o Monumento”.⁵³

⁵³Em <http://www.dodouro.com/noticia.asp?idEdicao=149&id=6304&idSeccao=1565&Action=noticia>. Consulta: 17-07-2016

No *website* “Dos Veteranos da Guerra do Ultramar” foram divulgadas com a devida autorização dos intervenientes algumas opiniões (via correio eletrónico ou redes sociais de 13 de novembro a 18 de novembro 2013), referentes à colocação das placas extra no espaço memorial. As críticas foram feitas no seguimento da partilha de um excerto do *Diário de Notícias* de 10 de novembro de 2013, que descreve as comemorações oficiais do 95º aniversário do Armistício da Primeira Guerra Mundial, do 90º aniversário da Liga dos Combatentes e dos trinta e nove anos do fim da Guerra Colonial, realizadas no dia nove do mesmo mês junto ao Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*. Na notícia publicada com o título: “Honrar os militares ao serviço de Portugal” há uma passagem no corpo do texto que refere: “Quase dez mil militares portugueses mortos em teatros de guerra, incluindo nas recentes operações de paz nos Balcãs e no Afeganistão, têm o seu nome inscrito nas placas de pedra em redor do Monumento aos Combatentes.”⁵⁴ O comunicado gerou uma onda de contestação e seguiram-se vários comentários referentes à colocação das “polémicas” placas naquele que é considerado por muitos veteranos o espaço de memória ao combatente do “Ultramar”. Muitos ex-combatentes defendem a remoção das lápides referentes às Operações de Paz e Humanitárias uma vez que o lapidário foi construído com o intuito de homenagear os combatentes portugueses que perderam a vida em defesa dos interesses da Pátria no então denominado “Ultramar Português”. Entre os muitos comentários publicados, são colocados em causa os interesses dos militares que se encontram hoje em missões em territórios estrangeiros, chegando alguns a ser comparados a “mercenários” uma vez que cumprem o seu serviço militar de forma voluntária. Ainda assim, alguns intervenientes reconhecem o valor e sacrifício destes militares e a importância de construir um monumento próprio destinado a estas missões. Seguem-se alguns desses comentários⁵⁵:

“(…) Aquele monumento destina-se, exclusivamente, a homenagear os que caíram no Ultramar em defesa dos interesses de Portugal. Para os que já caíram ou possam vir a cair em defesa de interesses internacionalistas, europeístas ou outros que não os de Portugal, dever-se-á levantar outro monumento. Não sendo responsáveis pelas opções dos desgovernos vendidos, merecem o nosso respeito porquanto cumpriram as leis do seu País” – Luís Cadete

“(…) Claro que nunca devemos pôr em causa o respeito que é devido a todos os portugueses que combateram com o uniforme do Exército de Portugal, independentemente da causa ou do solo onde combateram. O que me parece estar em causa é (foi) a irresponsabilidade dos corpos gerentes da liga de combatentes ao permitir a sua politização, perdendo assim a sua independência. (...) A liga de combatentes

⁵⁴ Em http://ultramar.terraweb.biz/Noticias/FBS-09Nov2013_opinioes.pdf. Consulta: 20-05-2016

⁵⁵ Em http://ultramar.terraweb.biz/Noticias/FBS-09Nov2013_opinioes.pdf. Consulta: 20-05-2016

tem (terá) que ser independente do poder político, digna representativa de todos os Combatentes da Pátria, respeitadora dos espaços sentimentais que cada combatente representa.” – José Câmara

“(…) Cabe à Liga dos Combatentes desfazer este lamentável erro histórico. Outrora também os Combatentes da Grande Guerra não foram misturados nos seus monumentos com os combatentes do ultramar, da mesma forma maneira se hoje pretenderam homenagear os militares que faleceram pela pátria no Afeganistão, Kosovo ou em qualquer outro sítio, terão de criar um monumento correspondente ao mesmo.” – Mário Gualter Pinto

“Este é um tema muito delicado, até pelas razões de existir. Estamos a falar da morte ao serviço da Pátria... muito bem. Mas, estamos também a falar da morte de soldados de Portugal e não me parece de bom-tom, dizermos que aqueles que tombaram no Afeganistão ou no Iraque etc., não foi ao serviço de Portugal! Eles (os que tombaram), não são os culpados das más políticas ou do desrespeito dos governantes perante os soldados que tombaram no Ultramar. A minha opinião, é que devemos deixá-los repousar nos quadros de honra, da honra que demonstraram ao envergar o uniforme do Soldado Português.” – José Lage

“O espaço deve ser de quem morreu ao serviço da Pátria e como é grande, pode dar para todos com devida identificação. Misturar é confundir os actuais e vindouros menos esclarecidos. E é isso, ‘Façam um monumento em homenagem aos outros teatros de operações’ ou tantos quanto hajam. Eu estive lá e identifiquei-me com isso respeitando no entanto a instituição militar que muito prezo e que me orgulho ter pertencido” – António Serra Neves

“É uma mistura que desde há muito querem ou persistem igualar, quando missões de paz (?) são uma forma de algumas pessoas irem ganhar mais dinheiro com mais benesses em cima. Eu sou contra este clima de tal igualdade.” – António Rodrigues

Não obstante toda a polémica e a quem verdadeiramente interessa todo o complexo memorial de Belém, a Liga dos Combatentes defende que:

Todo o meio envolvente inerente ao Monumento utiliza o aproveitamento das paredes do Forte, constituindo-se um todo, que expressa a homenagem de Portugal a todos os Combatentes; os quais, ao longo da nossa história defenderam os ideais nacionais e a continuidade de Portugal como País independente.” (*Liga dos Combatentes* (2010), Newsletter – 4ª Edição Maio)⁵⁶

Torna-se necessário clarificar quem são os “combatentes” e a quem diz respeito o espaço memorial, para que se evitem equívocos.

O *Direito Internacional Humanitário* (DIH) estabelece os princípios do uso da violência durante os conflitos armados. O documento visa “restringir os direitos dos combatentes através da limitação dos métodos e meios de guerra e proteger os direitos dos não combatentes, civis e militares fora de combate” (Deyra, 2001:14). A secção seis é dedicada aos combatentes no qual é fornecida uma definição. A noção de “combatente” foi inicialmente definida nas Convenções

⁵⁶ Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/newsletter/2010/05.pdf>. Consulta: 16-04-2016

de Genebra, integrando seis categorias de “pessoas pertencentes a formações armadas com direito de participar diretamente nas hostilidades e de combater” (Deyra, 2001:53):

- 1) Os membros das forças armadas de uma parte no conflito, incluindo as milícias e os corpos de voluntários;
- 2) Os membros dos movimentos de resistência que respeitam certas condições (ter no seu comando uma pessoa responsável, usar abertamente as armas, usar um sinal distintivo fixo e identificável à distância, respeitar as leis e costumes da guerra nas suas operações);
- 3) Os membros de uma força regular que reclamam uma autoridade não reconhecida pela Potência detentora;
- 4) As pessoas que seguem as forças armadas sem delas fazerem diretamente parte (correspondentes de guerra, membros civis da tripulação de aviões militares, entre outros);
- 5) Os membros das tripulações da marinha mercante e da aviação civil das partes no conflito;
- 6) Os indivíduos da população de um território não ocupado que se levantam em massa para evitar o avanço do inimigo e sob condição de usarem abertamente as armas e respeitarem as leis e costumes da guerra.⁵⁷

As seis categorias anteriormente apresentadas desaparecem com a publicação do artigo 43º do I Protocolo, em que as “formações armadas” são substituídas pela noção única de “forças armadas”. Atualmente,

Existe um único regime ligado à noção de forças armadas do qual qualquer membro, exceção feita ao pessoal sanitário e religioso, é um combatente. Contudo, apesar de qualquer membro das forças armadas ser um combatente, deverá respeitar duas obrigações para não ser desprovido do seu estatuto: ter um uniforme ou sinal distintivo e usar as armas abertamente. (Deyra, 2001:54).

Portugal como membro da NATO e da ONU participa regularmente com as suas Forças Armadas em missões e operações dispersas pelos quatro continentes em parceria e cooperação com os restantes membros destas organizações⁵⁸.

⁵⁷ Em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/DIHDeyra.pdf>. Consulta: 31-07-2016

⁵⁸ Portugal participou desde 1992 em 56 missões através da NATO e pela ONU até ao presente em 37 operações de manutenção de paz em quatro continentes. Em <http://www.emgfa.pt/documents/7tr3jyxvgbzs.pdf> Consulta: 31-07-2016



Figura III.6 - Memorial aos Caídos pela Pátria - Belém. Homenagem de Portugal.



Figura III.5 - Memorial aos Caídos pela Pátria- Belém. Operações de Paz e Humanitárias.

Nas visitas que tive oportunidade de fazer ao *Memorial aos Caídos pela Pátria* verifiquei o estado de degradação das lápides. Muitas das inscrições estão ilegíveis e o trabalho de restauro não é feito com rigor, existindo alguns nomes borrados com tinta preta, o que esteticamente não é agradável. Compreendo que seja uma intervenção dispendiosa mas cabe à Liga dos Combatentes zelar pelo bom estado de conservação do lapidário. Se o lapidário não permitir ao visitante o acesso aos nomes dos soldados mortos em combate, então não cumpre em pleno a sua função: recordar e comunicar.

A presença do *Memorial aos Caídos pela Pátria* em redor do Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* surge como um reforço da preservação da memória da Guerra Colonial. A maioria das lápides reporta aos mortos em combate no ex-Ultramar português excetuando os nomes dos soldados falecidos durante as Operações de Paz e Humanitárias.

Não deixa de ser confusa a mensagem que se pretende extrair deste lapidário. A quem se destina realmente? Aquando da sua inauguração pretendia-se que as lápides evocassem a memória dos combatentes na Guerra Colonial. Ora se a intenção era lembrar os nomes dos soldados caídos na Guerra Colonial, verifica-se que as lápides “À memória de todos os soldados que morreram pela Pátria” e “Homenagem de Portugal” não referem o conflito ali representado. Deste modo qualquer combatente português tem aqui a sua homenagem. Existe um esforço por parte da Liga dos Combatente de tornar este espaço memorial no espaço do combatente português.

III.3.4 Capela do Combatente e Memorial do Combatente (2015)

A 11 de novembro de 2015, por altura das comemorações do 97º aniversário do Armistício da Grande Guerra, do 41º aniversário do Fim da Guerra Colonial, do 92º aniversário da Liga dos Combatentes e da evocação do centenário da Grande Guerra o complexo memorial foi enriquecido com a instalação da *Capela do Combatente* e do *Memorial do Combatente*.

Trata-se da reabilitação de um pequeno espaço (dois por nove metros) que servia de apoio e manutenção ao lado do Monumento e que hoje serve de lugar de reflexão. O General Joaquim Chito Rodrigues, Presidente da Liga dos Combatentes acredita que o conjunto formado pelo Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*, as lápides, a capela e memorial do combatente constituem um “complexo perene que as circunstâncias e os homens jamais deixarão que o tempo apague da memória dos portugueses” (Rodrigues, 2015d:5).

A *Capela do Combatente* ocupa um lugar modesto e elementar. A sua decoração é sóbria e reduz-se a um simples altar de mármore e alguns bancos de madeira. No espaço estão representadas algumas esculturas religiosas. No altar encontra-se a imagem do *Cristo Mutilado*, uma escultura em madeira que sobreviveu à Primeira Guerra Mundial e que foi encontrada pelo capitão francês Wiette de La Rivagerie num monte de destroços entre Verdun e o forte de St. Michel em 21 de maio de 1916.

Na parte lateral junto aos bancos encontram-se as imagens de Nossa Senhora de Fátima, de S. Nuno de Santa Maria (patrono da Liga dos Combatentes) e de São Miguel Arcanjo. A capela possui ainda a réplica do *Cristo das Trincheiras* oferecida pelo Santuário de Fátima, que esteve exposta na Sala do Capítulo no Mosteiro da Batalha.



Figura III.8 - Entrada para a Capela e Memorial do Combatente - Belém.



Figura III.7 - Capela do Combatente - Belém.

Durante as limpezas ao local a Liga dos Combatentes optou por deixar intacta uma gruta. Se o visitante quiser ver o memorial terá de atravessar uma pequena galeria subterrânea

desprovida de luz que dá acesso ao túmulo do soldado desconhecido. Ao sair da escuridão do túnel, o visitante encontra uma sala iluminada pela luz natural de uma claraboia existente no teto. À entrada do memorial, do lado direito no solo existe um poço coberto por uma superfície de vidro que se faz acompanhar de uma inscrição em pedra na parede: “Neste local, a água, símbolo da natureza e de purificação, convive com a morte e o transcendente. Transcendente aqui materializado por um cristo: cristo que já chegou (cristianismo), cristo que um dia chegará (judaísmo) ou cristo que dia voltará (islamismo), com o respeito pelo transcendente de todos os credos.” No centro da sala permanece o túmulo de um soldado português desconhecido caído na Guerra Colonial vindo da Guiné. O monumento tumular é acompanhado das seguintes inscrições: “Aqui jaz um soldado de Portugal caído na Guerra do Ultramar”, possuindo ainda na sua base o emblema da Liga dos Combatentes acompanhado das palavras: “Pela Pátria”. Nas paredes estão expostos dois poemas do Presidente da Liga Joaquim Chito Rodrigues: no lado esquerdo o poema intitulado “Da Flor e da Música” e no lado direito “Regresso”.⁵⁹ Ao fundo da sala no prolongamento do túnel iluminada por luz natural encontra-se a imagem Jesus Cristo. A escultura suspensa representa Cristo ressuscitado. Também ao fundo da sala perto desta figura estão as bandeiras de Portugal e da Liga dos Combatentes. Uma gravação recita repetitivamente o nome dos mortos da Guerra Colonial quebrando o silêncio. A criação da *Capela do Combatente* e do *Memorial do Combatente* surge da necessidade de um complemento ao Monumento Aos Combatentes do Ultramar e ao Memorial aos Caídos pela Pátria.



Figura III.10 - Túnel de acesso ao Memorial do Combatente - Belém.



Figura III.10 - Memorial do Combatente - Rolém

O culto aos mortos ou culto ligado à morte vem desde tempos imemoriais, com ritos e distintivos próprios enraizados nas tradições, filosofias e crenças das diversas civilizações. Edificavam-se túmulos, grutas, templos, altares, esculturas, por respeito, veneração e desejo de

⁵⁹ As inscrições apresentadas podem ser observadas no local aquando da visita.

perpetuação do defunto, acreditando numa vida para além da morte, ou imortalidade. Ao longo dos tempos nunca se perdeu o costume de enterrar e venerar os mortos e o desejo de continuidade e de imortalidade segue o Homem até aos nossos dias. Um túmulo ou um local de culto traduz respeito e recolhimento e convida ao comprometimento individual ou coletivo. O túmulo ao soldado de Portugal caído na Guerra do Ultramar é uma representação indivisível, dizendo respeito simultaneamente ao individual e ao coletivo. Atualmente não são apenas as instituições religiosas mas igualmente os sistemas políticos e partidários a responsabilizar-se por dar “ordem simbólica e transcendência à morte” (Peralta, 2014:216) Segundo Elsa Peralta,

Um mausoléu coletivo é um local de reencontro, com uma força simbólica fundamental, no qual é representada a unidade e indivisibilidade do grupo. Para tal, o corpo individual, bem como a pessoa que outrora o habitou, é subsumido em força e definição coletivas. (...) Nestes termos o senso coletivo de solidariedade e comunhão é concomitante a uma disposição pessoal para o auto-sacrifício” (Peralta, 2014:216).

No contexto internacional podemos visitar igrejas e capelas dedicadas aos soldados que combatem ao serviço da Pátria como por exemplo a War Memorial Chapel⁶⁰ na National Cathedral em Washington DC, que homenageia todas as pessoas que serviram e servem as forças armadas dos Estados Unidos.

⁶⁰ Em <https://cathedral.org/what-to-see/exterior/war-memorial-chapel-2/>. Consulta:31-07-2016

IV. MUSEU DO COMBATENTE

IV. 1 Transformação da instituição-museu

É importante refletirmos sobre o papel que os museus desempenham nos dias de hoje. Ao longo dos anos, a museologia tem sido alvo de algumas mudanças que motivaram algumas discussões no que diz respeito à sua conceção e definição. Segundo o *International Council of Museums* (ICOM),

o museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.⁶¹

A partir de 1960 a instituição-museu sofreu profundas transformações. A ideia de que os museus serviam apenas para reunir, estudar, preservar e divulgar as coleções foi colocada em causa. Tornou-se imperativo acabar com alguns estereótipos enraizados pela sociedade. Pensar os museus como espaços de acesso restrito aos intelectuais, lugares “aborrecidos” com uma lista avultada de proibições (não mexer nos objetos, não falar alto, não tirar fotografias com flash, não correr, etc.) levou ao distanciamento do público. J. Amado Mendes afirma: “ Enquanto mantiveram o pendor elitista – desde as suas origens, no século das luzes, até meados do século XX -, os museus permaneceram afastados das massas e, conseqüentemente, da maior parte da população” (Mendes, 2013: 95). As mudanças traduziram novas práticas e experiências museológicas, organização e criação de novos tipos de museus, como museus ao ar livre, de empresa, comunitários, de região, ou ecomuseus, entre outros, e ainda, novas formas de discurso expositivo. De entre as novas práticas museológicas, o ecomuseu assume particular relevância pois permite a participação ativa e conjunta da população, poderes locais e equipas pluridisciplinares, em conceber, valorizar e explorar um património cultural e coletivo que interessa estudar e preservar. Georges-Henri Rivière (1989) propõe uma definição: “ un écomusée est un instrument que un pouvoir et une population conçoivent, fabriquent et exploitent ensemble. Ce pouvoir, avec les experts, les facilités, les ressources qu’il fournit. Cette population, selon ses aspirations, ses savoirs, ses facultés d’approche. ” (Rivière, 1989 :142)

A Declaração de Santiago do Chile em 1972, organizada pelo ICOM, trouxe modificações substanciais na definição de museu. Neste encontro internacional definiram-se as bases do museu integral, um museu ao serviço da sociedade que pode e deve “desempenhar um papel

⁶¹ Em http://icom-portugal.org/documentos_def,129,161,lista.aspx. Consulta: 4-08-2016

decisivo na educação da comunidade.” (Declaração de Santiago do Chile 1972, Mesa-Redonda de Santiago do Chile - ICOM, 1972: 1)⁶²

A Mesa-Redonda de Santiago do Chile (convocada pela UNESCO de 20 a 21 de Maio de 1972), tomando em consideração as transformações sociais, políticas e económicas da sociedade atual, traça e delinea estratégias e considerações para melhorar o papel dos museus na América Latina, recomendando à UNESCO as disposições a implementar na acção dos museus. Refere-se no início da declaração:

Um dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. Ela sugere que a UNESCO utilize os meios de difusão que se encontram à sua disposição para incentivar esta nova tendência. (Declaração de Santiago do Chile 1972, Mesa-Redonda de Santiago do Chile - ICOM, 1972: 4)⁶³

Ao longo das últimas décadas as preocupações do ICOM têm sido constantes e profundas. Muitos das temáticas relacionadas com a nova museologia foram e são debatidas em congressos e conferências internacionais como em Düsseldorf (1984), Barcelona (1985), Jerusalém (1991), Cuenca, Espanha (1994) entre outras (Poulot, 2001:170)

Hoje, o museu é mais acessível. Se antigamente o seu objetivo primordial era a preservação e salvaguarda das coleções e a exibição e divulgação do seu espólio, esta tendência tem vindo a alterar-se. A museologia procura ir de encontro às necessidades da sociedade. É necessário criar um vínculo entre a instituição-museu e o visitante e quebrar o estigma de que o museu é um espaço restrito, enfatizando a ideia de que o museu é um espaço público. Não basta mostrar aos visitantes as suas coleções, é necessário saber transmitir experiências e despertar emoções. Segundo Dominique Poulot (2001) a museologia contemporânea é cada vez mais profissionalizada devido à formação universitária prestada em todo o mundo que “mettent en avant, avec la déontologie propre à la fonction, un “savoir-faire” scientifique auquel s’ajoutent des techniques managériales.” (Poulot, 2001:171)

De forma genérica, a museologia contemporânea contribuiu para a diversificação das coleções, renovação da forma e propósito da colocação em exposição, criação de novas arquiteturas ou reutilização de edifícios que originalmente tinham outro destino. Hoje os

⁶² Declaração de Santiago do Chile 1972 ICOM-UNESCO, p. 1. Em <http://www.minom-icom.net/minom-reference-documents>. Consulta: 17-09-2016

⁶³ Declaração de Santiago do Chile 1972 ICOM-UNESCO, p. 4. Em <http://www.minom-icom.net/minom-reference-documents>. Consulta: 17-09-2016

museus possibilitam igualmente a integração de espaços e serviços destinados ao público como cafetarias, livrarias, lojas, e parques. Relativamente à museografia, desenvolveram-se equipamentos especializados, desde as vitrinas à iluminação, da sinalização à segurança, passando pela bilheteira e gestão informatizada das coleções. A preocupação com a frequência e atracão de público são constantes pelo que os museus têm de encontrar meios e recursos que ofereçam ao visitante serviços e passatempos interessantes e aprazíveis. (Poulot, 2001: 165-167) Dependendo de uma gestão pública ou privada, mesmo com ajuda do Estado (muitas vezes complexa e alvo de crítica), todos os museus são conduzidos à inovação “ sur le plan de la gestion, en faisant appel à différents partenaires, públicos ou privés.” (Poulot,2001:165).

O papel do museu enquanto instituição educadora tornou-se importante. Espera-se que os museus sejam nos dias de hoje uma ferramenta educativa capaz de não só facultar informação, mas também fornecer conhecimento, possibilitar a investigação, promover um espaço de discussão e reflexão e contribuir para a criação de novas mentalidades, valores e conservação da memória.

Para cumprir com rigor estas missões, o museu deve ter a responsabilidade de colecionar, conservar, estudar, interpretar e expor. A exposição é a função mais importante de um museu. É a parte visível ao público e a que melhor define a sua identidade. A exposição “est le moyen par excellence du musée, l’instrument de son langage particulier.” (Rivière, 1989 :265)

IV.2 O Museu do Combatente – Forte do Bom Sucesso

O Forte do Bom Sucesso situado junto à Torre de Belém foi entregue oficialmente à Liga dos Combatentes a 13 de Janeiro de 1999, abrindo ao público em 2003. O espaço do forte encontrava-se em elevado estado de degradação tendo sido necessário realizar intervenções na sua estrutura e reabilitar toda a área envolvente. Neste âmbito surge o Museu do Combatente a 16 de Outubro de 2003, um núcleo museológico patente no espaço do forte cujo objetivo consiste na “ expressão dos feitos militares portugueses, constituindo um polo de divulgação da História de Portugal”.⁶⁴

O Museu do Combatente insere-se dentro do Programa Estruturante *Cultura, Cidadania e Defesa* (programa evocado no capítulo II relativo às atividades da LC, subcapítulo II.2.2) e disponibiliza amostras permanentes e temporárias referentes a três períodos distintos do século XX: Primeira Guerra Mundial, Guerra Colonial e Missões de Paz. O museu encontrou o lema:

⁶⁴ Em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/006.pdf
Consulta: 4-08-2016

“EM 200 METROS 500 ANOS DE HISTÓRIA DE PORTUGAL - DO INÍCIO AO FIM DO IMPÉRIO”⁶⁵, conceito desenvolvido pelo Presidente da Liga dos Combatentes o General Joaquim Chito Rodrigues. Na visão do Presidente da Liga, a Torre de Belém (séc. XVI), o Forte do Bom Sucesso (séc. XVIII) e o Monumento aos Combatentes do Ultramar (séc. XX), condensam em poucos metros um longo período da história da Nação portuguesa, marcando o que considera o início e o fim do grande Império Colonial. Os três monumentos “constituem assim um novo espaço de Cultura, Cidadania e Defesa e Lazer”.⁶⁶

Filled with buildings and sculptures that “administer the presence of the past in the present,” Belém is a place where “memory crystallizes and secretes itself.” As a prime example of a site of national memory (a *lieu de mémoire*) in which, or onto of collective experience, Belém presently constitutes an urban area where successive versions of official, state-sanctioned memories of Portugal’s imperial project have been conflated with material remains. (Sapega, 2008:19)

IV.2.1 Salas de exposições permanentes

IV.2.1.1 “História da Aviação Militar”

No dia 16 de Outubro de 2010, o Museu do Combatente recebeu uma doação do engenheiro José Maria Sardinha. Este engenheiro dedicou toda a sua vida ao modelismo tendo construído ao longo de setenta anos cerca de quinhentas miniaturas de aviões militares. O seu interesse pela aviação surgiu aos seis anos quando morava em Angola e viu pela primeira vez um avião. Aos dez anos construiu o primeiro avião ainda sem rigor nem escala. Nos anos que se seguiram o engenheiro José Sardinha procurou aperfeiçoar a sua técnica, valendo-se de fotografias de aviões publicadas em jornais durante a Segunda Guerra Mundial. A coleção foi-se desenvolvendo ao longo dos anos em termos quantitativos e qualitativos. De modo a garantir o rigor da reprodução à escala das miniaturas, o engenheiro especializou-se num único tema: “A História da Aviação Militar”, constituindo uma vasta biblioteca sobre o assunto. Da sua coleção particular cerca de 70% representam os modelos mais famosos da Segunda Guerra Mundial. Na exposição permanente intitulada: “A História da Aviação Militar” (Ver Anexo D) no Museu do Combatente o visitante pode observar diversos modelos de aviões desde o primeiro voo motorizado realizado pelos irmãos Wright em 1903 até 1990. Os modelos em exposição remetem para os conflitos do século XX e estão organizados por operações militares. Os aviões são distinguidos por etiquetas de duas cores consoante a sua escala, sendo os aviões de escala

⁶⁵ Ver Anexo C – Em 200 metros 500 anos de história de Portugal – Do Início ao Fim do Império

⁶⁶ Em <http://www.visitbelem.pt/Default/pt/OQueVer/Museus/MuseuDoCombatente>. Consulta: 4-08-2016

1/48 representados a verde-claro e os aviões de escala 1/72 a azul claro. Todos os painéis da exposição estão escritos em dois idiomas: inglês e português.

A exposição distribui-se por três pequenas salas ligadas entre si que não possuem identificações ou títulos. À entrada da primeira sala, no interior, estão patentes dois grandes painéis, um sobre os “Cem anos de Aviação Militar”, que remete para o progresso da aviação e outro denominado “Introdução” que resume sumariamente a exposição e o seu conteúdo, destacando o trabalho do engenheiro José Maria Sardinha. Nesta sala expõem-se modelos de aviões referentes às seguintes temáticas: “Ofensiva Aérea contra a Alemanha”; “Defensiva Aérea da Alemanha”; “Bombardeamentos Históricos” (como o Ataque a Pearl Harbor), colocados em seis vitrinas verticais de grande dimensão, acompanhadas de quatro painéis informativos de idêntica proporção, posicionados ao redor da sala. No centro do recinto em cima de um estrado exhibe-se uma Cadeira de Ejecção Martin-Baker GW6A. À saída na passagem para a sala seguinte está um ecrã de televisão suspenso na parede, que vai transmitindo documentários em português do Brasil sobre a mecânica e manutenção de aviões.

Na segunda sala estão expostos modelos de aviões relativos à Invasão da Normandia (Dia D), à Batalha do Atlântico, à Campanha da Rússia e à Campanha Norte de África.⁶⁷ A sala possui duas vitrinas verticais e quatro painéis informativos.

Na terceira e última sala dedicada à aviação militar encontram-se modelos de aviões que atuaram na Segunda Guerra Mundial e os que serviram a Força Aérea Portuguesa desde 1938. Nesta sala existem seis vitrinas expositoras e um painel informativo (do mesmo formato dos anteriores) com algumas curiosidades⁶⁸. No centro da sala estão expostos numa vitrina em forma de pedestal dois modelos de aviões: *CESSNAT-37 Tweety Bird* ao serviço da Força Aérea

⁶⁷ A Invasão da costa da Normandia, denominada “Dia D”, ocorrida a 6 de junho de 1944, foi o dia do desembarque das tropas aliadas permitindo libertar a França do domínio alemão. A Batalha do Atlântico ocorrida de Setembro de 1938 até maio de 1943 foi uma ofensiva marítima entre os navios ingleses e os submarinos alemães. A Campanha da Rússia foi a denominação dada à invasão da URSS pelo exército alemão a 22 de junho de 1941. A Campanha do Norte de África tratou-se de uma ofensiva entre os países Aliados e as Potências do Eixo ocorrida de 10 junho de 1940 a 13 maio de 1943 por interesses de defesa de colónias em países do Norte de África (Líbia, Egito, Marrocos, Argélia e Tunísia). Em Navarro, Francesc (dir.) (2005), *História Universal*, volume 19 – “As Guerras Mundiais”, Barcelona, Editorial Salvat, S.L, pp.355-409

⁶⁸ No painel denominado “Curiosidades” na sala de exposição permanente intitulada: *História da Aviação Militar*, observei e tomei conhecimento de algumas singularidades do bombardeiro *Heinkel 177*, da bomba voadora *Ju 88 Mistel*, do único avião assimétrico que existiu na Segunda Guerra Mundial denominado *Blohm & Voss BV 141* e do avião *Arado Ar 234 B*.

Portuguesa entre 1963 e 1992 e o *North American T-6* ao serviço da Força Aérea Portuguesa, Aeronáutica Militar e Aeronáutica Naval entre 1947 e 1978. A área reservada à Força Aérea Portuguesa possui modelos de aviões da Força Aérea Portuguesa e um manequim em tamanho real de um piloto. Por cima desta vitrina encontra-se um ecrã de televisão suspenso na parede que transmite um documentário sobre a Força Aérea Portuguesa. Junto à porta de saída observa-se na parede um pequeno quadro com a informação biográfica do engenheiro José Maria Sardinha⁶⁹.

Analisando o conteúdo das três salas onde se exhibe a exposição permanente “A História da Aviação Militar”, verifica-se que os espaços são diminutos para a quantidade de vitrinas expositoras e painéis informativos. Os painéis e as vitrinas (com cerca de metro e meio de altura por um de largura) ocupam uma área considerável nos poucos metros quadrados que detêm cada sala. O visitante necessita de concentração e compreensão visual para captar a mensagem que a exposição pretende transmitir. Existe uma grande quantidade de informação (textos longos e legendas) e excesso de modelos de aviões dispostos nas prateleiras de cada vitrina. Alguns painéis possuem uma numeração que corresponde ao algarismo colado nas vitrinas, contudo, outros painéis têm numeração que não segue uma ordem lógica ou sequencial nas salas, nem corresponde a nenhuma vitrina. A circulação dos visitantes pelos espaços é difícil não existindo infraestruturas para pessoas com mobilidade reduzida e qualquer tipo de climatização o que torna o ambiente pesado. As salas são baixas, com teto falso, alguma iluminação natural (janelas) e na maioria artificial (projetores). Relativamente às medidas de segurança apenas existem extintores e videovigilância. Não há sinalética de orientação nem plantas de evacuação em caso de emergência. A informação escrita não contempla folhetos ou catálogos.

Considero a exposição carregada em termos expositivos, não atrativa e pouco dinâmica. Se a intenção de qualquer exposição é comunicar, educar, transmitir mensagem e interagir com o público, independentemente do tipo de museu, então esta está longe de fazer uma

⁶⁹ O quadro contém informação vasta e detalhada da formação académica e complementar do engenheiro José Maria Sardinha. Constam igualmente no painel referências pormenorizadas e dispostas cronologicamente alusivas à sua carreira e atividades profissionais, projetos e serviços na área da construção e reparação naval, serviços prestados a entidades governamentais do sector público e nações unidas, locais onde prestou serviço como consultor e gestor de empresas, locais que visitou em trabalho, entre outros. O que é dito sobre o engenheiro, a sua coleção e como esta chegou ao museu é fornecida no painel intitulado “Introdução”, que se encontra à entrada da exposição permanente *História da Aviação Militar*, descrita no início do subcapítulo IV.2.1.

aproximação/ligação com os visitantes. É verdade que todas as pessoas interpretam de modo diferente aquilo que observam, dependendo da idade, educação e estatuto social que detêm. O objeto em si pode não dizer nada a determinadas pessoas mas significar muito para outras. Neste sentido é importante que o museu providencie os apoios interpretativos necessários⁷⁰ para ajudar o público a apreciar, respeitar e conhecer o objeto no seu contexto histórico, ou situação particular, permitindo esclarecer o seu significado.

Sendo o engenheiro José Maria Sardinha o doador e autor desta vasta e valiosa coleção o destaque dado à figura é pouco evidente no contexto da exposição. A biografia está exposta numa moldura simples um pouco danificada (descolada) e quase impercetível para o visitante comum (praticamente tapada com uma vitrina). Na segunda prateleira da vitrina dedicada aos aviões de caça da Segunda Guerra Mundial (terceira sala), encontram-se expostos uma pequena moldura com a fotografia do engenheiro e dois modelos de aviões que este fez aos dez anos de idade. Como forma de homenagem pelo seu altruísmo considera-se que a biografia deveria estar mais visível e em suporte idêntico aos restantes painéis. A fotografia e os dois modelos elaborados durante a sua infância poderiam ocupar uma posição central na sala, conferindo ao autor reconhecimento e notoriedade.

IV.2.1.2 “A Liga dos Combatentes nos seus primeiros 30 anos – 1923 a 1953”

A exposição de fotografia: “A Liga dos Combatentes nos seus primeiros 30 anos – 1923 a 1953” (Ver Anexo E) está patente no Museu do Combatente desde 9 de Novembro de 2013, distribuída em duas pequenas áreas (um corredor e um *hall*). No corredor poderá observar-se pendurados na parede alguns quadros com fotografias e gravuras a preto e branco⁷¹ pertencentes à LCGG referentes à sua história e atividades. Estas fotografias e gravuras são acompanhadas de legendas e informação cronológica⁷². A tapar o fundo do corredor existe um painel intitulado

⁷⁰ Estes apoios podem ser dados por equipas interdisciplinares como curadores, projetistas, pedagogos, conservadores, arquitetos, pedreiros, eletricitas, colaboradores e especialistas diversos.

⁷¹ As fotografias e gravuras são reproduções retiradas dos relatórios de gerências dos respetivos anos.

⁷² Entre as fotografias e gravuras que pude observar enumero alguns acontecimentos tais como: Átrio da Sede Da LCGG (1936); Natal do Combatentes (1936); Auxílio aos Sinistrados do Ribatejo (1936); Visita à Liga dos Combatentes do Ministro dos Estados Unidos da América e do Adido Naval daquele país (1937); Visita do Ministro da Itália e do Adido do mesmo país à sede da Liga dos Combatentes (1937); Visita do Ministro da Guerra à Sede Social (1947); Seção Solene a 11 de Novembro com a presença do Ministro da Guerra (1947); Homenagem junto ao Monumento aos Mortos da Grande Guerra em Lisboa a 11 de Novembro (1951); Visita do Presidente da República à sede da Liga dos Combatentes (1952) e novo edifício da escola primária na Casa dos Filhos dos Soldados (1953).

“Liga dos Combatentes” com a história da instituição desde a sua criação nos finais da Primeira Grande Guerra até à atualidade. Neste painel está patente a intenção da LC de dar a conhecer a participação dos militares portugueses durante os conflitos do século XX até à década de 90 com as Missões de Paz e Humanitárias (através da NATO, ONU, EUFOR). No *hall* continua a exibição das fotografias da LCGG e junto à janela existe um painel intitulado: “A vida da instituição entre 1923 e 1953”. O painel descreve pormenorizadamente a história da criação da Liga dos Combatentes e esclarece o visitante quanto ao conteúdo da exposição fotográfica, que pretende mostrar a instituição nos seus primeiros trinta anos (de 1923 a 1953).

Analisando o conteúdo dos dois espaços acabados de referir, por uma questão coerência os painéis informativos “A vida da instituição entre 1923 e 1953” e “Liga dos Combatentes” deveriam estar trocados. O painel “A vida da instituição entre 1923 e 1953”, que está no fim da exposição deveria estar no início, uma vez que é este que introduz a matéria que se vai observar. O painel “Liga dos Combatentes” que por sua vez está no início da exposição deveria estar no fim, pois é este que faz a conexão com a exposição seguinte: “O Combatente português do século XX”. O corredor encontra-se às escuras e só se ilumina quando o visitante se aproxima do espaço. A iluminação no corredor é feita com recurso a sensores, o que não se verifica no *hall* que é feita por iluminação natural e protetores de teto.

IV.2.1.3 “O Combatente português do século XX”

Patente no Museu do Combatente desde 2004, a exposição “O Combatente português do século XX” (Ver Anexo F) procura traçar um percurso temporal e histórico da figura do Combatente ao longo de mais de oitenta anos. A Liga dos Combatentes deseja que esta exposição seja “um espaço de diálogo das várias gerações de combatentes”⁷³. Através da exibição de objetos do quotidiano, convida-se o visitante a percorrer cinco salas e a recuar no tempo conhecendo a vida e as missões do combatente português durante a Primeira Guerra Mundial, a Guerra Colonial e nas recentes Missões Humanitárias.

Na primeira sala desta exposição, o visitante poderá ver alguns símbolos alusivos à Liga dos Combatentes e ao período pós-Primeira Guerra Mundial, tais como recortes de jornais com notícias do Armistício da Primeira Guerra Mundial, fotografias emolduradas do lampadário e *Cristo das Trincheiras* no Mosteiro de Santa Maria da Vitória na Batalha, logótipo da Liga dos Combatentes esculpido em madeira, gravuras intituladas “A causa da Liga dos Combatentes” e

⁷³ Em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/002.pdf
Consulta: 3-08-2016

“Hino da Casa dos Filhos dos Soldados”, planta do projeto de construção do Forte do Bom Sucesso datada de 1873 e uma maquete de gesso (sem indicação do autor e da data) do Monumento aos Combatentes da Primeira Guerra Mundial em Lisboa, entre outros. Junto à porta encontra-se num pedestal a bandeira da Liga dos Combatentes e pendurada na parede uma gravura de um anjo datada de 26 de Março de 1938. A gravura a preto e branco diz respeito ao fim da Primeira Guerra Mundial e faz-se acompanhar da seguinte legenda: “Em 1918 vitória. Mas... não esquecemos aqueles que ainda sofrem. Comprai um capacete”. Ao centro da sala existe uma vitrina horizontal com alguns objetos: um azulejo da Liga dos Combatentes, *pins*, medalhas, cinzeiros, livros e folhetos alusivos ao Monumento *Aos Combatentes do Ultramar*, coleção de capacetes em miniatura, braçadeiras e outros. Nas paredes o visitante pode ver dois excertos de jornais datados de 11 de novembro de 1918: um do semanário *O Século* intitulado: “Emfim acabou a guerra. É assinado o armistício com a Alemanha” e outro do *Diário de Notícias* com o título: “Armistício”. Junto ao excerto do semanário *O Século* encontra-se o símbolo atual da Liga dos Combatentes esculpido em madeira, fotografias a preto e branco do Cristo das Trincheiras e do Lampadário no Mosteiro da Batalha e painéis informativos dos “Núcleos da Liga dos Combatentes” e das “Cerimónias Oficiais”. Junto destas placas estão duas gravuras relativas aos Filhos dos Combatentes: numa das gravuras o visitante pode ver o texto do “Hino da Casa dos Filhos dos Soldados”⁷⁴ e por baixo uma ilustração acompanhada da seguinte legenda: “A Causa da Liga dos Combatentes”. Nesta ilustração a Liga dos Combatentes encarna o papel de protetora reconfortando quatro crianças. Por detrás da figura da Liga, na coluna de um templo pode ler-se a palavra “PAZ” que contrasta com o cenário de guerra representado em pano de fundo no qual se encontram os combatentes com as suas armas e a bandeira nacional. A ilustração pretende passar uma mensagem: “Ajudar a Liga dos Combatentes é proteger os filhos dos que tombaram pela pátria”. Nesta sala de exposição encontra-se também um quadro com os objetivos da Comissão dos Padrões das Grande Guerra; o logótipo da LC feito em pedra da autoria de Carlos dos Santos Matias; um painel informativo “O Forte do Bom Sucesso”⁷⁵ com fotografias do início do século XIX até 1956; a planta do

⁷⁴ A gravura “Hino da Casa dos Filhos dos Soldados” foi elaborada a 9 de agosto de 1951 e nela consta o nome do autor dos versos (Capitão Augusto Casimiro) e da música (professor Manuel Martins da Silva Tino). A gravura refere também que o hino foi cantado pela primeira vez a 24 de junho de 1951 por ocasião das festas comemorativas do 34º Aniversário da Casa dos Filhos dos Soldados.

⁷⁵ No painel informativo denominado “O Forte do Bom Sucesso” constam seis fotografias a preto e branco intituladas: “Forte do Bom Sucesso no início do século XIX antes da construção da Bateria Nova” (Arquivo Fotográfico Municipal, s/d); “Bateria Nova ligando o forte com a Torre de Belém

projeto de construção do forte; dois poemas, um dedicado ao “Monumento Aos Combatentes do Ultramar” e outro ao “Combatente” não datados e ambos da autoria do Coronel António Perestrello (1936-2014)⁷⁶; uma ilustração do Museu do Combatente/Forte do Bom Sucesso de 2014 intitulado: “Em 200 metros 500 anos de história. Do Início ao Fim do Império”; um cartaz de apoio à LC datado de 1938 e o logótipo da LCGG em metal. Junto à janela o visitante tem ainda a oportunidade de ver através de um *roll up* fotografias do antes e do depois da capela e do memorial ao combatente inaugurados no dia 11 de novembro de 2015.

Analisando o conteúdo e os objetos presentes nesta sala verifica-se estão expostos num quadro negro ao longo das paredes e não possuem uma ordem cronológica. Para facilitar a circulação dos visitantes a maquete e a vitrina horizontal deveriam estar encostadas à parede dando uma maior amplitude à sala. O *roll up* “ Da Capela do Combatente e do Memorial, o antes... e ... o agora”, deveria estar posicionado junto a estas edificações, e não nesta sala onde está descontextualizada.

Na segunda sala desta exposição encontram-se nas paredes diversos painéis informativos com seis fotografias cada um respeitantes à:

-“Instrução” com representação dos Fuzileiros, Paraquedistas, Comandos e Operações Especiais nas atuais Operações de Paz e Humanitárias. As legendas apresentadas não referem se os combatentes estão em formação ou a prestar serviço no terreno.

-“Missões de Paz”, na qual se pode ver um operador de radar em Timor, as tropas portuguesas na Bósnia, a marinha em Timor e o contacto direto dos soldados com a população jovem desses dois países;

-“Prisioneiros” com fotografias de soldados feitos prisioneiros durante a Primeira Guerra Mundial na Alemanha no Campo de Breesen, dos prisioneiros Canto Resende e João Duarte durante a ocupação japonesa em Timor em 1944 (Segunda Guerra Mundial) e durante a Guerra Colonial de soldados prisioneiros em Goa e Timor. Não existem fotografias de prisioneiros em África durante a Guerra Colonial;

c.1882” (*O Occidente, 1882*); “Uma das peças de artilharia de costa instaladas no século XIX” (*O Occidente, 1882*); “Forte do Bom Sucesso antes da demolição da fábrica de gás” (Arquivo Fotográfico Municipal, s/d); “Remodelação nos anos cinquenta do século XX” (Arquivo Fotográfico Municipal, s/d) e “Aspecto do local em 1956 durante os trabalhos dos arranjos exteriores” (Arquivo Fotográfico Municipal, s/d)

⁷⁶ Em <http://www.emfa.pt/www/po/unidades/artigo-AFAP-003.026-antonio-henrique-trigo-perestrello-da-silva-antonio-alarcao-8-outubro-2014>. Consulta: 7-09-2016

- “Combatentes adversários” com representação do Batalhão sikh (tropas que faziam parte do exército indiano) desfilando em Goa em 1961, das tropas do MPLA no Leste de Angola, dos Guerrilheiros da FNLA no Norte de Angola, da UNITA no Leste de Angola e da PAIGC na Guiné e por último da coluna da Frelimo no interior de Moçambique.

No centro desta sala numa vitrina é possível ver alguns objetos como pins e insígnias dos Comandos, Operações especiais, Forças Portuguesas, Missões de Paz e da ONU, um colete balístico e um chapéu camuflado. Nas paredes da sala estão ainda expostos alguns objetos das tropas inimigas tais como catanas, lanças, escudos de pele de animal, bastões, espingardas e uma bandeira (não identificada na legenda) e um garfo utilizado nos campos de prisioneiros. Junto à janela encontra-se um *roll up* publicitário do Museu do Combatente/Forte do Bom Sucesso com informações sobre as exposições permanentes e temporárias em três idiomas (português, inglês e francês) e a planta de cobertura do museu e do complexo memorial.

Ao analisar esta sala verifica-se que o *roll up* possui informação genérica cingindo-se à promoção do espaço museológico no Forte do Bom Sucesso, estando descontextualizada no âmbito desta exposição. Não se trata de algo inédito uma vez que a informação veiculada está patente à entrada do museu e na receção. O *roll up* seria útil e didático se apresenta-se uma planta interna do museu, uma vez que nenhuma das salas de exposição se encontra identificada. Deste modo a comunicação entre o visitante e a instituição melhoraria, facilitando a orientação e circulação pelas diversas áreas.

Na terceira sala estão representadas as operações da Primeira Guerra Mundial e da Guerra Colonial, existindo para o efeito três painéis informativos: “I Grande Guerra – Ultramar”; “I Grande Guerra- França” e “Na Mata – Guerra do Ultramar”. Nas paredes da sala então expostos alguns objetos como cartas topográficas, utensílios de limpeza de armas, bolsa para recolha de alimentos, estojo de primeiros socorros, carregador de munições, capacetes e chapéus. Nesta secção é feita uma homenagem sob a forma de um quadro a todas as mulheres que se aliaram durante a Primeira Guerra Mundial do qual constam nomes belgas, franceses, italianos, romenos, americanos entre outros. No quadro constam os nomes de Ana de Castro Osório, fundadora da *Cruzada das Mulheres Portuguesas* e de Maria Antónia Ferreira Pinto, chefe das *Damas Enfermeiras Auxiliares* (ambas falecidas depois da guerra). Do lado direito do quadro encontra-se um pequeno texto biográfico de Ana de Castro Osório e do lado esquerdo a biografia de Maria Antónia Ferreira Pinto. Na mesma sala está exposta a bandeira nacional e um manequim em tamanho real representando um soldado português com farda do exército (sem legenda/data).

A quarta sala de exposição leva o visitante a conhecer as temáticas “Moral”, “Saúde”, “Espingardas” e “Capacetes” através de painéis informativos e fotografias de cerimónias e episódios representativos destes temas. O visitante pode ainda observar nesta sala vários modelos de espingardas e capacetes e alguns objetos relativos à troca de correspondência da Primeira Guerra Mundial como um saco da estação postal militar e postais escritos. No centro da sala numa vitrina estão alguns livros como o *Calvários da Flandres* de Augusto Casimiro, botões do exército francês e inglês, chapas de cinturão, um livrete sobre depuração de água em campanha, uma máscara de oxigénio e objetos de esterilização de água. Podemos ver ainda colocado a um canto da sala em cima de um estrado um caixote usado durante a Primeira Guerra Mundial, cuja função não está descrita na legenda.

Do painel “Moral” constam seis fotografias legendadas, duas referentes à Primeira Guerra Mundial (Festa na Aldeia e Missa de Natal), três da Guerra Colonial (Missa de Natal, Igreja de Quicabo e Convívio) e uma das Operações de Paz e Humanitárias (Reconstrução em Liquiçá, Timor). Pelas legendas o visitante não tem a informação do ano e local em que ocorreram os acontecimentos, excetuando algumas que possuem a localização. Relativamente ao painel “Saúde”, contem duas fotografias da Primeira Guerra Mundial com a evacuação de um ferido e um hospital de retaguarda em França (ambas sem data) e quatro fotografias da Guerra Colonial com a evacuação e estabilização de feridos sem indicação de data e local. Os painéis “Espingardas” e “Capacetes” são os únicos que se fazem acompanhar de objetos. Não se compreende a ligação entre temáticas tão distintas como a “Moral” e as “Espingardas”. Não seria mais adequado remeter os temas “Espingardas” e “Capacetes” para um espaço dedicado ao material bélico?

Na quinta e última sala de exposição o visitante poderá observar as temáticas “Deslocamentos”, “Acampamentos e Quarteis”, “Alimentação” e “Descanso”. O visitante tem acesso a fotografias que retratam os meios de transportes utilizados pelos combatentes durante a Primeira Guerra Mundial, a Guerra Colonial e as Operações de Paz, assim como os acampamentos, bases militares temporárias, quarteis, montagem de tendas e refeições (confeção, distribuição e momento de refeição). Nesta seção estão expostos nas paredes alguns objetos como espingardas e munições, mochilas de campismo, sacos de tendas, cantis e marmitas de campanha, diplomas de participação na modalidade de tiro ao alvo organizado pela Companhia Colonial de Navegação, violas e cornetas. Na vitrina central podem-se observar alguns objetos de lazer como baralhos de cartas, peças de dominó, cigarros, placas com orações e manuais de artilharia. Esta sala de exposição vai além do trabalho em campo de batalha, apresentando ao visitante objetos do dia-a-dia do combatente nos seus tempos de descanso e

lazer, mostrando que os soldados são indivíduos que precisam de conviver, comer, relaxar e divertir-se.

Nas cinco salas de exposição verifica-se que os conteúdos informativos são dados por painéis com fotografias, alguns objetos e documentos alusivos às temáticas apresentadas. Não existem informações detalhadas, apenas legendas breves. A vida do combatente português não é conhecida na sua plenitude visto que a informação fornecida não refere o que faziam no quotidiano. Os objetos por si só não comunicam. Seria necessário haver uma base informativa, pouco exaustiva mas clara e concisa, que desse a conhecer estas temáticas.

Após a exposição permanente: “O Combatente português do século XX”, o visitante é levado à exposição “Guerra do Ultramar – 50 anos depois” por um pequeno corredor com uma placa informativa afixada na parede que o esclarece sobre a mesma. O texto refere-se ao fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e à política de descolonizações seguida pelos países europeus, à qual Portugal se opôs constituindo uma exceção. Pela primeira vez tem-se a noção clara e inequívoca da exposição que se segue.

IV.2.1.4 “Guerra do Ultramar – 50 anos depois”

A exposição “Guerra do Ultramar – 50 anos depois” (ver Anexo G) é dedicada à Guerra Colonial, tendo sido inaugurada no Museu do Combatente a 11 de Fevereiro de 2011 “no âmbito da evocação do 50.º Aniversário do Esforço da Nação Portuguesa e das suas Forças Armadas na Guerra do Ultramar”⁷⁷. A exposição pretende prestar homenagem e partilhar memórias de todos os combatentes vivos, mortos e das vítimas envolvidas no conflito. O espaço está organizado de modo cronológico, o que permite uma compreensão do desenrolar da Guerra Colonial. A exposição está ordenada com os seguintes elementos e segundo a seguinte ordem: painel informativo “O último império”; um manequim em tamanho real representando um soldado (sem legenda); dois painéis informativos intitulados “O início”; um outro manequim com uma arma; e ainda quatro painéis com os temas “A Guerra Colonial”, “A guerra em números”, “A evocação do esforço da Nação portuguesa e das suas forças armadas, na Guerra do Ultramar 50.º Aniversário do início dos acontecimentos” e “Objectivo de Estratégia total, Objectivos e princípios da estratégia geral militar e conclusões”.

No fundo sala ao centro encontra-se um painel a preto e branco de grandes dimensões representando a imagem de um combatente. A figura é construída por milhares de retratos dos

⁷⁷ Em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/004.pdf. Consulta: 3-08-2016

muitos combatentes que fizeram a Guerra Colonial. Ao lado do painel em posição de destaque encontra-se um manequim em tamanho real vestido com o uniforme do exército português circundado por um cenário de mato (representado no chão por uma rede de folhas artificiais e um conjunto de metralhadoras).⁷⁸ Ao lado do manequim, um painel informativo elucida o visitante sobre a estratégia militar. Segundo a explicação dada no painel “Objectivo de Estratégia total, Objectivos e princípios da estratégia geral militar e conclusões” da autoria do General Joaquim Chito Rodrigues, na Guerra em África 1961/74 existiu à partida “um objetivo político e uma estratégia firme e determinada mas pouco flexível, ignorando as correntes profundas da situação internacional.”⁷⁹ No texto pode ler-se ainda que o conflito, que durou treze anos, foi conduzido de um modo geral com êxito permitindo “o desenvolvimento significativo de grande parte dos territórios”.⁸⁰ O General considera que não houve uma derrota militar das Forças Armadas portuguesas nas colónias mas uma derrota no sistema político de Portugal.

O tema da Guerra Colonial é abordado ao longo dos textos narrativos em painéis. Deste modo é feita uma resenha histórica começando pela política de descolonizações após a Segunda Guerra Mundial e a recusa de Portugal enquanto membro da ONU em abdicar dos seus territórios. No painel “O último Império” é apresentada a tese defendida pelo Estado Português de que “Portugal era um Estado pluricontinental e multirracial”. Assim “os territórios ocupados foram considerados parte do todo nacional, isto é, províncias ultramarinas (e não colónias) e os seus habitantes foram declarados, para todos os efeitos, cidadãos nacionais. (Constituição Portuguesa de 1933)”.⁸¹ No mesmo painel existe um excerto de um discurso de Marcelo Caetano datado de 5 de Março de 1974 promovendo a ideia de um Portugal disperso por vários continentes que por esta altura se sentia internacionalmente pressionado, ameaçando a evolução

⁷⁸ Representar cenários de guerra nem sempre é tarefa fácil. Parece não haver um consenso naquilo que constitui a guerra e como descrevê-la. O que os museus de guerra podem apresentar são apenas símbolos e objetos representativos de um conflito de forma a não criar controvérsias especialmente entre os veteranos e ao mesmo tempo prender a atenção do público, atraindo um número suficiente de visitantes. De acordo com Jay Winter (2012) “war museums are like clouds chambers in particle physics; they represent the traces and trajectories of collisions that happened a long time ago. They never describe war; they only tell us about its footprints on the map of our lives” (Winter, 2012:152).

⁷⁹ Em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/004.pdf. Consulta: 3-08-2016

⁸⁰ Ibidem

⁸¹ Citações retiradas do painel informativo: “O último Império” da exposição permanente “Guerra do Ultramar – 50 anos depois” (sem data e sem autor).

e o desenvolvimento harmonioso dos seus territórios. Segundo Marcelo Caetano a pressão provinha das assembleias dependentes das Nações Unidas que fomentavam “a mais incrível campanha contra o nosso país”.⁸² Nos painéis denominados: “Início” descreve-se o início dos conflitos no Império Colonial, em Angola em 1961, na Guiné em 1963 e em Moçambique em 1964. Progressivamente Portugal viu-se envolvido num conflito em três frentes de combate que se prolongou até 1974. No painel intitulado: “A Guerra Colonial” é feita uma descrição da guerra de 1961 a 1974 com a indicação da quantidade de soldados portugueses mobilizados (1 300 000 à média de 100 000 por ano). Este painel menciona o esforço económico e financeiro de Portugal face às despesas da guerra e o modo como o conflito estimulou a economia das colónias, beneficiando o desenvolvimento de vias de comunicação e de transportes, a construção de escolas, hospitais e barragens, a implementação de novas indústrias e a intensificação da extração de matérias-primas como ferro, diamantes e petróleo. No painel informativo “A Guerra em números” o visitante pode ter acesso a dados estatísticos referentes às baixas nas três frentes (Angola, Guiné e Moçambique) de 1961 a 1974. As informações apresentam-se por anos e respeitam às baixas em combate, aos acidentes com armas de fogo, aos acidentes de viação e a outras causas.⁸³

Do lado direito da sala estão expostas ao longo da parede fotografias a preto e branco de alguns cenários da Guerra Colonial da autoria do repórter de guerra Fernando Farinha. Na mesma sala podem observar-se inúmeros objetos do acervo da Liga dos Combatentes tais como bombas, lançadores de foguetes, espingardas e um sistema de alarme e segurança para aquartelamentos. A sala dispõe ainda de três vitrinas centrais. Na primeira vitrina estão expostos cantis e marmitas de campanha, uma rede de camuflagem e uma proteção de botas. Na segunda vitrina estão expostos um paraquedas de reserva, uma caixa de controlo de radio e um fato de voo das forças armadas. Na terceira e última vitrina pode-se ver um chapéu, um livro de botânica sobre plantas tropicais (o Coco – O coqueiro e a Uva – A vinha selvagem), réguas e um punhal. A exposição é acompanhada de um documentário da RTP sobre a Guerra Colonial transmitido num ecrã de televisão suspenso na parede. O documentário não tem narrativa contendo apenas banda sonora. Na sala de exposição existe um *roll up* vermelho intitulado: “O 25 de Abril de 1974”. O *roll up* descreve o Golpe de Estado de 25 de Abril apresentando algumas fotografias a preto e branco desse acontecimento. O texto passa a mensagem de que

⁸² Ibidem

⁸³ Informações retiradas dos painéis informativos: “Início”, “A Guerra Colonial” e “A Guerra em números” da exposição permanente “Guerra do Ultramar – 50 anos depois” (sem data e sem autor).

“seria a Guerra do Ultramar iniciada em 1961, que daria origem ao desencadear por partes de elementos das Forças Armadas (capitães e alguns oficiais superiores) um movimento militar triunfante que terminaria com a guerra e daria origem a um novo regime político: o 25 de Abril de 1974”.⁸⁴ O governo foi derrubado, os territórios coloniais obtiveram a independência, garantiram-se as liberdades dos indivíduos e a democracia.

Ao visitar a exposição “Guerra do Ultramar – 50 anos depois” verifica-se que a dimensão da sala é relativamente superior às exposições permanentes anteriores. A sala é ampla e os painéis informativos de grande dimensão. Há a preocupação de concentrar na sala diversos recursos expositivos: objetos, fotografias e recurso multimédia. O som penetrante do documentário emitido desconcentra o visitante: a música é triste e repetitiva e não existe uma narrativa acerca do conflito. Talvez o intuito seja criar impacto. Os painéis informativos, ao contrário das exposições permanentes anteriores facultam uma análise histórica mais exaustiva, apesar de não haver referência aos horrores da guerra, mostrando apenas um dos lados da história: Portugal como um país civilizador.

De um modo geral a arquitetura do forte torna o Museu do Combatente num labirinto que, desprovido de sinalética, só dificulta a orientação e circulação. O bilhete de entrada é adquirido no Café do Forte por uma módica quantia e aquando do pagamento não é facultado um folheto das exposições (ver Anexo S). Inicialmente pensei que encontraria alguns exemplares espalhados pelas diversas salas, o que não sucedeu. Das várias vezes que visitei o museu tive de pedir, no ato de apresentação do bilhete, um folheto ao vigilante que satisfez o meu pedido com toda a cortesia. É um museu calmo e um pouco pesado, quer em elementos expositivos quer em condições climatéricas. Para quem gosta de história e se interessa pelos conflitos militares achará interessante os objetos expostos, porém correrá o risco de se perder nas temáticas. O esquema de exposição não é o melhor. Eu como visitante senti-me desorientada. O nome das exposições devia ser claro e possuir sinalética própria. Creio que a divisão por períodos históricos ou conflitos (Primeira Guerra Mundial, Guerra Colonial e Missões de Paz e Humanitárias) seria a mais correta. Os objetos expostos possuem legenda mas com informação vaga (apenas designação do artigo) faltando muitas vezes uma data ou local que ajude a compreender o seu contexto. Existem salas providas de um vasto acervo que carecem de informação textual concisa e clara. Ao sair da exposição “Guerra do Ultramar – 50 anos depois” apercebemo-nos que a porta pela qual saímos para o exterior é igualmente uma

⁸⁴ Informações retiradas do *roll up*: “25 de Abril de 1974” (sem data e autor) presente na exposição permanente: “Guerra do Ultramar – 50 anos depois”.

porta de entrada do museu e das exposições (possuindo sinaléticas indicativas). Deste modo o visitante tem a liberdade de criar o seu próprio itinerário, começando na exposição “Guerra do Ultramar – 50 anos depois”. Não deixa de ser interessante ver duas entradas em dois polos opostos (ver Anexo T). Deste modo privilegia-se e coloca-se em evidência o tema da Guerra Colonial, colocando esta matéria como nuclear.

IV.2.2 Exposições permanentes – espaços museológicos no exterior

No exterior do museu o visitante pode contemplar o armamento militar que se encontra exposto ao ar livre. O espaço museológico do Forte do Bom Sucesso disponibiliza um leque de mostras permanentes dos três ramos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea) e ainda da P.S.P e GNR (ver Anexos H, I, J e K). Estes pequenos espaços museológicos instalados nos paióis do forte são da competência e autoria das entidades representadas, que se responsabilizam igualmente pela sua manutenção. Ao longo do forte estão expostas peças de artilharia e meios de transporte utilizados outrora pelos diversos ramos das forças armadas (ver Anexo L). Também no exterior do forte encontra-se um espaço relvado onde se podem observar várias esculturas de pedra branca à frente das quais se vê uma placa em ferro com a seguinte inscrição: “Aos Combatentes mortos pela Pátria. Homenagem Dos Combatentes da Grande Guerra XI- 1918 XI- 1968”. Ao fundo na muralha do forte está pendurada a imagem institucional da Liga dos Combatentes. Contrariamente às salas de exposição permanentes do Museu do Combatente estes espaços museológicos exteriores possuem discursos expositivos, identificação e estruturas modernas, iluminação adequada e sistemas de desumidificação. Embora tratando-se de espaços diminutos a sua imagem é atual e adequada às exigências museológicas modernas.

IV.2.3 Salas de exposições temporárias

Após a visita aos espaços museológicos exteriores dos vários ramos das Forças Armadas e de Segurança Pública, o visitante tem acesso por uma escada ao *Espaço General Altino Magalhães*⁸⁵ (ver Anexo M), um átrio com várias salas onde funcionam as exposições temporárias. Estes espaços de “natureza variáveis” possuem nomes de batalhas famosas e procuram “um equilíbrio entre o lúdico e o didático”⁸⁶.

⁸⁵ Ver nota biográfica do General Altino Magalhães no capítulo III (subcapítulo III.1)

⁸⁶ Em http://www.ligacomatentes.org.pt/upload/area_restrita/Relatorio.atividades.contas.2012.pdf. Consulta: 4-08-2016

IV.2.3.1 Sala Nambuanguongo

Na *Sala Nambuanguongo*⁸⁷ (ver Anexo N) encontra-se a exposição temporária “A Trincheira”. Trata-se de uma representação a 3D do quotidiano dos soldados portugueses no interior de uma trincheira durante a Primeira Guerra Mundial. A exposição foi inaugurada no Museu do Combatente no dia 24 de Março de 2014 aquando da evocação do primeiro centenário da Primeira Grande Guerra. O espaço está aberto todos os dias da semana e a exposição estará patente no Museu até 2018. O projeto foi realizado pelo escultor e técnico de efeitos especiais Jorge Gameiro e consiste na reprodução realista do ambiente vivido numa trincheira, com recurso a cenários e figuras em tamanho real recriando um verdadeiro cenário de guerra. O visitante consegue viajar no tempo e acompanhar de perto o dia-a-dia dos soldados. A exposição tem a capacidade de envolver o visitante, criando um elo de ligação entre quem vê e quem viveu realmente o acontecimento. A exibição está dividida nos seguintes episódios:

“A carta”: A cena representada ilustra a leitura de uma carta escrita por um filho ao pai que combate nas Trincheiras da Flandres. O soldado encontra-se sentado numa cadeira de madeira junto a um fogareiro de ferro. No cenário encontram-se expostos outros objetos como uma espingarda e uma viola de madeira.

“Encontro entre amigos”: A cena retrata a conversa entre dois amigos. De acordo com a legenda presente no cenário, os dois soldados falam sobre as suas incertezas e medos. Junto a um dos soldados podemos observar um lavatório branco de esmalte usado para a higiene.

“Conversa no descanso”: Neste cenário está representado um beliche no qual se encontram em repouso dois soldados. A cena ilustra o descanso possível na linha da frente.

“A alimentação”: Este cenário representa uma cozinha em tempos de guerra e a pouca alimentação existente. Estão expostos alguns utensílios de cozinha e mantimentos (cebolas), um pequeno fogão a gás, uma chaleira de ferro, garrafas de vinho, lamparinas, algumas latas e livros.

⁸⁷ Em 1961 a vila de Nambuanguongo situada num planalto a cerca de duzentos quilómetros de Luanda é ocupada e transformada em quartel-general da União dos Povos de Angola (UPA), um movimento independentista que a 15 de Março levou a cabo um massacre contra os colonos instalados por toda a região próxima da República do Congo, surpreendendo as autoridades portuguesas. Não havendo forças suficientes para conter a violência instalou-se o pânico acabando Lisboa por enviar reforços que estabilizaram a situação. Assim “começava uma luta contra a guerrilha que iria arrastar-se por treze anos e que teria importantes consequências políticas quer para os territórios africanos, quer na evolução política portuguesa.” (Saraiva, 1993:540)

“O assalto à trincheira inimiga”: Neste cenário estão representados três soldados: um soldado tomando de assalto uma trincheira inimiga usando para o efeito uma escada de madeira e dois soldados sentados no chão. A cena reconstitui a carga emocional existente no momento do assalto à trincheira inimiga.

“O ataque”: Neste cenário os soldados encontram-se em posição defensiva empregando armas e trabalhando em união. É possível ver na parte superior da trincheira os soldados colocados em posição estratégica. A cena representa o incentivo às tropas no esforço final da conquista de uma trincheira inimiga.

“A importância das comunicações”: Neste cenário vemos um soldado sentado numa cadeira de madeira junto a uma mesa improvisada segurando um telefone. No chão encontra-se outro soldado deitado com uma espingarda junto ao corpo. A cena representada ilustra a importância das comunicações no pedido de suporte de artilharia para o ataque e defesa das posições existentes.

“A Enfermaria - Os cuidados médicos possíveis”: Neste cenário vemos dois soldados: um imobilizado no chão e outro sentado numa cadeira de madeira prestando-lhe auxílio. A cena representada mostra as limitadas condições de socorro e os tratamentos médicos realizados nas trincheiras.

“O Armistício”: A cena representa o Armistício de Compiègne, tratado assinado em 11 de novembro de 1918 entre os Aliados e a Alemanha dentro de um vagão-restaurante, na floresta de Compiègne, com o objetivo de encerrar as hostilidades na frente ocidental da Primeira Guerra Mundial.

Toda a exposição é acompanhada de efeitos especiais de luz e som controlados por computador, que simulam explosões, tiros, rebentamentos de bombas e incêndios. Alguns dos episódios retratados são acompanhados de narrativas áudio, tais como os episódios das comunicações, da enfermaria ou da leitura da carta. Para a concepção dos figurinos (fardamentos, acessórios, armamentos, adereços e cenários) foi realizada uma investigação rigorosa, de modo a expor fielmente a realidade vivida nas trincheiras.

Esta exposição, ao contrário das mostras permanentes do Museu do Combatente possui uma sinalética orientadora, o que permite ao visitante não se perder no espaço e “mergulhar” no ambiente vivido numa trincheira. Talvez seja de todas as salas de exposição a que apresenta um conteúdo didático mais atrativo. Pela quantidade de elementos de fácil combustão como tecidos, madeiras, manequins e outros materiais inflamáveis, a sala possui ao fim de cada corredor um extintor.

IV.2.3.2 Sala La Lys

Na *Sala La Lys*⁸⁸ (ver Anexo O) encontra-se patente uma exposição intitulada: “200 anos de Armaria”. Trata-se de uma amostra do património histórico militar e de armaria ao longo de duzentos anos, que mostra a evolução das armas de fogo ligeiras. A exposição foi inaugurada no dia 16 de Outubro de 2013 no âmbito dos noventa anos da Liga dos Combatentes e contou com o apoio da Associação Portuguesa de Colecionadores de Armas (APCA). Esta exposição está dividida nas seguintes temáticas: “200 Anos de Armas Regulamentares em Portugal – 1800 a 2000”; “Indústria armeira portuguesa” e “Armaria e artefactos das Grandes Guerras, 2ª Guerra Mundial e Guerra do Ultramar”. O espólio em exibição vai desde a espingarda com fecho de sílex usada pelos portugueses e ingleses nas invasões napoleónicas no início do século XIX, às armas utilizadas nas campanhas africanas em 1895, até aos armamentos usados pelo Corpo Expedicionário Português em França e em África durante a Primeira Guerra Mundial e na Guerra Colonial.

IV.2.3.3 Sala S. Mamede

Na *Sala S. Mamede*⁸⁹ (ver Anexo P) encontra-se uma exposição permanente com o acervo da Liga dos Combatentes que inclui objetos datados da Primeira e Segunda Guerra Mundial. Nesta sala estão expostos algumas peças e utensílios utilizados pelos combatentes portugueses durante a Primeira Guerra Mundial desde as Campanhas Africanas até à participação na *Batalha de La Lys*, tais como chapéus coloniais, capacetes de ferro, cantis, correspondência, facas de cortar papel, entre outros. No que respeita ao período da Segunda Guerra Mundial, exibem-se várias figuras importantes deste conflito como Winston Churchill (cabeça em gesso polido), Adolfo

⁸⁸ A *Batalha de La Lys* também conhecida por “Operação Georgete” foi travada a 9 de Abril de 1918 (no decorrer da Primeira Guerra Mundial) “entre as forças da Alemanha e do Império Austro-Húngaro, por um lado, e a coligação de países em que se destacavam a Inglaterra, a França e Portugal, por outro.” O nome “La Lys” deriva do local onde a batalha foi travada, uma “planície pantanosa banhada pelo Rio Lys e seus afluentes”. A *Batalha de La Lys* durou apenas um dia saindo a Alemanha vitoriosa, tendo sido “um dos mais sangrentos confrontos em que esteve envolvido o Corpo Expedicionário Português” resultando em “1341 mortos, 4626 feridos, 1932 desaparecidos e 7440 prisioneiros”. Em [https://www.infopedia.pt/\\$batalha-de-la-lys,4?uri=portugues-italiano/inimigo](https://www.infopedia.pt/$batalha-de-la-lys,4?uri=portugues-italiano/inimigo). Consulta: 1-09-2016

⁸⁹ Travada no Campo de S. Mamede (próximo do castelo de Guimarães) a 24 de Junho de 1128, colocou em confronto as forças de D. Afonso Henriques contra a Condessa D. Teresa (sua mãe) e o conde D. Fernão Peres de Trava, defensores de uma união com a Galiza. A *Batalha de S. Mamede* foi “um lance de grande importância no processo da independência” do país na qual os galegos saíram derrotados. Em Saraiva, José Hermano (1993), *História de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, p. 61

Hitler e Benito Mussolini, estas da autoria do Coronel Vasco Lopes de Mendonça⁹⁰. Na mesma sala estão expostos onze veículos em miniatura da coleção “Blindados de Combate” doados pelo Grupo Altaya/ Planeta DeAgostini ao Museu do Combatente em 26 de Janeiro de 2011. As miniaturas representam os veículos militares mais significativos desde o período da Segunda Guerra até aos dias de hoje, como o modelo *DUKW 353*, veículo utilizado pelos fuzileiros americanos na Campanha do Pacífico; o *M35A1* usado na Guerra do Vietname e o *Panzerhaubitze 2000*, um veículo alemão que se encontra ao serviço de países da NATO como a Itália, Holanda e Grécia⁹¹.

IV.2.3.4 Sala Aljubarrota

A *Sala Aljubarrota*⁹² (ver Anexo Q) é destinada a exposições temporárias no campo das artes. Tive oportunidade de visitar uma exposição de pintura do Major Simões Duarte aquando as comemorações do 97º aniversário do armistício da Grande Guerra, 41º do fim da última Guerra Colonial e 92º da Liga dos Combatentes no dia 11 de Novembro de 2015. A exposição intitulada “Famosos e Anónimos” (ver Anexo R) foi inaugurada neste espaço contendo pinturas a óleo sob tela com representações de diversos retratos. De entre os rostos expostos encontravam-se entidades anónimas como pescadores e lavradeiras e entidades conhecidas/famosas como o Papa Francisco, Manoel de Oliveira ou Ruy de Carvalho. Esta sala é utilizada pela Liga dos Combatentes na realização em diversos eventos culturais e almoços de batalhões. O espaço é amplo e de grande dimensão, com boas condições para acolher exposições artísticas ou outros eventos culturais.

IV.3 Eventos no espaço do Forte do Bom Sucesso/Museu do Combatente

A Direção Central da Liga dos Combatentes procura obter receitas alternativas que lhe possibilitem complementar os apoios recebidos no âmbito do Programa Estruturante “Cultura,

⁹⁰ As três figuras representam os líderes de Inglaterra, Alemanha e Itália, protagonistas na Segunda Guerra Mundial. Os trabalhos do Coronel Vasco Lopes de Mendonça, combatente em França, pertencem à coleção “Vencedores e vencidos da Guerra de 1939-1945”. Em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/005.pdf. Consulta: 3-08-2016

⁹¹ Ibidem

⁹² A *Batalha de Aljubarrota* foi travada no Chão da Feira na zona de Aljubarrota a 14 de Agosto de 1385, tendo sido decisiva na independência do país face ao reino de Castela, que ambicionava integrar Portugal no seu território. Em Saraiva, José Hermano (1993), *História de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, pp. 126-127

Cidadania e Defesa”. O aluguer de espaços e a exibição de exposições no museu têm sido soluções praticadas. O Forte do Bom Sucesso apresenta-se como um espaço polivalente utilizado para diversos fins. A sua envolvente histórica e a adequada qualidade das instalações são fatores que muito têm contribuído para a escolha deste local, tornando tanto o Museu do Combatente como o Forte do Bom Sucesso num “polo de atração para visitantes e para potenciais realizadores de eventos”⁹³. Inúmeras solicitações chegam à Direção Central da Liga dos Combatentes para reserva dos espaços para eventos como: casamentos, batizados, festas de aniversário, festas de empresas, almoços de convívio, palestras, reuniões, concertos, noites de fado, lançamento de livros, tango argentino, ações de formação, exposições, etc., estando sujeitos a marcação prévia.⁹⁴

IV.4 Serviço Educativo e *workshops*

A sociedade da informação evoluiu em busca do conhecimento e da aprendizagem e os museus tentam acompanhar este movimento. É neste sentido que o Museu do Combatente procura adaptar-se às necessidades dos seus visitantes, principalmente das camadas mais jovens, recorrendo a estratégias educativas inovadoras e criativas que possibilitem o seu vínculo com a instituição. Para Ana Veríssimo de Barros (2011), um dos desafios atuais da instituição-museu é “proporcionar a descoberta de múltiplos trajectos que não se esgotam na experiência entre paredes do museu, mas que as ultrapassam para a realidade exterior, articulando-se com outras vivências passadas e futuras do sujeito” (Barros, 2011: 42). No âmbito das comemorações do centenário da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o Museu do Combatente tem vindo a desenvolver algumas atividades destinadas aos mais jovens, quer em regime escolar ou a título individual com marcação prévia, nas quais se destacam os seguintes *workshops*⁹⁵:

- “Construção de trincheiras” onde é feita uma introdução prévia acerca da Primeira Guerra Mundial e da participação portuguesa no conflito. O objetivo desta atividade é desenvolver “a criatividade e representação da trincheira” e “construir uma trincheira com materiais fornecidos”⁹⁶.

⁹³ Em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/area_restrita/Relatorio.atividades.contas.2013.pdf. Consulta: 4-08-2016

⁹⁴ Ibidem

⁹⁵ Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/newsletter/2014/05.14.pdf>. Consulta: 4-08-2016

⁹⁶

Em

https://www.academia.edu/27132328/MUSEU_DO_COMBATENTE_FORTE_DO_BOM_SUCESSO. Consulta: 4-08-2016

- “Construção de aviões em cartão canelado e helicópteros em papel” com uma introdução sobre a história da aviação militar na Primeira Guerra Mundial. O objetivo da atividade é “ desenvolver destreza manual, capacidade de observação, coordenação, movimentos, criatividade”⁹⁷. Na conceção destes aviões e helicópteros são utilizados materiais como cartão canelado, balsa e papel.

- “Construção de catapultas” com uma breve componente teórica, na qual é feita uma síntese evolutiva da catapulta (percursora da artilharia) e uma introdução histórica da Infantaria e Artilharia na Primeira Guerra Mundial. O objetivo da atividade é “ desenvolver destreza manual, capacidade de observação”⁹⁸.

O Museu do Combatente realiza ainda outras atividades como:

- *Peddy-papers* concretizados no espaço exterior e interior do Forte do Bom Sucesso. Esta atividade tem como finalidade “estimular de forma lúdica a observação e conhecimento das coleções e equipamentos do Museu, partindo à descoberta dos mesmos”.⁹⁹

- *Do Risco à Aquarela* onde o visitante faz uso de materiais de pintura atuais e passa da técnica do risco para a aquarela. O objetivo desta atividade é “desenvolver destreza manual, criatividade, a arte como forma de expressão pessoal”.¹⁰⁰

- *Pintura em todos os materiais* como madeira, cerâmica, vidro e roupa tendo por base motivos da Liga dos Combatentes. O objetivo desta atividade é o mesmo *Do Risco à Aquarela*.

- *Esgrima* no qual o visitante pode praticar a modalidade usando três tipos de armas: florete, espada e sabre. O objetivo desta atividade é desenvolver as “ capacidades motoras específicas da modalidade”.¹⁰¹

Os *workshops* e atividades anteriormente referidos pressupõem a visita guiada ao museu, à exposição 3D “A Trincheira” e a realização dos jogos “Combate Aéreo” e “Portugal na Grande Guerra e a Liga dos Combatentes – do Abraço da Despedida a Membro da Liga dos Combatentes”, concretizados após apresentação do respetivo PowerPoint. A visita guiada, a

⁹⁷ Ibidem

⁹⁸ Ibidem

⁹⁹

Em

https://www.academia.edu/27132328/MUSEU_DO_COMBATENTE_FORTE_DO_BOM_SUCESSO
O. Consulta: 4-08-2016

¹⁰⁰ Ibidem

¹⁰¹ Ibidem

realização dos *workshops* e dos jogos, têm uma duração total de duas horas, com exceção da pintura que requer três horas¹⁰².

¹⁰² Ibidem

CONCLUSÃO

A dissertação que se desenvolveu teve à partida o objetivo principal de dar a conhecer o Complexo Memorial ao Combatente Português no Forte do Bom Sucesso em Belém constituído pelo Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* (1994); *Memorial aos Caídos Pela Pátria* (2000); *Memorial do Combatente e Capela do Combatente* (2015). Tornou-se necessário numa primeira análise identificar a instituição que o administra: a Liga dos Combatentes e perceber através das suas ações e atividades o objetivo por detrás da construção deste lugar de memória. É no âmbito dos programas estruturantes: “Conservação das Memórias” e “Cultura, Cidadania e Defesa” que a Liga dos Combatentes cumpre uma das missões para a qual foi criada: dignificar e homenagear os soldados portugueses que combateram e combatem ao serviço do país. Com o fim da Guerra Colonial e após um longo período de luto, algumas associações de antigos combatentes uniram esforços no sentido de fazer erguer monumentos evocativos em homenagem aos mortos em combate. Em geral, a sociedade portuguesa evitava falar da guerra nas colónias. As feridas estavam por sarar e os conflitos traziam à memória antigos fantasmas e traumas. Aos poucos a Guerra Colonial foi relegada para o esquecimento numa tentativa de apagar da história portuguesa um período menos glorioso. Em contrapartida a memória ligada à Era dos Descobrimentos permanece viva no imaginário da Nação. As primeiras navegações marítimas criaram o mito do “Herói” e do “Conquistador”, de um povo que apesar de todas as adversidades se aventurou em robustas caravelas enfrentando tempestades e o desconhecido, descobrindo novos territórios, rotas de comércio e culturas. Portugal ocupou um lugar privilegiado no panorama internacional, ficando para a história como o país pioneiro da Era dos Descobrimentos. Hoje é possível ver marcas desse passado ilustre, quer através da toponímica ou monumentos comemorativos. Em Belém podemos visitar os monumentos mais significativos deste período: Torre de Belém, Padrão dos Descobrimentos e Mosteiro dos Jerónimos, que atraem um grande fluxo de turistas estrangeiros e nacionais a este espaço dedicado ao Império Português. É mais fácil comemorar vitórias que derrotas. Talvez por essa razão a temática do fim do império e da Guerra Colonial seja vista como depreciativa no âmbito da cultura e das artes e porventura explique em parte a impopularidade do Complexo Memorial ao Combatente português em Belém. A Guerra Colonial denegriu a imagem de muitos combatentes. Por conseguinte a construção de um monumento evocativo representou um ato de justiça pelo esforço e serviço prestado à nação pelos combatentes portugueses ao longo dos treze anos que durou o conflito. A imagem do ex-combatente ficaria deste modo regenerada perante a opinião pública. O Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* esteve sempre envolto

em polémica desde o momento da conceção até ao momento de inauguração a 15 de Janeiro de 1994. O Monumento é austero e ambíguo. A inscrição: “Aos Combatentes do Ultramar” deixa em aberto muitas questões entre as quais a quem é dedicado este monumento celebrativo, uma vez que o conflito mobilizou soldados portugueses e soldados das ex-colónias. Contudo, o castanho e o branco, presentes no Monumento, alegoria dicotómica da metrópole e das colónias indiciam que presta homenagem a todos os envolvidos. A função do Monumento não é instruir o visitante sobre o acontecimento. Não existem referências a vitoriosos ou vencidos apesar do nome “Aos heróis do ultramar” (nome pelo qual o Monumento é igualmente conhecido) favorecer o lado mártir e heroico dos portugueses. O Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* apenas sugere um dos lados da história. É necessário um distanciamento crítico quando se analisa o Monumento e ter em conta que este reflete a escolha e as preferências de quem o mandou construir, por isso recusa-se uma abordagem às colónias e à Guerra Colonial, optando pelo termo “Ultramar”.

O *Memorial aos Caídos pela Pátria* inaugurado a 5 de Fevereiro de 2000 reforça uma vez mais a memória ligada à Guerra Colonial. A extensa parede conta com cerca de dez mil nomes dispostos por ordem cronológica e alfabética, comemorando e legitimando o patriotismo de cada soldado que ao serviço da sociedade e da ordem política, vivenciou e serviu um determinado momento histórico. Os nomes ordenados de forma reta e ordeira em colunas, conforme a prática militar, contradiz o cenário caótico de uma guerra e constituiu-se como representação física, imagem e rosto de cada indivíduo. O *Memorial aos Caídos pela Pátria* está longe de atingir a popularidade do *Vietnam Veterans Memorial* em Washington DC. Se o monumento de Maya Lin é um referencial no âmbito da arquitetura memorial, sendo um destino turístico apreciado e elogiado internacionalmente, o *Memorial aos Caídos pela Pátria* parece um lugar de memória ignorado e vazio. Algumas pessoas param junto ao memorial para ler os nomes por curiosidade sem terem a noção do seu contexto. É curioso que estando a Torre de Belém a escassos metros deste complexo de memória tão poucas pessoas se atrevam a visitá-lo. No *Memorial aos Caídos pela Pátria* constam duas placas, uma intitulada “À memória de todos os soldados que morreram ao serviço de Portugal” e outra “Homenagem de Portugal”. Estas placas fazem do memorial um espaço indefinido e problemático, uma vez que nenhuma se refere a um conflito ou período, dando origem a múltiplas interpretações e utilizações deste espaço. A colocação de lápides referentes às mortes de combatentes em Operações de Paz e Humanitárias ou a realização de cerimónias alusivas ao Armistício da Primeira Guerra Mundial junto ao Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* podem ser interpretadas como tentativa de criação de um complexo de memória ao combatente português e concentração de memórias

independentemente da época. Esta parece ser uma das soluções apontadas para solucionar o estigma associado à memória colonial e potenciar a simpatia e atração ao local das gerações pós revolução de 74 que o parecem resistir e ignorar.

O Monumento *Aos Combatentes do Ultramar* e o *Memorial aos Caídos pela Pátria* foram favorecidos com a inauguração da *Capela do Combatente* e do *Memorial do Combatente* a 11 de Novembro de 2015. O visitante é convidado ao recolhimento e tem oportunidade de refletir e fazer o luto num espaço digno e silencioso. Para muitas famílias cujos corpos de familiares nunca foram repatriados, o túmulo ao soldado desconhecido presente no *Memorial do Combatente* é a representação simbólica do corpo dos seus ente-queridos.

O Museu do Combatente presente no interior do Forte do Bom Sucesso desempenha uma função pedagógica complementando o Complexo Memorial ao Combatente português. O museu oferece mostras permanentes e temporárias tendo como pano de fundo a figura do combatente português ao longo do século XX (Primeira Guerra Mundial, Guerra Colonial e Missões de Paz e Humanitárias). Este espaço museológico carece de intervenções e beneficiamentos na arquitetura e espaços, na modernização dos conteúdos expositivos e na aquisição de equipamentos tecnológicos, que permitam experiências didáticas, comunicação e interação com o público.

Para concluir importa lembrar a problemática desta dissertação. Será este Complexo Memorial ao Combatente português um lugar de reconciliação? Creio que a reconciliação com este espaço de memória só será possível se sociedade portuguesa reconhecer a Guerra Colonial e falar dela abertamente. Ao debater esta matéria, a memória colonial perdurará ao longo das gerações e com o tempo este lugar de memória ganhará outra dimensão e importância.

BIBLIOGRAFIA

- Alexandre, Valentim (2004), “O império português (1825-1890): ideologia e economia”, *Análise Social*, vol. XXXVIII (169), pp. 959-979
- Almeida, Carlos A.F e Mário J. Barroca (2002), *História da Arte em Portugal- O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença
- Barros, Ana Bárbara Veríssimo de (2011), “Profissionais de Educação em Museus: caso de estudo na cidade do Porto”, em Semedo, Alice e Patrícia Costa (org.) (2011), *Ensaio e Práticas em Museologia*, Porto, Universidade do Porto, volume 1, pp. 41-72
- Bethencourt, Francisco e Diogo Ramada Curto (1991) (Org), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, pp. 7-14
- Bonder, Julian (2009), “On Memory, Trauma, Public Space, Monuments, and Memorials”, *Places*, volume 21, (1), pp. 62-69
- Buettner, Elizabeth (2016), *Europe after Empire – Decolonization, Society, and Culture*, Cambridge, Cambridge University Press
- Castelo, Cláudia (2006), “Apresentação: Memórias coloniais: práticas políticas e culturais entre a Europa e a África”, *Cadernos de Estudos Africanos*, (Online), Disponível em: <http://cea.revues.org/1195>
- Chevalier, Jean e Alain Gheerbrant (1982), *Dicionário de símbolos: mitos, costumes, gestos, formas, figuras*, Lisboa, Teorema
- Choay, Françoise (2013), *Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70
- Choay, Françoise (2015), *As questões do património – Antologia para um combate*, Lisboa, Edições 70
- Cirlot, Juan Eduardo (2000), *Dicionário de símbolos*, Lisboa, Dom Quixote
- Connerton, Paul (1993), *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora
- Connerton, Paul (2009), *How Modernity forgets*, Cambridge, Cambridge University Press
- Connerton, Paul (2011), *The spirit of mourning – History, memory and the body*, Cambridge, Cambridge University Press
- Correia, Silva (2015), “Políticas da memória da I Guerra Mundial em Portugal – uma breve incursão”, *Revista Contemporânea – Dossiê Guerras e Revoluções no Século XX*, volume 2 (8), pp.1-25
- Crane, Susan A. (ed.) (2000), *Museums and memory*, Stanford, Stanford University Press
- Danto, Arthur C. (1985), “The Vietnam Veterans Memorial”, *The Nation*, 31 August, pp.152-155
- Deyra, Michel (2001), *Direito Internacional Humanitário*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos
- Duby, Georges e Guy Lardreau (1989), *Diálogos sobre a Nova História*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- Fraga, Luís Alves de (2014), “A guerra colonial: 1961-1974”, *DRI - Artigos/Papers*, pp.1-98
- Figueiredo, Cândido de (1953), *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Bertrand
- Gillis, John R. (1994), *Commemorations – The politics of national identity*, Princeton, Princeton University Press

- Goméz, Adoración (2014), *Dicionário visual de arquitetura – Fundamental para estudantes e profissionais*, Lisboa, Quimera editores
- Gurler, Ebru Erbas e Basak Ozer (2013), “The Effects of Public Memorials on Social Memory and Urban Identity”, *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, (82), pp. 858-863
- Halbwachs, Maurice (1992), *On collective memory*, Chicago and London, The University of Chicago Press
- Hooper-Greenhill, Eilean (ed.) (1995), *Museum, media, message*, London and New York, Routledge
- Houaiss, Antônio e Mauro de Salles Villar (2005), *Dicionário Houaiss da língua portuguesa – 12º volume*, Lisboa, Temas e Debates
- Kavanagh, Gaynor (1994), *Museums and the first world war – A social history*, London and New York, Leicester University Press
- Kavanagh, Gaynor (2000), *Dream Spaces – Memory and the museum*, London, Leicester University Press
- Le Goff, Jacques (2000), *História e Memória – IIº Volume História*, Lisboa, Edições 70
- Lobinho, Joana (2011), *Memento: Christian Boltanski e o memorial*, Dissertação de Mestrado em Pintura, Lisboa, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa
- MacDonald, Sharon (2013), *Memorylands – Heritage and Identity in Europe Today*, London and New York, Routledge
- Magalhães, Altino (1994), “Editorial”, *Combatente*, (263), p.3
- Magalhães, Altino (2007), *Monumento aos Combatentes do Ultramar (1961-1974)*, Lisboa, Europress
- Marinha Portuguesa (2000), “Cerimónia de Homenagem aos militares falecidos ao serviço de Portugal”, *Revista da Armada*, Março, (329), p.11
- Martins, Bruno Sena (2013), “Guerra e Memória Social: a deficiência como testemunho”, *Fractal – Revista de Psicologia.*, volume 25 (1), pp. 3-22
- Medeiros, Paulo de (1999), “Memória Infinita”, *Portuguese Literary & Cultural Studies* (2), pp.61-77
- Mendes, Ana P. (2012), *Arte Ecológica: Lixo enquanto matéria para a produção artística*, Dissertação de Mestrado em Criação Artística Contemporânea, Aveiro, Universidade de Aveiro
- Mendes, J. Amado (2013), *Estudos do Património: Museus e Educação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra
- Möller, Frank (2013), *Visual Peace- Images, Spectatorship, and the Politics of Violence*, London, Palgrave Macmillan UK
- Monteiro, Isilda Braga da Costa (2011), “A Guerra Colonial (1961-1974) – Memória e História. Um balanço”, Comunicação apresentada no XXXVIII Congresso Internacional de História Militar, Descolonização. Guerras coloniais e de Independência, do século XVIII até o presente, Rio de Janeiro.
- Moore, Lisa M. (2009), “(Re) covering the past, remembering trauma: the politics of commemoration at sites of atrocity”, *Journal of Public and International Affairs*, Spring 2009, volume 20 (3), pp. 47-64
- Navarro, Francesc (dir.) (2005), *História Universal – As Guerras Mundiais*, Barcelona, Editorial Salvat, volume 19, pp.355-409

- Nora, Pierre (1984), “Entre Mémoire et Histoire”, em Nora, Pierre (dir.)(1984), *Les lieux de mémoire - I La République*, Paris, Gallimard, pp. XVII-XLII
- Norden, David T. (2003), *A Constructivist Model for Public War Memorial Design that Facilitates Dynamic Meaning Making*, Dissertação de Mestrado em Landscape Architecture, Blacksburg, Faculty of Virginia Polytechnic Institute & State University
- Olick, Jeffrey K. e Joyce Robbins (1998), “Social Memory Studies: From "Collective Memory" to the Historical Sociology of Mnemonic Practices”, *Annual Review of Sociology*, volume 24, pp. 105-140
- Pelissier, René (2003), “Militares, políticos e outros mágicos”, *Análise Social*, volume XXXVIII (166), pp. 157-173
- Peralta, Elsa (2000), “Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural”, *ANTROPOLógicas*, (4), pp. 217-224
- Peralta, Elsa (2007), “Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica”, *Antropologia, Escala e Memória*, (2), pp.4-23
- Peralta, Elsa (2011), “A sedução da história: construção e incorporação da “imagem de marca” Portugal”, *PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, (5), pp. 231-243
- Peralta, Elsa (2013), “A composição de um complexo de memória imperial: O caso de Belém, Lisboa”, em Domingos, Nuno e Elsa Peralta (Eds.), *Cidade e Império: Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*, Lisboa, Edições 70
- Peralta, Elsa (2014), *O Monumento aos Combatentes: A Performance do Fim do Império no Espaço Sagrado da Nação*, em Godinho, Paula (Coord.), *Antropologia e Performance – Agir, Atuar, Exibir*, Castro Verde, 100 Luz, pp.215-238
- Pinto, Ana Catarina (2016), “Recensão a Entre a Morte e o Mito. Políticas da Memória da I Guerra Mundial (1918-1933), de Sílvia Correia”, *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, (2), pp. 231-238.
- Poulot, Dominique (2001), *Patrimoine et musée: L'institution de la culture*, Paris, Hachette
- Prost, Antoine (1984), “Les Monuments aux morts”, em Nora, Pierre (dir.) (1984), *Les lieux de mémoire, Monuments*, Paris, Gallimard, pp. 195-225
- Rai, Yam Prasad (2011), *A report on memorial architecture*, Dissertação de Mestrado em Directed Studies, Kirtipur, Tribhuvan University
- Reiter, Bernd (2005), “Portugal: national pride and imperial neurosis”. *Race & Class* 47 (1), pp. 79-91.
- Rivière, Georges H. (1989), *La Muséologie*, Paris, Dunod
- Rodrigues, Joaquim C. (2010), “Liga dos Combatentes – Imagem sempre renovada”, *Discursos do Presidente*, em < http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/discursos_presidente/50.pdf>
- Rodrigues, Joaquim C. (2014), “Evocação das comemorações do centenário do início da Grande Guerra – 18.10.2014”, *Discursos do Presidente*, em < http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/discursos_presidente/88.pdf>
- Rodrigues, Joaquim C. (2015a), “Entrevista Presidente da Liga dos Combatentes – General Joaquim Chito Rodrigues”, *Cofre – revista do cofre da previdência*, III série, Set/Out 2015, (4), pp. 6-10
- Rodrigues, Joaquim C. (2015b), “Cerimónia comemorativa do 97º Aniversário do Armistício da Grande Guerra, 41º Aniversário do Fim da Guerra do Ultramar, 92º Aniversário da Liga dos

- Combatentes e Evocação do Centenário da Grande Guerra – 11.11.2015”, *Discursos do Presidente*, em < http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/discursos_presidente/97.pdf>
- Rodrigues, Joaquim C. (2015c), “Corrida dos Combatentes pela Paz – 27 de Setembro de 2015”, *Discursos do Presidente*, em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/discursos_presidente/96.pdf
- Rodrigues, Joaquim C. (2015d), “Editorial: Para as gerações do futuro”, *O combatente*, (374), Dezembro, p.5
- Rosa, Barreto (2008), “Guarda de Honra ao Soldado Desconhecido”, *Regimento de Artilharia nº 4*, Boletim Comemorativo 2008, pp.16-19
- Sapega, Ellen W. (2008), “Remembering Empire/Forgetting the Colonies: Accretions of Memory and the Limits of Commemoration in a Lisbon Neighborhood”, *History & Memory*, Fall/Winter 2008, volume 20, (2), pp.18-38
- Saraiva, José Hermano (1993), *História de Portugal*, Mira-Sintra, Publicações Europa-América
- Savage, Kirk (2006), “5- Trauma, Healing, and the Therapeutic Monument”, em Daniel J. Sherman e Terry Nardin (eds)(2006), *Terror, Culture, Politics – Rethinking 9/11*, Bloomington, Indiana University Press, pp. 103-120
- Sherman, Daniel J. (2006), “6- Naming and the Violence of Place” em Sherman Daniel J. e Terry Nardin (eds) (2006), *Terror, Culture, Politics – Rethinking 9/11*, Bloomington, Indiana University Press, pp. 121-145
- Silva, António (2005, “A Sombra do Texto”, em Homem, Rui Carvalho e Maria de Fátima Lambert (eds.), *Olhares e Escritas - Ensaios sobre Palavra e Imagem*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 207 - 214
- Simões, Manuel S. (2014), *A Grande Guerra de 1914 – 1918 e a invenção de uma tradição cívica. O culto do Soldado Desconhecido*, Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus, Coimbra, Universidade de Coimbra
- Smith, Anthony D. (1991), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva
- Snow, Jessica (2013), *Short Guide – The repair and maintenance of war memorials*, Edinburgh, Historic Scotland
- Sobral, José Manuel (2010), “Dimensões étnicas e cívicas e glorificação do passado em representações da identidade nacional portuguesa numa perspectiva comparada”, em Sobral, José Manuel e Jorge Vala (org.), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- Whitmarsh, Andrew (2000), “We will remember them – memory and commemoration in war museums”, *Journal of conservation and museum studies*, (7), pp.1-15
- Winter, Caroline (2009), “Tourism, social memory and the great war”, *Annals of tourism research*, volume 36, (4), pp. 607-626
- Winter, Jay (2012), “Museums and the Representation of War”, *Museum and Society*, November 2012, volume 10 (3), pp. 150-163
- Young, James E. (1993), *The texture of memory: Holocaust memorials and meaning*, New Haven, Yale University Press

WEBGRAFIA CONSULTADA/CITADA

- 9/11 Memorial – “The Survivor Tree”. Em <https://www.911memorial.org/survivor-tree>. Consulta: 29-07-2016
- Academia Edu – “Museu do Combatente/Forte do Bom Sucesso”. Em <https://www.academia.edu/27132328/MUSEU_DO_COMBATENTE_FORTE_DO_BOM_SUCESSO> Consulta: 4-08-2016
- Arquivo histórico da Presidência da República - “Nomeação do General Jorge da Costa Salazar Braga para exercer o cargo de Chefe do Estado Maior do Exército - (Decreto nº 27-A/83 publicado no D.R. nº 286 - I Série de 1983/12/14 - Supl.)”. Em <<http://arquivo.presidencia.pt/details?id=13980>>. Consulta: 21-07-2016
- Australian War Memorial – “Origins of the eternal flame”. Em <https://www.awm.gov.au/encyclopedia/eternal_flame/origins/>. Consulta: 11-05-2016
- Calendarr Portugal – “Dia do Armistício”. Em <<http://www.calendarr.com/portugal/dia-do-armisticio/>>. Consulta: 20-01-2015
- Campus Tecnológico e Nuclear - Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa. Em <http://www.itn.pt/memoria/bios/pt_bio_jvsimao.htm>. Consulta: 26-07-2016
- Dos Veteranos do Ultramar – Opiniões: “ Memorial Nacional dedicado aos combatentes do Ultramar”. Em <http://ultramar.terraweb.biz/Noticias/FBS-09Nov2013_opinioes.pdf>. Consulta: 20-05-2016
- DRE Tretas – “Portaria 119/99, de 10 de Fevereiro”. Em <<https://dre.tretas.org/dre/99852/>>. Consulta: 13-05-2016
- Estado Maior - General das Forças Armadas – “As Forças Armadas Portuguesas – Folheto”. Em <<http://www.emgfa.pt/documents/7tr3jyxvbgzs.pdf>>. Consulta: 31-07-2016
- Força Aérea Portuguesa – “António Henrique Trigo Perestrello da Silva ‘António Alarcão’ – 8 Outubro 2014”. Em <http://www.emfa.pt/www/po/unidades/artigo-AFAP-003.026-antonio-henrique-trigo-perestrello-da-silva-antonio-alarcao-8-outubro-2014> >. Consulta: 7-09-2016
- Gabinete de Documentação e Direito Comparado – “Direito Internacional Humanitário”. Em <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/DIHDeyra.pdf>>. Consulta: 31-07-2016
- Grave Addition – “Gravestone symbolism”. Em <<http://www.graveaddiction.com/symbol.html>>. Consulta: 5-06-2016
- Guerras Mundiais) e Blindados de Combate”. Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/005.pdf>. Consulta: 3-08-2016
- Guerras Mundiais) e Blindados de Combate”. Em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/005.pdf . Consulta: 3-08-2016
- Heritage Branch, Department of Environment and Heritage Protection – “Caring for war memorials - A guide to help custodians conserve the heritage values of Queensland’s monumental war memorials”. Em <http://www.ehp.qld.gov.au/assets/documents/land/heritage/caring-for-war-memorials.pdf>. Consulta: 5-06-2016
- ICOM – International Council of Museums Portugal – “Definições: Museu”. Em <http://icom-portugal.org/documentos_def,129,161,lista.aspx>. Consulta: 4-08-2016

Infópédia – “Batalha de La Lys”. Em [https://www.infopedia.pt/\\$batalha-de-la-lys,4?uri=portugues-italiano/inimigo](https://www.infopedia.pt/$batalha-de-la-lys,4?uri=portugues-italiano/inimigo). Consulta: 1-09-2016

Infopédia – “Panteão”. [https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/panteão](https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/panteao). Consulta: 8-02-2016

Jornal *Público* – “Morreu Veiga Simão, o homem que aprendeu com o granito a não dobrar”. Em <https://www.publico.pt/politica/noticia/morreu-veiga-simao-antigo-ministro-da-educacao-1634481>, Consulta: 26-07-2016

Jornal *Público* – “São portugueses, são muçulmanos”. Em <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/sao-portugueses-sao-muculmanos-1685260>. Consulta: 2-08-2016

Lakewood Cemetery – “A tour of memorial symbolism at Lakewood Cemetery”. Em <<http://www.lakewoodcemetery.com/files/SymbolismBroch.pdf>>. Consulta: 5-06-2016

Liga dos Combatentes – “Notícias - O Cristo das Trincheiras no Santuário de Fátima na Evocação do Centenário da Grande Guerra”. Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/noticias/mais/701>. Consulta: 22-12-2015

Liga dos Combatentes - “Ano Europeu contra a Pobreza e a Exclusão Social – 2010”. Em <<http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/ceamps/incl.social/001.pdf>>. Consulta: 8-11-2015

Liga dos Combatentes – “Cerimónias Oficiais - Comemorações do Aniversário do Armistício, do Aniversário da Liga dos Combatentes e do Aniversário do Fim da Guerra do Ultramar”. Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/cerimonias_oficiais/dia_da_liga_e_do_armisticio>. Consulta: 13-05-2016

Liga dos Combatentes – “Conservação das Memórias. Moçambique – Operação “Nova Frente II”. Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/conserv_mem/009.pdf> . Consulta: 15-12-2015

Liga dos Combatentes – “Exposição permanente – Acervo da Liga dos Combatentes (I e II

Liga dos Combatentes – “Exposição permanente - Guerra do Ultramar – 50 anos depois, no Museu do Combatente e Forte do Bom Sucesso (Lisboa)”. Em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/004.pdf Consulta: 3-08-2016

Liga dos Combatentes – “Exposição permanente – História da Aviação Militar”. Em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/001.pdf. Consulta: 3-08-2016

Liga dos Combatentes – “Exposição permanente – O Combatente Português do Século XX e Conservação das Memórias, Museu do Combatente e Forte do Bom Sucesso”. Em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/002.pdf. Consulta: 3-08-2016

Liga dos Combatentes – “Exposições permanentes – Marinha, Exército e Força Aérea”. Em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/007.pdf. Consulta: 3-08-2016

Liga dos Combatentes – “Forte do Bom Sucesso (Século XVIII) e Equipamento Militar Diverso”. Em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/006.pdf. Consulta: 4-08-2016

- Liga dos Combatentes – “Monumento aos Combatentes do Ultramar”. Em http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permanentes/003.pdf. Consulta: 16-03-2016
- Liga dos Combatentes – “Newsletter Forte do Bom Sucesso e Museu do Combatente”, 4.^a edição, Maio 2010. Em < <http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/newsletter/2010/05.pdf>>. Consulta: 16-04-2016
- Liga dos Combatentes – “Newsletter Forte do Bom Sucesso e Museu do Combatente”, 48.^a Edição, Maio 2014. Em < <http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/newsletter/2014/05.14.pdf>>. Consulta: 4-08-2016
- Liga dos Combatentes – “Notícias – Proposta da Liga dos Combatentes e acordo da TAP para trasladação de militares mortos na guerra colonial”. Em < <http://www.ligacombatentes.org.pt/noticias/mais/296>>. Consulta: 15-12-2015
- Liga dos Combatentes – “ORGANIZAÇÃO – Objectivos”. Em <<http://www.ligacombatentes.org.pt/organizacao/objectivos>>. Consulta: 8-11-2015
- Liga dos Combatentes – “ORGANIZAÇÃO – Resenha Histórica”. Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/organizacao/resenha_historica>. Consulta: 8-11-2015
- Liga dos Combatentes – “Relatório de actividades e contas 2012”. Em < http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/area_restrita/Relatorio.atividades.contas.2012.pdf>. Consulta: 4-08-2016
- Liga dos Combatentes – “Relatório de actividades e contas 2013”. Em < http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/area_restrita/Relatorio.atividades.contas.2013.pdf>. Consulta: 2-02-2016
- Liga dos Combatentes – “Resenha- Batalha”. Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/.batalha/resenha/001.htm>. Consulta: 15-07-2016
- Liga dos Combatentes – “Sócios e Regalias”. Em <http://www.ligacombatentes.org.pt/socios_e_regalias>. Consulta: 13-05-2016
- MINOM – ICOM – International Movement for New Museology – “Declaração de Santiago do Chile 1972 ICOM-UNESCO”. Em <<http://www.minom-icom.net/minom-reference-documents>>. Consulta: 17-09-2016
- Mosteiro da Batalha - “Mosteiro da Batalha”. Em <http://www.mosteirobatalha.pt/pt/index.php?s=white&pid=169>. Consulta: 8-02-2016
- Mosteiro da Batalha: “Soldado Desconhecido”. Em <http://www.mosteirobatalha.pt/pt/index.php?s=white&pid=176>. Consulta: 15-07-2016
- New York Post – “9/11 memorial’s fountains flow”. Em < <http://nypost.com/2010/11/10/911-memorials-fountains-flow/>>. Consulta: 30-07-2016
- Notícias do Douro – “Monumento aos Combatentes do Ultramar - até a ideia lhe querem fanar”. Em <<http://www.dodouro.com/noticia.asp?idEdicao=149&id=6304&idSeccao=1565&Action=noticia>>. Consulta: 17-07-2016
- Queensland War Memorial Register – “Memorial symbolism”. Em <http://www.qldwarmemorials.com.au/traditions/symbolism/>. Consulta: 5-06-2016
- Regimento de Artilharia nº 4 – “Boletim 2008”. Em < <http://www.exercito.pt/sites/RA4/Publicacoes/Documents/Boletim%202008.pdf>>. Consulta: 2-02-2016

- The Polynational War Memorial – “Unknown Soldier Memorial in Cairo”. Em <<http://www.war-memorial.net/Unknown-Soldier-Memorial-in-Cairo-1.302>>. Consulta: 30-07-2016
- The Vietnam Veterans Memorial- “Wall Information Page”. Em <<http://www.thewall-usa.com/information.asp>>. Consulta: 28-07-2016
- TripAdvisor – “Frequently Asked Questions About the Certificate of Excellence”. Em <<https://www.tripadvisor.com.au/TripAdvisorInsights/n2290/frequently-asked-questions-about-certificate-excellence>>. Consulta: 1-02-2016
- Visit Belém – “Museu do Combatente”. Em <http://www.visitbelem.pt/Default/pt/OQueVer/Museum/MuseuDoCombatente>. Consulta: 4-08-2016
- War Memorials Trust – “Teachers’ information about war memorials”. Em <http://www.learnaboutwarmemorials.org/download/pub/1501.5/>. Consulta: 5-06-2016
- War Memorials Trust – “Types of war memorial”. Em <http://www.learnaboutwarmemorials.org/download/pub/1528.8>. Consulta: 5-06-2016
- Washington National Cathedral – “War Memorial Chapel”. Em <<https://cathedral.org/what-to-see/exterior/war-memorial-chapel-2/>>. Consulta: 31-07-2016

ANEXOS

ANEXO A: Convite para a cerimónia comemorativa do 97º Aniversário do Armistício da Grande Guerra, 41º Aniversário do Fim da Guerra Colonial, 92º Aniversário da Liga dos Combatentes e evocação do centenário da Grande Guerra (11 de Novembro de 2015)

CERIMÓNIA COMEMORATIVA DO
97º ANIVERSÁRIO DO ARMISTÍCIO DA GRANDE GUERRA,
41º ANIVERSÁRIO DO FIM DA GUERRA DO ULTRAMAR,
92º ANIVERSÁRIO DA LIGA DOS COMBATENTES
E EVOCAÇÃO DO CENTENÁRIO DA GRANDE GUERRA

CONVITE

O Presidente da Liga dos Combatentes, General Joaquim Chito Rodrigues tem a honra de convidar V. Exa. para as Cerimónias do 97.º Aniversário do Dia do Armistício da Grande Guerra, 41.º Aniversário do Fim da Guerra do Ultramar, 92.º Aniversário do Dia da Liga dos Combatentes e Evocação do Centenário da Grande Guerra, que se realizam no próximo dia 11 de Novembro de 2015, pelas 10H15, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém.

Contactos: 21 546 82 46; 918 938 030 e 918 938 061
Email: geral@ligacombatentes.org.pt

Fonte: Liga dos Combatentes

ANEXO B: Folheto da cerimónia do 10 de junho de 2016

OBJECTIVOS DAS CERIMÓNIAS

O Encontro Nacional de Combatentes de 2016 tem por objectivos reunir, no DIA DE PORTUGAL, os Portugueses de qualquer idade, credo, raça ou ideologia política que, amantes da sua Pátria, queiram celebrar Portugal e prestar homenagem a quantos, ao longo da nossa História, chamados a Servir o seu País, combateram por Portugal em qualquer época ou ponto do globo.

Lembrando e honrando os nossos heróis e a obra grandiosa por eles desenvolvida ao longo dos séculos, estamos certos de que a Nação Portuguesa saberá aumentar a sua auto-estima e dinamizar-se para o futuro.

Vereis amor da Pátria, não movido
De prémio vil, mas alto e quasi eterno;
Que não é prémio vil ser conhecido
Por um pregão do ninho meu paterno.
Ouvi: vereis o nome engrandecido
Daqueles de quem sois senhor superno,
E julgareis qual é mais excelente,
Se ser do mundo Rei, se de tal gente.

Luís Vaz de Camões,
in "Os Lusíadas", [Canto I]



OS SÍMBOLOS NACIONAIS

A questão dos símbolos nacionais constituiu uma das prioridades do Governo Provisório formado na sequência do 5 de Outubro de 1910.

A Bandeira Nacional é bipartida verticalmente nas duas cores fundamentais, verde-escuro (dois quintos) e escarlate (três quintos), ficando o verde do lado da tralha. O vermelho é a cor combativa, quente, viril por excelência e o verde é a cor da esperança.

Quanto às armas, a esfera armilar é o «padrão eterno do nosso génio aventureiro», e o escudo branco com quas azuis «da fundação da nacionalidade».

**Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!
Entre as brumas da memória,
Ó Pátria, sente-se a voz
Dos teus egrégios avós,
Que há-de guiar-te à vitória!
Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os canhões
marchar, marchar!**

...

**10 de Junho de 2016
Homenagem aos Combatentes
XXIII Encontro Nacional**



CONVITE

A Comissão Executiva para a Homenagem Nacional aos Combatentes 2016 convida os portugueses a participarem nas comemorações do Dia de Portugal, em memória dos seus combatentes.

As cerimónias decorrem na Igreja de Santa Maria de Belém, aos Jerónimos, e junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Lisboa, e serão marcadas pelo espírito de fraternidade lusófona e pela elevação e dignidade do propósito que as enforma:

Celebrar a Pátria honrando os seus Combatentes.

O Presidente da Comissão

Victor Manuel Lopo Cajarabille
Vice-Almirante



PROGRAMA

IGREJA DOS JERÓNIMOS

10H30 - Missa por intenção de Portugal e de sufrágio pelos que tomaram pela Pátria;

MONUMENTO AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

- 12H15 - Abertura da cerimónia junto ao Monumento;
12H17 - Palavras de abertura pelo Presidente da Comissão Executiva, Vice-Almirante Victor Cajarabille;
12H21 - Leitura da mensagem de Sua Excelência o Presidente da República, pelo Presidente da Comissão Executiva;
12H25 - Cerimónia inter-religiosa católica e muçulmana;
12H33 - Discurso alusivo pelo orador, Tenente-Coronel Brandão Ferreira;
12H43 - Homenagem aos mortos e deposição de flores (inclui coroa do Presidente da República);
13H09 - Hino Nacional pela Banda da GNR, salva protocolar por navio da Marinha (no final, passagem de aeronave da Força Aérea);
13H13 - Passagem final pelas lápides, Capela e Memorial ao Combatente;
13H33 - Salto de Pára-quadristas do Exército;
13H40 - Almoço-corívio nos terrenos frente ao Monumento.



10 DE JUNHO DIA DO SANTO ANJO DA GUARDA DE PORTUGAL

10H30 - Igreja de Santa Maria de Belém, Mosteiro dos Jerónimos (missa solene por intenção de Portugal e de sufrágio pelos seus mortos).

Com a colaboração do Grupo Coral de Cantares Alentejanos e do terno de clarins da GNR.

PROGRAMA DO CORO:

Cristo Profeta
Senhor, tende piedade de nós
Aleluia
Somos da Terra do pão
Hino da glória
Cordeiro de Deus
Santo é o Senhor
Bom Pastor
Nossa Senhora do Carmo

Fonte: Liga dos Combatentes

ANEXO C: Em 200 metros 500 anos de história de Portugal – Do Início ao Fim do Império



Fonte: Museu do Combatente/Forte do Bom Sucesso

ANEXO D: Exposição Permanente: “História da Aviação Militar”



Fotografia: Mónica Sarreira

ANEXO E: Exposição Permanente: “A Liga dos Combatentes nos seus primeiros 30 anos – 1923 a 1953”



Fotografia: Mónica Sarreira

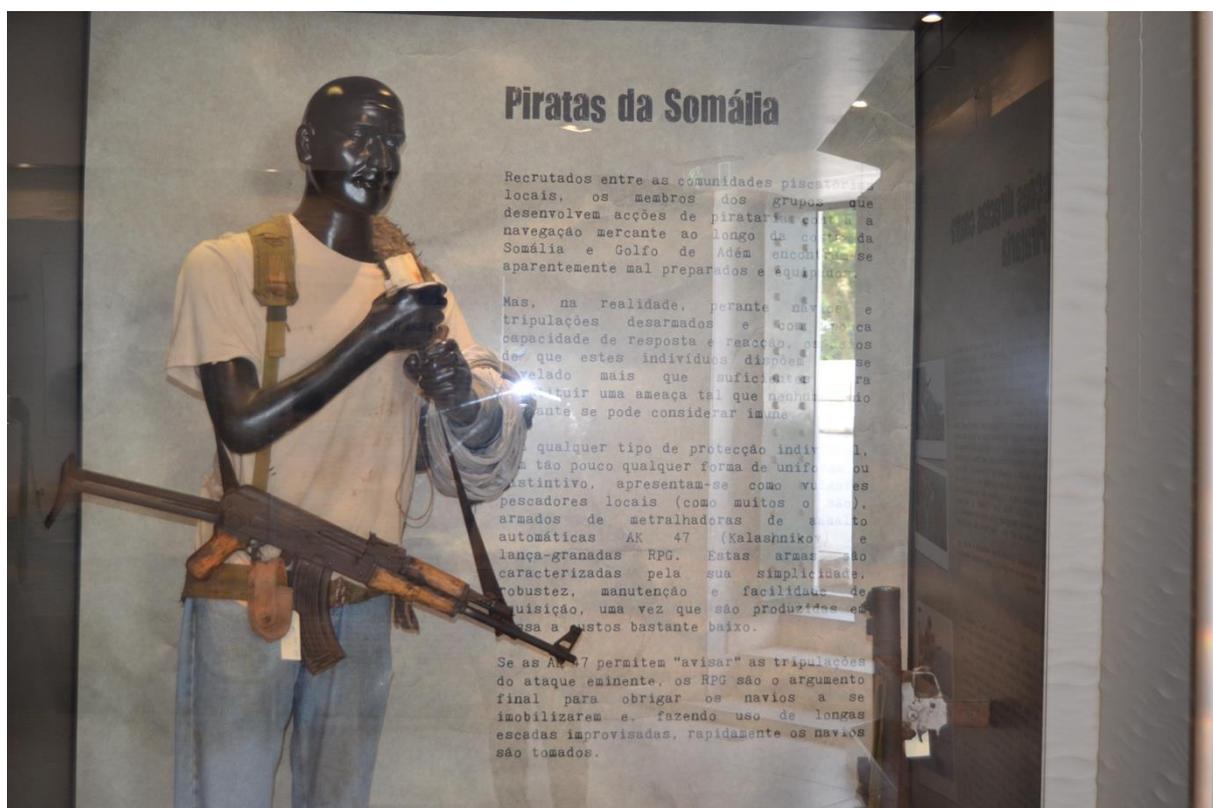
ANEXO F: Exposição Permanente: “O Combatente Português do Século XX”





Fotografia: Mónica Sarreira

ANEXO H: Exposição Permanente: “Marinha”

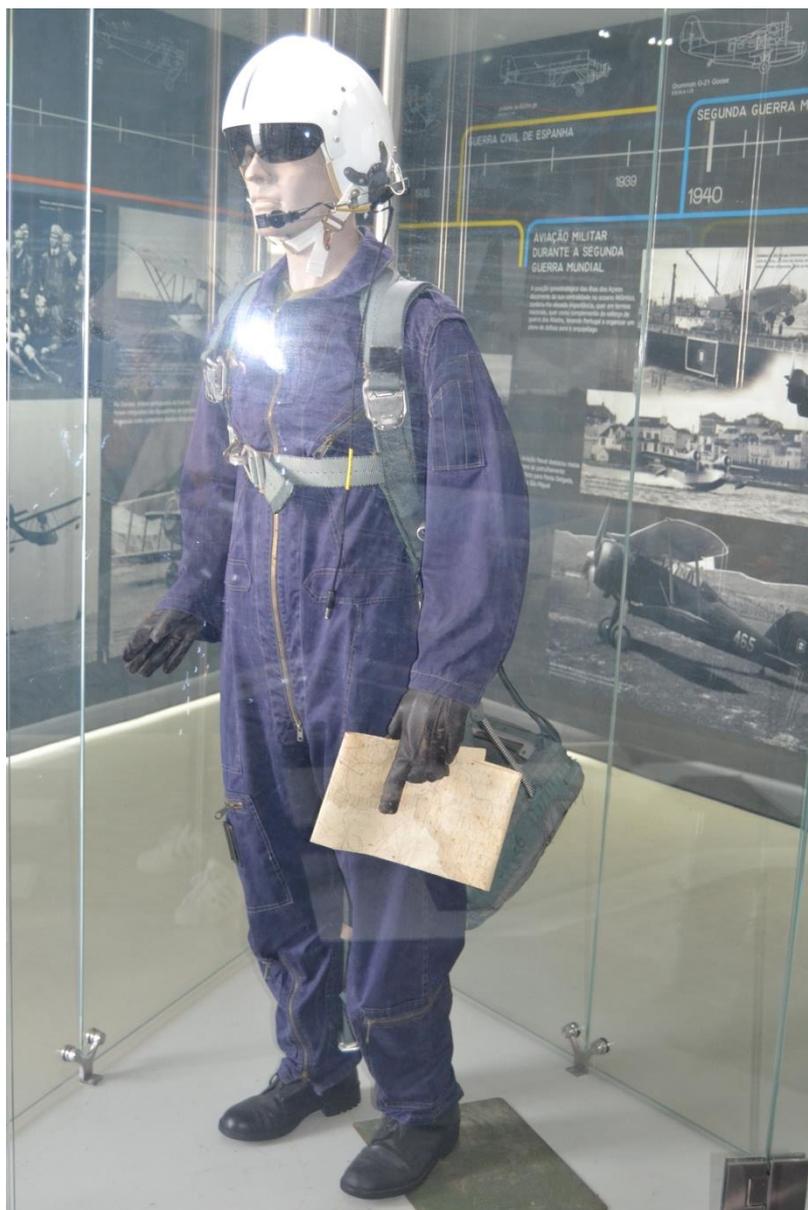


Fotografia: Mónica Sarreira

ANEXO I: Exposição Permanente: “Exército”



Fotografia: Mónica Sarreira



Fotografia: Mónica Sarreira

ANEXO L: Peças de Artilharia e Meios de Transporte



Fotografia: Mónica Sarreira

ANEXO M: Espaço Altino Magalhães



Fotografia: Mónica Sarreira

ANEXO N: Sala Nambuango



Fotografia: Mónica Sarreira

ANEXO O: Sala La Lys



Fotografia: Mónica Sarreira

ANEXO P: Sala S. Mamede



Fotografia: Mónica Sarreira

ANEXO Q: Sala Aljubarrota



Fotografia: Mónica Sarreira

ANEXO R: Exposição Temporária: “Dos famosos aos anónimos” de major Simões Duarte (11 de novembro de 2015)

EXPOSIÇÃO / EXHIBITION

DOS FAMOSOS
From The Famous

DE : MAJOR SIMÕES DUARTE

AOS ANÓNIMOS
To The Anonymous

a partir de: from
11 NOVEMBRO 2015

www.ligacombatentes.org www.facebook.com/museucombatente.oficial IM 2015

Fonte: Museu do Combatente/Forte do Bom Sucesso

ANEXO S: Folheto do Museu do Combatente/Forte do Bom Sucesso

Versão portuguesa:



Forte do Bom Sucesso

O início da sua construção data de 1780, no reinado de D. Maria I, tendo como objetivo reforçar a defesa do Porto de Lisboa.

É um magnífico exemplar de arquitetura militar do século XVIII, da autoria do General Vallerée.

Em 1807, este Forte viu partir a família real portuguesa para o Brasil, deixando o General Junot "a ver navios". Um ano mais tarde, durante a ocupação francesa, o Forte foi ligado, por uma bateria corrida, à Torre de Belém (147 peças e 10 morteiros). Neste mesmo ano de 1808, derrotado Junot, a temida linha de defesa da barra do Tejo muda de mãos e fica agora sob o controlo dos aliados ingleses.



Durante o século XIX, o Forte presenciou episódios das Guerras Liberais, como a partida da Armada Miguelista que viria a ser derrotada por Napier e a entrada triunfante dos liberais, em Lisboa, comandados pelo Duque da Terceira. Assistiu à partida de contingentes que, em África, defenderam a soberania dos então territórios ultramarinos. Nesta época (1870 e 1874), a Bateria do Bom Sucesso foi melhorada no seu poder de fogo, pela modernização das suas peças e paíóis (Krupp L/12 280mm e Schneider 120mm).

No começo do século XX, foi cenário de uma das revoltas da 1ª República (18/04/1925). Presenciou ainda a partida dos corpos expedicionários portugueses que participaram na I Guerra Mundial, na II Guerra Mundial, seguindo para os Açores e África.

Na nossa História mais recente, o Forte assistiu aos esforços de guerra no Ultramar (1961-1974), ao ver contingentes que partiam e chegavam, cheios de incertezas, de histórias e de alegrias, ao voltarem para junto dos seus.

Monumento aos Combatentes do Ultramar

Junto do Forte destaca-se o Monumento aos Combatentes do Ultramar, onde lápides homenageiam os que morreram por Portugal.

Destaca-se um pórtico de grandes dimensões que simboliza, sem ressentimentos, a união de todos os povos envolvidos.

Museu do Combatente

O Espaço Museu do Combatente, no Forte do Bom Sucesso, iniciou a sua implementação em 2003, sob a superintendência da Liga dos Combatentes. Disponibiliza mostras permanentes – O Combatente do séc. XX; História Militar da Aviação; das Forças Armadas e de Segurança, bem como de armamento militar diverso e exposições temporárias.



Espaço para Eventos

Este espaço multifuncional à beira Tejo pode ser utilizado para as mais diversas ações de formação e convívio.

**Forte do Bom Sucesso,
a chave do sucesso do seu evento.**

Contacte-nos: 919 903 210

Museu do Combatente, no Forte do Bom Sucesso

(junto à Torre de Belém), 1400-038 Lisboa - Portugal

Telefone: 21 30 17 225 E-mail: fbs.marketing@ligacombatentes.org.pt

www.facebook.com/museudocombatente www.ligacombatentes.org.pt



Versão inglesa:

The Fort of Bom Sucesso

The beginning of its construction dates from 1780, during the reign of Queen Mary I, aiming to strength Lisbon's port defenses. It's a magnificent example of military architecture dated from the eighteenth's century and conceived by General Vallerée.

In the year 1807 the departure of the Portuguese royal family to Brazil, leaved General Junot overwhelmed when noticing the fleet sailing to open sea beyond his reach.

A year later, during the French occupation, the Fort was connected to Belém Tower by a coast artillery battery(47 pieces and 10 mortars). Still in 1808, after Junot's defeat, the feared line of defense of Tagus river changes hands and was then under the control of our English allies. During the nineteenth century the Fort was a witness of several

episodes from the Liberal Wars, as the departure of the Miguelist's fleet, which would be defeated by Napier, and the liberals' triumphant entry in Lisbon under the command of the Duke of Terceira.

From the Fort, one could also watch the departure of the military contingent to Africa, to defend the sovereignty of our territory. In this period (1870-1874) the Battery of Bom Sucesso had been improved in its firepower through the upgrading of its pieces and ammunition's storehouses (Krupp L/12 280mm and Schneider 120mm).

In the beginning of the twentieth century the Fort was the scene of one of the first Republican Revolt (18/04/1925). From the Fort one could also watch the departure of the Portuguese Forces who fought in the 1st World War and that later in the 2nd World War embarked to the

Azores and Africa.

In a most recent history, the Fort was also a witness of the military contingents departing to the Overseas War (1961-1974) with uncertainties but arriving to their country happy and with stories to tell.

Monument to the Overseas Combatants

The Fort encircles the Monument to the Overseas Combatants, where about ten thousands names are engraved on the stones that pay homage to those who died for Portugal. The large war Memorial to which has been given special prominence, symbolizes the union of all the people involved in the conflicts, without any resentments left.

Combatant's Museum

The Museum started its developing in 2003, inside the Fort of Bom Sucesso, under the responsibility of the Combatant's League. It offers permanent exhibitions: The Combatant in the XXth Century; Military Aviation History; Army, Navy, Air-Force and Security Forces; Military Armament-and temporary one's.

Space for Events

This multifunctional space by the Tagus edge can be used for many different activities from sport to social events.

Next to the Fort stands the cozy Café do Forte, for beverages and light meals.

Fort of Bom Sucesso, the success key of your event.

Please contact us through: 919 903 210

Phone: 351 213 017 225 E-mail: fbs.marketing@ligacombatentes.org.pt
www.facebook.com/museudocombatente www.ligacombatentes.org.pt

Fonte: Museu do Combatente/Forte do Bom Sucesso

ANEXO T: As duas entradas do Museu do Combatente



Fotografia: Mónica Sarreira

CURRICULUM VITAE

INFORMAÇÃO PESSOAL



Mónica Sofia Ramos Sarreira

- Estrada de Benfica 729, 5ºD, Lisboa, 1500-089 Lisboa (Portugal)
- 916177142
- monica_sarreira@hotmail.com
- Skype monica.sarreira

Sexo Feminino | Data de nascimento 12/05/1992 | Nacionalidade Portuguesa

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

set 08–set 11

Externato de Penafirme
Póvoa de Penafirme, 2560-046 A-dos-Cunhados (Portugal)
www.penafirme.edu.pt

Área:

- Línguas e Humanidades

set 11–jun 14

Licenciatura em Ciências da Comunicação

Universidade da Beira Interior
Rua Marquês de Ávila e Bolama, 6201-001 Covilhã (Portugal)
www.ubi.pt

- Publicidade
- Relações Públicas
- Fotografia
- Direito
- Economia
- Produção de Imagem
- Públicos e Audiências
- Sociologia da Comunicação
- Teoria Política

set 14–set 16

Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura

ISCTE - IUL - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa (Portugal)

Geral

- Gestão Cultural
- Recepção, Fruição e Públicos da Cultura
- Teorias da Cultura
- Desenho da Pesquisa
- História da Arte

Ramo do Património e Projectos Culturais

- Cultura Portuguesa Contemporânea
- Inventário e Interpretação patrimonial
- Projectos culturais de património
- Turismo e Património

- Dissertação final - "O Complexo Memorial ao Combatente Português em Belém: Um lugar de reconciliação? "

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna português

Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
inglês	B1	B1	B1	B1	B1
espanhol	B1	B1	A2	A2	A2

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado
[Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas](#)

Competências de comunicação

- Capacidade de comunicação oral adquirida através do contacto com clientes em trabalhos sazonais.
- Comunicação escrita desenvolvida através da redacção de trabalhos e pesquisas académicas.
- Capacidade de comunicação oral para massas, adquirida através da participação em palestras e apresentações de trabalhos académicos.

Competências de organização

- Boa capacidade de organização adquirida enquanto participante em eventos escutistas, voluntária em diversas instituições (Banco Alimentar e Associação Coolabora), trabalhos sazonais e em diversas áreas do meu percurso académico.

Competências relacionadas com o trabalho

- Utilização profissional em todas as ferramentas de Microsoft Office
- Competência na utilização do software Adobe Illustrator
- Aptidão para gestão de redes sociais
- Capacidade de utilização da Internet como ferramenta de trabalho e pesquisa

Outras competências

- Voluntariado no Lar Nossa Senhora da Ajuda, Casa do Povo do Ramalhal.
- Participações anuais em acções do Banco Alimentar
- Voluntariado no programa da DGPC "Estudo de Públicos" no Museu Nacional do Azulejo em Agosto de 2015
- Dirigente no Corpo Nacional de Escutas (grupo explorador: 10- 14 anos)
- Formação em Design Thinking
- Atleta federada em patinagem artística (Hóquei Clube da Lourinhã)
- Desporto de competição com alguns graus obtidos em Karaté

Curriculum vitae

Carta de Condução

B1, B

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Certificações

- Certificado de Habilitações Literárias - Curso Científico- Humanístico (Externato de Penafirme)
- Certificado de Habilitações Literárias - Ciências da Comunicação (UBI)
- Formação "Design Thinking" (7 horas)
- Parecer "Estudo de Públicos" - Museu Nacional do Azulejo (Agosto 2015)

Publicações

- Urbi et Orbi - Jornal Online da Universidade da Beira Interior Reportagem Regional (continuado) - "O Natal é das crianças" (Quinta-feira, 27 de Dezembro de 2012). Disponível em: <http://www.urbi.ubi.pt/pag/11085>